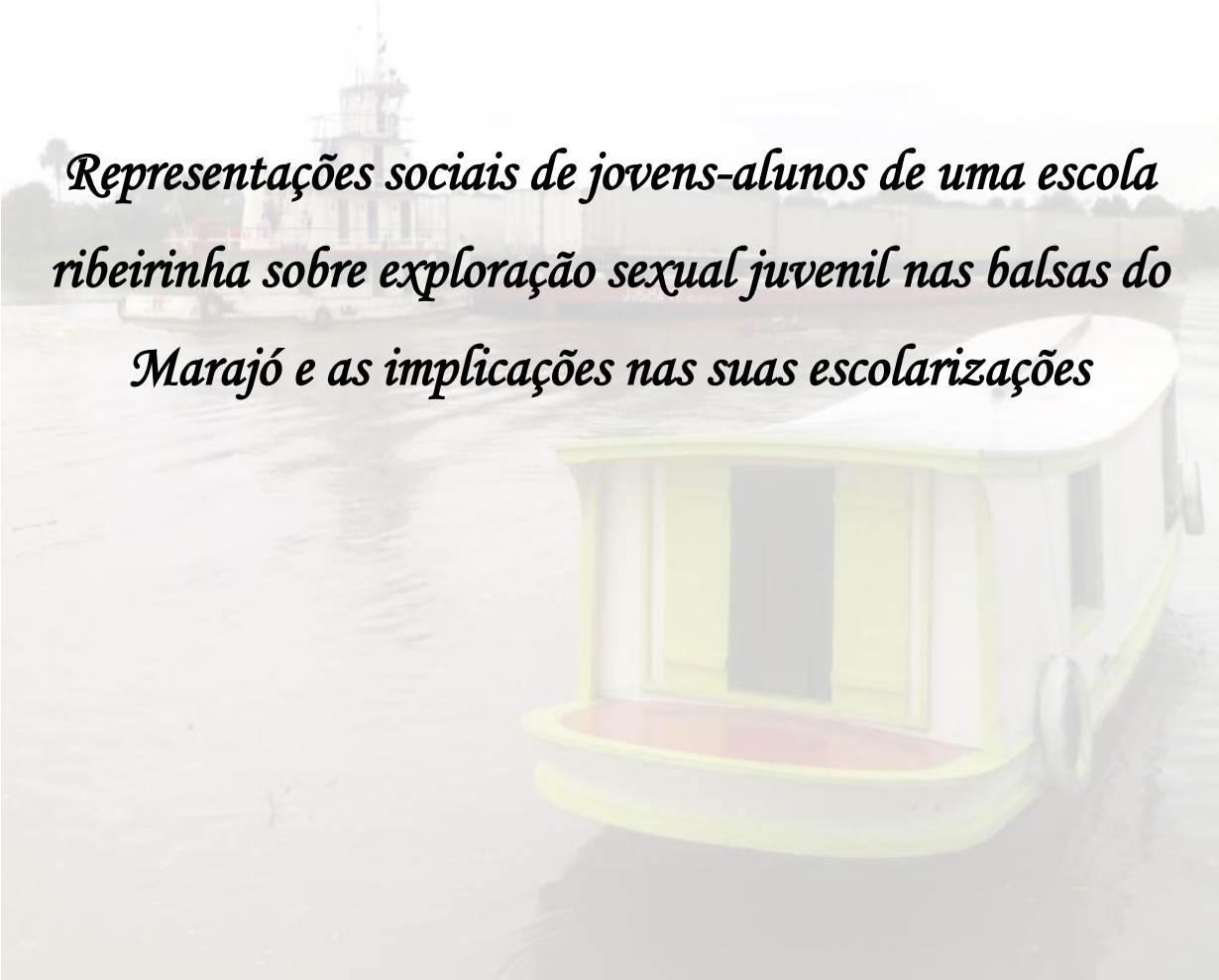


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

Andréa Silva Vieira

*Representações sociais de jovens-alunos de uma escola
ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do
Marajó e as implicações nas suas escolarizações*



BELÉM - PARÁ
2011

ANDRÉEA SILVA VIEIRA

Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Currículo e Formação de Professores, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivany Pinto Nascimento

BELÉM - PARÁ
2011

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Profª Elcy Rodrigues Lacerda / Instituto de Ciências da Educação / UFPA, Belém-PA**

Vieira, Andréa Silva.

Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações; orientadora, Profª. Dr.ª Ivany Pinto Nascimento. – 2011.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

1. Crime sexual – Breves (PA). 2. Juventude – Breves (PA). 3. Representações sociais – Breves (PA). 4. Educação – Breves (PA). I. Título.

CDD – 22. ed.: 371.78098115

ANDRÉEA SILVA VIEIRA

**Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre
exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas
escolarizações**

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará.

Aprovado em: 11/10/2011.

Conceito: Excelente.

Banca Examinadora

Professora Doutora Ivany Pinto Nascimento
Orientadora / Presidente da Banca Examinadora

Professora Doutora Laura Maria Silva Araújo Alves
Membro da Banca Examinadora (ICED/UFPA)

Professora Doutora Elizabeth Teixeira
Membro da Banca Examinadora (PPG/UEPA)

Professor Doutor Carlos Alberto Batista Maciel
Membro da Banca Examinadora (ICSA/UFPA)

Dedicatória

Dedico este trabalho aos jovens marajoaras da comunidade que possibilitaram escutas, partilhas e vivências ímpares.

Dedico também à minha mãe, fortaleza de meus sonhos.

Agradecimentos

A palavra “agradecer” traduz histórias que se passam e aprendizados que se formam e se consolidam em nossas vidas. Nesse momento de mostrar-me grata, digo primeiramente que o mestrado foi, sem dúvida de errar, um dos momentos mais importantes da minha vida. Agradeço, pois sem cada um dos que aqui cito não seria possível à realização deste trabalho.

Por isso, gostaria de agradecer a Deus, que tomo a liberdade de chamar de meu parceiro. Com sua mão segura esteve comigo e está agora nessa escrita, inclusive nos momentos de dificuldades e superações dessa caminhada.

Aos mestres, muitos. Destaco minha orientadora, a professora Ivany, sábia e amável, uma combinação infalível para a construção desse estudo. Seu método de trabalho, competência e sensibilidade fez emergir da dúvida e da insegurança a certeza de “ser capaz”. A ela devo grande parte de minha trajetória acadêmica e a escritura deste trabalho, que se traduz nesta dissertação. Seus ensinamentos valem para toda a vida.

Obrigada aos membros da banca. Ao professor Carlos Maciel, professora Elizabeth Teixeira, professora Sônia Araújo e professora Laura Alves que dedicaram sua atenção em auxiliar a condução de nosso estudo e valerem-se sabiamente da crítica como uma forma de consolidar esta produção acadêmica.

Agradeço aos meus pais. Meu pai, mesmo de longe e de sua maneira, sei que torce por mim. À minha mãe, meu primeiro exemplo de mulher guerreira, uma “paraíba feminina” que me mostrou o conceito da luta e da força que a mulher possui. Meus amados e queridos irmãos Aldrin, Adriana, Alfred, Alessandra, Alan e Kaio, amo vocês e os ponho nessa vitória.

Isaias, meu amor, que sempre esteve ao meu lado no desenvolvimento desse trabalho. Foi uma das pessoas responsáveis para estarmos hoje celebrando essa conquista. Agradeço também por fazer parte de sua família, a família Mota, que me acolheu e incentivou do início ao fim. Obrigada d. Catarina, Matheus, Abrãao, Daniel, Lia, Sara, Jeferson, Sofia, Valdemir e Paula.

Agradeço a querida Tia Graça, que é mais que uma tia, uma tia-mãe. Amo você, tia Graça, poderosa.

Aos meus amigos, muito obrigada pela força neste trabalho: Werliane, Gabriel, João Coelho, Ana Lúcia, Rejane, Lorena “Nêga”, Emilie, Regina, Silvia, Bene, Rosalba, Sérgio Peixoto, Neto, Sant Clair, Bruno, Fabiana, Heitor e tantos outros amigos que compartilharam a intensidade dos momentos de elaboração desta dissertação. Minha querida afilhada Vitória obrigada pelo carinho fundamental em todos os momentos.

Agradeço à professora Edivane e aos professores da Escola São Francisco, às crianças, jovens e familiares que colaboram com o trabalho. A equipe de profissionais que atuam bravamente nas entidades que compõe o SGD no município de Breves. Serei sempre grata à Vanacy, Olena, Natamias e toda a equipe de trabalho da SEMED. Também muito obrigada à Tabilla Verena e Sérgio, pelas contribuições nos dados estatísticos e produção cartográfica.

Muito obrigada ao Dom Ascona, à Irmã Henriqueta e a Irmã Rita, sobretudo no apoio e palavra amiga nas horas em que as dúvidas persistiam mais do que as certezas.

Agradeço aos colegas de trabalho do IEEP, Mário, Rosiléa, Beth, Lucia, Emmanuel, Vanja, Vanessa, Camila, Wander, os meninos do estacionamento e toda equipe da escola.

Obrigada ao Dep. Jordy e sua equipe de trabalho pelo auxílio e informações referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Pará no que tange ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da ALEPA.

Aos colegas da turma de mestrado 2009, de grandes homens e mulheres. Obrigada ao Andreson, Ildilene e Eliane pelas palavras e apoio ao longo desse trajeto. Muito obrigada aos membros dos “Traças” Nairo, Mariléia, Natamias, Cinthia e Dayana, nos recantos das palavras, risos e carinho seguimos firmes no caminho do mestrado.

Agradeço aos colegas de GEPJURSE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude, Representação Social e Educação, Roseli Souza, Marlene Feitosa, Patricia Kimura, Cristiane Rodrigues, Leandro Passarinho, Joana D’arc das Neves, Sonia Eli Rodrigues, Francisco dos Anjos, Ednardo, Neide Rodrigues, Vivian Lobato,

João Torres. Dele também são membros a Prof.^a Ivany Pinto, coordenadora, e Mariléia Trindade, que fiz referência acima. Também agradeço ao Sr. Claudio, esposo da prof. Ivany, sempre atencioso e gentil.

Muito obrigada aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Peço desculpas pelos inevitáveis erros. Inevitáveis porque se trata de um texto inacabado, pois ainda lhe faltam respostas. Clarice Lispector, na obra *A hora da Estrela* (1998), nos lembra que as perguntas nos fazem continuar na busca de satisfazer esse incompleto permanente. E que estas, as perguntas, não saiam nunca de minhas buscas, de nossas buscas permanentes, como pesquisadores, homens, mulheres, acima de tudo, como humanos. Acredito que uma das formas de acreditar na possibilidade dessas respostas é a busca de superação de qualquer rastro de opressão e desigualdade, pois não pode ser sufocado e nem tão pouco encoberto.

Como digo no curso desta escrita, a vida às vezes segue caminhos inesperados. A temática que escolhi é um encontro inesperado, a priori não planejado, de duas etapas da minha vida. A primeira, da infância e adolescência, no desassossego construído que precocemente moía por dentro e me fazia aprender sem compreender, como diz Medeiros (2007). Nesse primeiro momento, sobre o qual pairou conflitos, assenta esta segunda etapa, a do mestrado, uma forma crítica e reflexiva, agora com outros “eus”, de pesquisadora, de profissional da educação...dentre tantos outros. Este desassossego se inscreve agora, nesta segunda etapa, no desejo de conhecer, do desejo de enfrentar e do desejo de aprender.

Vim com medo, mas certa de que podia superar essa fase e alcançar êxito. Muitos acompanharam essa jornada e estiveram juntos nos erros e hesitações existentes e, certamente, no aprendizado e conquistas alcançadas. Abraçam-me agora nessa vitória.

Resumo

Este estudo teve como contexto uma escola ribeirinha no município de Breves, situado na Ilha do Marajó, no Estado do Pará. Objetivo mestre: Analisar as representações sociais de jovens-alunos do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco, da Comunidade São Francisco, no município de Breves sobre exploração sexual nas balsas do Marajó e as implicações nas suas vidas escolares. Objetivos condutores: Identificar o perfil dos alunos-jovens; Verificar as imagens e os significados destes alunos-jovens sobre a exploração sexual juvenil; Destacar as objetivações e as ancoragens como elementos que compõem as Representações Sociais de alunos-jovens e alunas-jovens sobre a exploração sexual juvenil; Relacionar as Representações Sociais de alunos e alunas jovens sobre a exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas vidas escolares. Participaram deste estudo 16 jovens, na faixa etária entre 14 e 20 anos, matriculados entre a 4ª e 6ª série do ensino fundamental. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva. O referencial teórico foi a Teoria das Representações Sociais – TRS, com base em Moscovici (2010) e Nascimento (2002). A análise de dados se deu a partir dos referenciais metodológicos de Franco (2008) e Nascimento e Moraes (2010); As Representações Sociais dos jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó constituíram-se no *Rio de possibilidades*, cuja imagem se apresenta pelo encantamento, e *Rio que traga*, imagem representada pelo desencantamento. Além destas RS, destacaram-se significações cuja imagem foi o sentimento de *culpa*, que se destaca como significado de ser julgado pela comunidade, ter a atribuição de *balseira*, medo de sofrer ameaças e pelo sentimento de ausência do poder público. A partir destas significações, ressaltamos enquanto ponto de ancoragem o *silêncio*. Este sentimento que não se pode ouvir brada de sentidos, ora pelo medo de sofrer alguma espécie de julgamento social ora pelo sentimento de esvaziamento que esta condição da exploração sexual se materializa em suas vivências. As implicações escolares constituídas a partir das Representações Sociais de jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil foram: fragilização na formação escolar e no processo psicossocial de desenvolvimento juvenil; falta de aprendizagem; desatenção nos conteúdos e atividades escolares; desinteresse pela escolarização (Abandono escolar e Repetência escolar). Estes elementos e as análises teóricas articuladas a partir dessas Representações Sociais nos apontam como conclusão que a exploração sexual nos rios e furos da paisagem amazônica ainda é pouco visível, uma vez que as ações do poder público ainda não dão o lugar para este fenômeno no sentido de seu combate e enfrentamento. Entendemos, portanto, que deve haver uma ação educativa que possibilite o enfrentamento da exploração sexual juvenil.

PALAVRAS – CHAVE: Exploração Sexual Juvenil; Representações Sociais; Juventude.

Abstract

This study was a school context the riverside town of Breves, situated on the island of Marajó, in Pará master Objective: To analyze the social representations of young students of primary School Hall Elementary School San Francisco, San Community Francisco, the city of Breves on sexual exploitation on the ferries of Marajó and the implications for their school lives. Objectives drivers: Identify the profile of students-young; Check the images and meanings of these students-young people on sexual exploitation of youth; Highlight the objectifications and anchors as elements that make up the social representations of youth and students-students-young people about sexual exploitation of youth; Linking the Social Representations of young boys and girls on sexual exploitation of youth on the ferries Marajó and the implications for their school lives. The study included 16 young people, aged between 14 and 20 years, enrolled between the 4th and 6th grade. This was a descriptive-qualitative research. The theoretical reference was the Theory of Representations - TRS based on Moscovici (2010) and Birth (2002). Analysis of data was from the methodological framework of Franco (2008) and Birth and Moraes (2010); The Social Representations of young people-students on sexual exploitation of youth on the ferries Marajó consisted of possibilities in Rio, whose image is presented by enchantment, and that brings Rio, image represented by disenchantment. In addition to these RS stood out meanings whose image was the feeling of guilt, which stands out as the meaning of being judged by the community, have the assignment balseira, fear of suffering threats and the feeling of the absence of government. From these meanings, while we emphasize the anchorage silence. This feeling that you cannot hear cries of meanings, sometimes the fear of suffering some kind of social judgment sometimes the feeling of emptiness that this condition of sexual exploitation is embodied in their experiences. The implications of school formed out of the Social Representations of young students on-youth sexual exploitation were weakening in school and in the process of psychosocial development of youth, lack of learning, content and inattention in school activities, disinterest in education (school leaving and school failure). These elements and the theoretical analysis articulated from the point of these social representations as a conclusion that sexual exploitation and holes in the rivers of the Amazon landscape is still very visible, since the actions of the government does not give rise to this phenomenon in the sense of his combat and confrontation. We believe therefore that there should be an educational activity that allows combat the sexual exploitation of youth.

WORDS - KEY: Youth Sexual Exploitation, Social Representations; Youth.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

1.	Figura 1 – Matriz bibliográfica	42
2.	Figura 2 – Esquema referente ao tratamento e análise das informações	44
3.	Painel de imagens 1. (Fotos 2; 3 e 4)	76
4.	Painel de imagens 2. (Fotos 4; 5 e 6)	79
5.	Painel de imagens 3. (Fotos 7 e 8)	81
6.	Painel de imagens 4. (Fotos 9; 10 e 11)	93
7.	Painel de imagens 5. (Fotos 12; 13 e 14)	99
8.	Painel de imagens 6. (Fotos 15; 16 e 17)	102
9.	Painel de imagens 7. (Fotos 12; 13 e 14)	106
10.	Painel de imagens 6. (Fotos 15; 16 e 17)	109
11.	Figura 3 – Representações Sociais de Jovens-alunos sobre exploração sexual juvenil	137
12.	Figura 4 – Síntese – sujeitos das representações sociais – jovens-alunos (as)	139
13.	Figura 5 – Implicações Escolares	143

Gráficos

1.	Gráfico 1. Idade dos (as) alunos (as)	87
2.	Gráfico 2. Como os jovens se definem quanto a cor	89

Mapas

1.	Mapa 1. Localização do Município de Breves – Pará	20
2.	Mapa 2. Localização da Escola São Francisco	80

Quadros

1.	Quadro 1.– Temas do questionário	36
2.	Quadro 2. Roteiro de entrevistas para coleta de informações	37
3.	Quadro 3. Quantidade de Crianças e Adolescentes vítimas	61

de crimes sexuais registrados em Boletins de Ocorrências na DEAM/Breves (2011)

4. Quadro 4 - Quantidade de Crianças e Adolescentes vítimas de crimes sexuais registrados em Boletins de Ocorrências da Delegacia de Polícia do Município de Breves 61
5. Quadro 5 – Denúncias recebidas pela CPI da Pedofilia Região de Integração do Marajó 64

LISTA DE TABELAS

1.	Tabela 1. Total de alunos (as) que participaram do estudo	39
2.	Tabela 2. Denúncias recebidas pelo Disk 100 (2003-2009)	51
3.	Tabela 3. Formas de exploração sexual	53
4.	Tabela 4. Distribuição das turmas, séries e turnos da Escola São Francisco	83
5.	Tabela 5 – Você mora com?	100
6.	Tabela 6 – Em que você ajuda sua família	105
7.	Tabela 6 – Como é a vida do jovem da comunidade	117
8.	Tabela 7 - Atracar nas balsas pode provocar:	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
CEDM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CEJDH	Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos
CEPCP	Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAS	Centro de Referência Especializada da Assistência Social
CRM	Centro de Referência da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GEPJURSE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude, Representação Social e Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIJ	Prostituição Infanto-Juvenil
PPGED	Programa de Pós Graduação em Educação
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEPOF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SIIS	Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará
TRS	Teoria das Representações Sociais
UBM	União Brasileira de Mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
<i>Carta Náutica: a Metodologia</i>	35
SEÇÃO I – MAPEAMENTO CONCEITUAL – REFLEXÕES SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL JUVENIL E O PAPEL DA ESCOLA	46
1. Exploração sexual juvenil – imersão enquanto categoria	46
1.1 Exploração sexual juvenil – emergência no cenário marajoara	
2. O enfrentamento a exploração sexual juvenil – mecanismos de proteção e possibilidades de enfrentamento pela instituição escolar	65
SEÇÃO II – A PRIMEIRA ROTA – A VIAGEM AO ENCONTRO DOS JOVENS-ALUNOS	72
2.1 A Escola São Francisco	77
2.2 Juventude das margens e furos do Buiussú	84
2.2.1 - Os jovens do rio Buiussú – caracterização	86
2.2.2 – Vínculos familiares e moradia dos jovens	100
2.2.3 - Atividade econômica dos jovens e familiares	104
2.3- Algumas considerações sobre nossa primeira rota	110
SEÇÃO III – A SEGUNDA ROTA – IMAGENS E SENTIDOS DE JOVENS-ALUNOS SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL JUVENIL NAS BALSAS DO MARAJÓ	112
3.1 O rio – cenário de vivências, aprendizados, partilhas e desejos	114
3.2 As Representações Sociais de Jovens Alunos de uma escola ribeirinha sobre o fenômeno da exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó	134
3.3 As implicações escolares a partir das Representações Sociais de Jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil	139
3.3.1 Escola como defeso permanente – Rede de proteção e enfrentamento à exploração sexual juvenil	143
APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS	146
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES	154
ANEXOS	163

INTRODUÇÃO

Estranho é o caminho

Desse momento falo eu que estive presente e não me calei à chegada, ao nascedouro e vi o primeiro esgar, a vontade se robustecendo, as mãos crispem-se de medo. Do que não vi não posso falar, estive ausente. Ausência é morte, eu não estava, eu não vivi. Mas do outro momento eu fui a espectadora atenta porque vi a emoção e a lua crescente no vasto céu. (...)

O sonho habita recantos escondidos e a boca se cala quando as palavras são frágeis. Há o medo também e só não têm medo os que não têm desejos.

Maria Lúcia Medeiros

É deste *estranho caminho* suscitado nos escritos da autora paraense Maria Lúcia Medeiros (1997) que nos inspiramos para iniciar a escritura da elaboração de nossa dissertação de mestrado em educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. A proposta deste estudo foi analisar o fenômeno social da exploração sexual juvenil¹, articulado ao campo educacional.

Estendemos o olhar desta elaboração para os jovens alunos e alunas de uma escola ribeirinha, localizada no município de Breves, Pará, na Ilha do Marajó, para compreender as representações que os/as jovens alunos articulam sobre o fenômeno da exploração sexual juvenil e os entrelaçamentos que aparecem nas suas vidas escolares.

O problema central que norteou esta trajetória residiu na seguinte indagação: Quais as Representações Sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre a exploração sexual juvenil e quais as implicações nas suas vidas escolares?

A escolha deste problema se deu em função considerarmos que é possível estudar o fenômeno da exploração sexual juvenil articulado ao campo educacional uma vez que tal estudo pode se constituir em uma possibilidade de questionamento

¹ Para efeitos deste estudo utilizamos o termo exploração sexual juvenil, pois se refere a uma categoria eleita por esta pesquisa. Cumpre notar que ela se insere em uma categoria maior, da exploração sexual infanto-juvenil, que eventualmente vamos fazer referência, mas não é objeto de nossa análise.

na e da escola para construção de uma rede de proteção à juventude residente às margens dos rios amazônicos e ao enfrentamento à exploração sexual juvenil.

Isto porque, a escola, ao se encontrar inserida na comunidade também possui representatividade em seu discurso. Este pode se tornar um importante mediador junto às famílias dos jovens da comunidade quanto à construção de medidas de enfrentamento à exploração sexual juvenil. Neste caso a formação do jovem, tanto na esfera familiar, quanto na escolar, deve ser problematizada.

Não restam dúvidas de que o fenômeno da exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó não seja uma ficção nas águas da Amazônia marajoara, algo que seja distante da nossa realidade e ou desconhecido totalmente, uma vez que os veículos de comunicação assumem a responsabilidade de veicularem notícias sobre essa situação, ainda que muitas vezes em tom de tragédia.

Dessa forma, partimos da premissa de que as imagens e os significados consensuais que jovens alunos (as) articulam sobre a exploração sexual juvenil se constituem em um importante objeto de pesquisa para se identificar as representações sociais que estes sujeitos partilham sobre esse fenômeno. Estes jovens, matriculados na escola ribeirinha da região pesquisada, podem se encontrar inseridos ou imersos neste contexto de maneira silenciosa, ou podem ver-se de algum modo impedidos de falar sobre tal situação.

Tais reflexões serviram como sinalizadores² para traçar a rota que percorreríamos em nosso estudo, conforme denominamos abaixo:

Objetivo mestre³:

❖ Analisar as representações sociais de jovens-alunos do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco, da Comunidade São Francisco, no município de Breves, na faixa etária entre 15 e 20 anos⁴, sobre exploração sexual nas balsas do Marajó e as implicações nas suas vidas escolares.

² Adotamos o termo “sinalizadores” para referir-nos aos objetivos deste estudo, fruto das orientações com a Professora Doutora Ivany Pinto Nascimento, minha orientadora, bem como as indicações feitas pela banca examinadora no meu exame de qualificação.

³ O termo “mestre” refere-se ao objetivo geral.

⁴ A Organização Mundial de Saúde - OMS estabelece como faixa etária para juventude sujeitos em idade entre 15 e 24 anos. Com base nesta indicação, utilizaremos neste estudo o referido recorte etário.

Objetivos condutores⁵:

- ❖ Identificar o perfil dos alunos-jovens, na faixa etária entre 15 e 20 anos, do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco, da Comunidade São Francisco, no município de Breves;
- ❖ Verificar as imagens e os significados destes alunos-jovens sobre a exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó;
- ❖ Destacar as objetivações e as ancoragens como elementos que compõem as Representações Sociais de alunos-jovens sobre a exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó;
- ❖ Relacionar as Representações Sociais de alunos e alunas jovens sobre a exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas vidas escolares.

Dessa forma, o estudo em tela trata do fenômeno da exploração sexual juvenil e sua interface com a vida escolar dos jovens-alunos de uma escola ribeirinha, no município de Breves, Pará. Propor uma investigação nesta direção é uma forma de provocar a fala de jovens estudantes, cujo contingente, a cada dia é silenciado e neutralizado em ações de denúncias sobre a exploração sexual a que são expostos e ameaçados nos rios que cruzam a região da Ilha do Marajó.

A situação de prostituição nas águas dos rios marajoaras, nas embarcações que circulam em demasia nesta região, divide espaço de experiências e aprendizagens juntamente com a escola na vida de jovens. Segundo Diógenes (2008) e Silva et al. (1997), esta divisão é também determinada pela sobrevivência deste (a) jovem e de sua família. Isto faz com que, na maioria das vezes, ele (a) abandone a escola ou reprove no ano letivo.

Significa que, dentre outras variáveis que interferem na vida escolar do (a) aluno (a), a exploração sexual seja uma delas. Contudo, as dificuldades e os resultados dessa aprendizagem, como a reprovação e o abandono da escola, encontram-se ainda nos dias atuais centrados somente na capacidade cognitiva do aluno, como se outras, como a própria exploração sexual, não tivessem visibilidade para compor elementos dessas dificuldades.

⁵ O termo “condutores” refere-se aos objetivos específicos.

Nossa estrada acadêmica se fez, e ainda se faz, pelos caminhos sinuosos... Como narra Maria Lúcia Medeiros: “há o medo também e só não têm medo os que não têm desejos” (1997, p. 30); dessa maneira, cada fase de observação, investigação teórica e empírica, bem como as análises decorrentes, nos desafiaram a viajar por uma rota ainda pouco explorada, mas não menos importante. Como nos diz Tupiassú (2005), trata-se:

Obstante [...] (de) uma Amazônia não mítica, povoada por legiões de brasileiros muito pobres e que guarda na cultura, na fisionomia e na intimidade com os elementos da floresta, a memória viva do índio ancestral, hoje o quase índio ou quase nada, o errante dos lugarejos encravados no íntimo da mata, em margens sem registro em nenhuma carta, nas beiras de rios, igarapés; ontem destribalizado com violência, deculturado, hoje o desgarrado, a pairar num tempo sem calendas, a gente dos entrançados de verdes e águas, caudais do superlativíssimo rio Amazonas. É esta Amazônia da escassez que convive com o *el dorado* real, de fauna, flora, riqueza, cujas contas do inventário jamais se fecharam. (2005, p. 299, grifos da autora)

Falamos, pois, do município de Breves situado no maior arquipélago de todo planeta, a Ilha do Marajó, cuja juventude, como em qualquer outro lugar, possui desejos, comportamentos, vivências e aprendizados peculiares à sua história. Isto quer dizer que falamos, não somente da “Amazônia da escassez”, expressa na citação acima, mas da Amazônia contraditória, da riqueza natural e da carência em políticas públicas que envolvem seu cotidiano como atuação principal.

Mais do que contraditória, interessa-nos a Amazônia Oriental, urgente, que se revela nos seus indicadores e fenômenos sociais recorrentes de violação de direitos humanos para ações mais responsáveis, como veremos mais adiante, mas que, por oposição, encanta os olhos de quem nunca a viu e entranha de intimidade e pertencimento seus moradores.

A reportagem “As margens da Pobreza”, do jornalista Marcelo Canelas, veiculada no Jornal Nacional de 20 de janeiro de 2005, ao abordar a situação das crianças e jovens marajoaras, particularmente sobre a situação de exploração sexual nos rios da Amazônia, ressalta que “um enorme rio de silêncio cobre a região de Breves”. De acordo com a matéria jornalística, meninas e jovens envolvem-se em situações de prostituição, em meio à carência econômica e social.

Em estudo sobre educação ribeirinha na Amazônia, intitulado *Educação Rural Ribeirinha Marajoara: desafios no contexto das escolas multisseriadas*, de autoria de Ana Cláudia Peixoto de Cristo, Francisco Costa Neto e Jeovani Couto

(HAJE, 2005), é possível dizer que, dentre outros aspectos, o que se nota é a negligência das autoridades quanto à insuficiência de mecanismos de proteção e de direitos para o público infanto-juvenil ribeirinho. A pesquisa enfatiza que, além desta carência de direitos, as limitações materiais e sociais também são motivações impulsionadoras para muitas meninas trocarem a escola pela convivência com a rotina nas balsas em torno da exploração sexual.

Estas informações traçam pistas iniciais e reflexões sobre essa realidade que envolve nosso objeto de estudo. Ao falarmos do lugar e das pessoas notamos que tais informações podem originar estudos em múltiplos campos do saber. Entretanto, direcionamos o nosso para o campo educacional.

Pensar nesta juventude que se constrói banhada nas águas do Marajó e que ao mesmo tempo se nutre de vivências e aprendizados sobre sua região, é enveredar por um contexto que para nós paraenses, possivelmente seja bem próximo de nossas raízes. Contudo, ousamos dizer que para aqueles de outras regiões do Brasil significa, sem uma reflexão devida, pisar em um contexto *sui generis*, ainda pouco imaginado.

A nossa expedição deseja banhar-se de sentido sobre a Ilha do Marajó, com suas vozes, cheiros, contextos e incluí-la em parte em nosso discurso e, dentro do possível, transpor as barreiras, vencer as resistências impostas, de um lado por esta ilha, e do outro, pelo nosso lugar de pesquisadora.

Neste curso pela Ilha do Marajó, barreira do mar, como rememora Loureiro (2001), os sentidos começaram a emergir e a serem elaborados por nós na medida em que, ao seguir a rota mencionada pelo nosso estudo, aos poucos, nos aproximamos desta barragem, dessa mítica barreira do mar para que o tempo da possibilidade desse encontro se entrelace entre a pesquisadora e a região do Marajó.

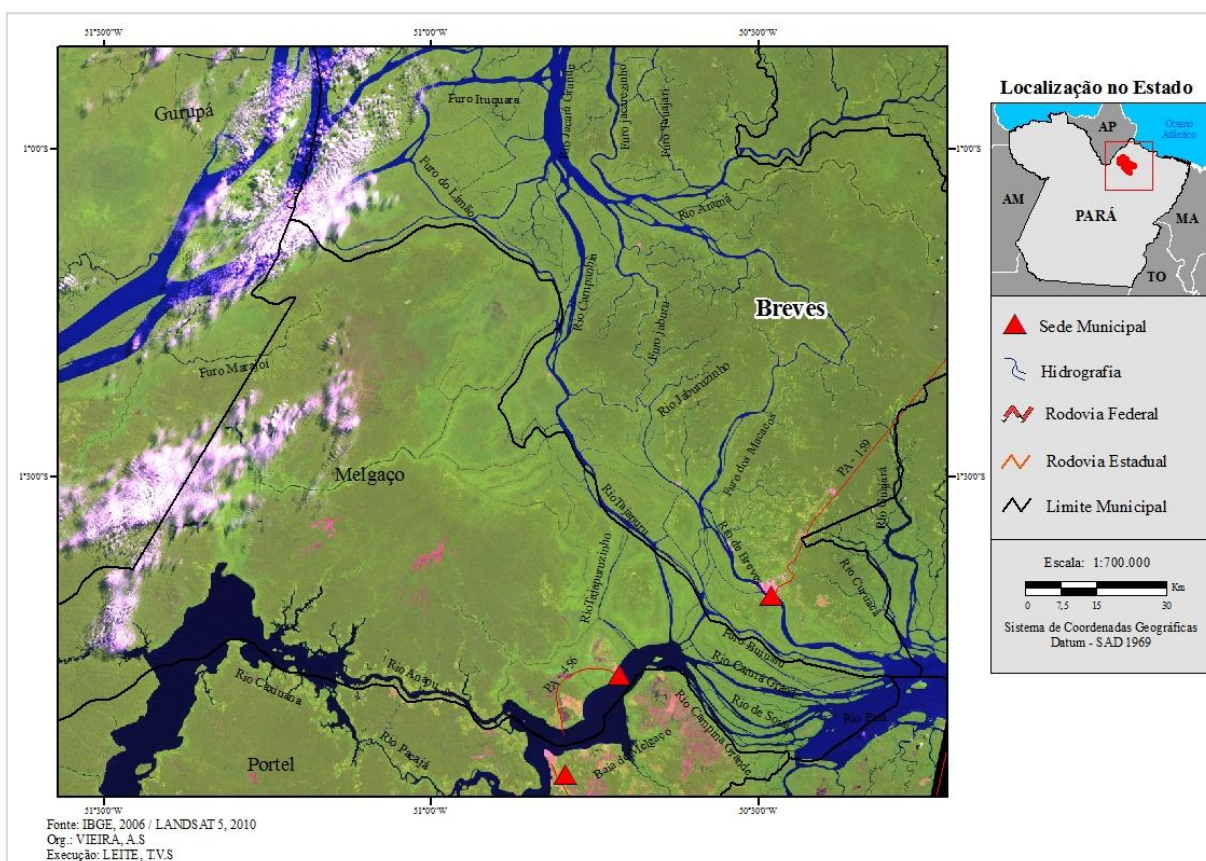
Aos retomarmos nossos objetivos, podemos dizer ou reiterar que nossa expedição desejou ultrapassar, em parte, a barreira do mar, circunscrita em uma região que não vale somente em seu investimento turístico, mas também o investimento nos direitos humanos, necessários para que os jovens desta comunidade possam garantir sua cidadania, sua escolaridade a partir de sua

20
 formação acadêmica e cidadã de qualidade no seu tempo presente com investimento e preparação para o seu pretérito na escola.

Nosso estudo se desenvolveu em Breves, com jovens de uma escola ribeirinha. Este município integra a mesorregião de Marajó e a microrregião Furo de Breves, com uma população estimada de 101.096, de acordo com o Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará – SIIS (2011) e tendo por limites geográficos os municípios de Afuá, Anajás, Melgaço, Bagre, Currálinho, São Sebastião da Boa Vista e Gurupá, todos pertencentes à Ilha do Marajó, conforme o relatório de Estatísticas Municipais da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF, do Governo do Estado do Pará (2009).

No Mapa 1, abaixo, situamos o município de Breves, que integra a Ilha do Marajó.

Mapa 1 - Localização do Município de Breves – Pará



Do total populacional descrito acima, os indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontam que a população juvenil de Breves, aqueles

jovens na faixa etária de 15 e 24 anos, representa 17,2% da soma, isto é, 17,2%¹²⁰₂₁ jovens, na área urbana e rural. O Índice de Desenvolvimento Humano Munic, IDH-M, de Breves é de 0,630 e o IDH-M referente à Educação é de 0,670, índices inferiores ao cenário social paraense, que equivalem à 0,723 (IDH-M) e 0,815 (IDH-M/Educação), conforme demonstra o Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará – SIIS (2011).

Estes dados sociais foram importantes para a compreensão do contexto em que se inscrevem as ilhas do Marajó. Implica dizer que, embora a denominação Marajó subtenda um conjunto de várias ilhas, importa destacar que, dentre elas, existem diferenças marcadas em suas histórias, culturas e contextos que produzem suas histórias. Por outro lado, as semelhanças dividem com as diferenças seus espaços na vida de cada ilha. A característica insular é um dos pontos de proximidade entre as ilhas circunvizinhas, assim como sua fauna, sua flora, seus sujeitos e seu habitat.

No que se refere às carências sociais e implantação de políticas sociais, os apontamentos realizados por Araújo (2009) apresentam análises sobre a história de adversidades com a qual a população marajoara se constituiu. Esta pesquisadora destaca que, estas contradições presentes nas regiões da Amazônia formam-se, sobretudo, na “história de exploração da diversidade de seus recursos e populações humanas, chamadas inadvertidamente por alguns de sociedades invisíveis” (ARAÚJO, 2009, p. 41). Para tanto, esta autora assinala que:

Não ser possível entender a constituição dos sujeitos amazônicos sem correlacionar as suas condições concretas de possibilidades à história nacional, ao modo como a Amazônia foi explorada para a sustentação de um capitalismo dependente que, no contexto da América Latina, colocou de vez o Brasil na condição de economia emergente na relação centros-periferias do Sistema Mundo Moderno (2009, p. 43).

A presença da exploração sexual infanto-juvenil nos rios da Amazônia não é um fenômeno dos dias atuais. Isto porque sua tipificação como prática cruel e criminosa contra este grupo social não surge agora, uma vez que registros históricos que compilam estas práticas em espaços denominados como prostíbulos, existentes nas margens dos rios e também em áreas de garimpagem mostram também corpos infanto-juvenis explorados por pouco ou quase nada, na luta dura pela sobrevivência (SILVA et. al, 1997).

Como assevera Taquete (2007) a exploração sexual gera implicações no desenvolvimento dos sujeitos inseridos na exploração. Pare ela, significa, sobretudo ²²

Uma prática criminosa de humilhação crianças e adolescentes e que representa uma ameaça à sua integridade física e psicossocial. Constitui uma violação fundamental do direito humano e do direito ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável. (2007, p. 162)

Esta autora destaca que há quatro formas principais de exploração sexual juvenil, quais sejam: a prostituição, a pornografia, turismo sexual e o tráfico com fins sexuais.

A prostituição, como uma das formas de exploração sexual, assume ao longo das culturas modernas diversas características. Ainda que não seja nosso foco de investigação cabe observar que a prostituição tem suas raízes no desenvolvimento histórico do patriarcado (BOTELHO, 2003; AZEVEDO e GUERRA, 2007). Segundo Botelho (2003),

A gênese da prostituição foi gerada desde uma antiguidade muito remota e que uma de suas características mais marcantes, como as relações interpessoais de poder do homem sobre e com a mulher, está até os dias de hoje permeando intimamente essas relações, relegando-a à situação de prostituta ao menor sinal que extrapole aquilo que já está convencionalizado como correto (2003, p. 40).

Embora existam diversas formas de analisar este fenômeno, conforme o objetivo do pesquisador, sua metodologia de investigação e campos de análise, nossa ênfase no presente estudo voltou-se para a análise do fenômeno da exploração sexual juvenil, em destaque a sua constituição na forma de violência, sobretudo sexual, contra o seguimento juvenil feminino.

Para Leal (1999) todas essas formas de exploração, ainda que possuam conceituações diferenciadas, estão implicadas em relações de poder e de sexualidade mercantilizada, que objetivam tirar proveitos por adultos e que pode causar danos biopsicossociais aos sujeitos explorados.

De acordo com Hazeu (2004, p. 31), este mercado do sexo no qual se inserem crianças e jovens, transforma a sexualidade infanto-juvenil em mercadoria, negociada por meio de relações desiguais e opressoras.

Como estabelece a Convenção 182 e a Recomendação 190, da Organização Internacional do Trabalho - OIT⁶, a exploração sexual infanto-juvenil é reconhecida como uma das “piores formas de trabalho infantil” e uma negligência aos direitos desses sujeitos.

A exploração sexual não se reduz a um grupo ou classe social. A Declaração e Agenda para Ação, aprovadas no I Congresso Mundial contra Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado em Estocolmo (1996) reconhece que:

A exploração sexual de crianças é um fenômeno transversal, atingindo todas as classes sociais e grupos na Sociedade, os quais podem contribuir para a exploração, através da indiferença, o desconhecimento das consequências nocivas sofridas pelas crianças e pelos valores que consideram crianças como mercadorias (1996, p. 02).

O campo de significação da exploração sexual juvenil, dentre um número significativo de teóricos que desenvolvem estudos nesta área pactua de uma premissa sobre a emergência de uma discussão pública sobre a garantia de direitos sociais, sobretudo das crianças e dos adolescentes, protegendo-as da violação de seus direitos, como os casos de abuso sexual no núcleo familiar e fora dele (CAMARGO e LIBÓRIO, 2006).

Nosso envolvimento com a temática juvenil ocorreu anteriormente à formação acadêmica inicial, na condição de educadora e militante social, especificamente na participação em grupos defensores da emancipação de gênero e igualdade de direitos juvenis, como a União Brasileira de Mulheres - UBM, seção Jovens Mulheres.

Todavia, a proximidade acadêmica com o objeto eleito para nosso estudo, a exploração sexual juvenil na perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS) e a implicação para a vida escolar destes jovens-alunos que estudam na escola localizada na região do Marajó, solidificou-se a partir da inserção no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC/ CNPQ, no período entre 2006 e 2008.

⁶ A Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição da Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação foram concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. Disponível em <http://www.institutoamp.com.br/oit182.htm>. Acesso em abril de 2010.

A nossa participação no programa de iniciação científica entre os anos 2006 e 2008 possibilitou a realização do nosso desejo de vivenciar experiências em estudos e pesquisas sobre o par: juventude e educação, bem como a nossa integração no Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude, Representação Social e Educação - GEPJURSE⁷.

Este universo acadêmico nos proporcionou luzes, pistas para a definição de campos de interesse a serem compartilhados na licenciatura em Pedagogia. Dessa forma, voltamos o nosso olhar e a nossa dedicação para viver a primeira experiência no campo da pesquisa com uma investigação que objetivou o estudo da violência nas escolas da rede pública estadual paraense, realizada entre os anos de 2006 e 2008. A pesquisa mencionada de título: *A violência nas escolas: um estudo sobre sua dinâmica a partir das representações de jovens, gestores, professores e técnicos de ensino, da rede pública de ensino de Belém (PA)* além de possibilitar aprendizagens com o processo de pesquisa nos propiciou aproximações com o campo teórico-metodológico sobre o tema juventude.

Posteriormente, em 2008, foi significativa nossa atuação no Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos/PA - CEJDH, no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM e no Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária - CEPCP, da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/Pará. Esta nos oportunizou o contato com denúncias de violação de direitos humanos, com predominância nos casos de violências contra trabalhadores rurais, mulheres, jovens e crianças paraenses.

Foi neste trabalho que tivemos especial interação com a temática da exploração sexual infanto-juvenil no Estado do Pará. Recebíamos recorrentes denúncias de casos de envolvimento de crianças e de adolescentes, na capital e interior do Pará, que resultaram na composição de relatórios e diagnósticos visando ao combate e ao enfrentamento a tal problemática.

De acordo com o Diagnóstico dos Direitos Humanos no Pará (2007), organizado por grupos de pesquisa⁸ da Universidade Federal do Pará em parceria

⁷ Este Grupo possui registro no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Ivany Pinto Nascimento. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo>.

⁸ Grupos de Pesquisa responsáveis pelo estudo: Grupo de Est. e Pesq. sobre Trabalho e Educação - GEPE, G. P. em Direitos Humanos e Políticas Públicas, G. Est. Pesq. sobre Família, Criança e

com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará - SEJU²⁵ referente aos anos 2000 a 2006, sob o título *Diagnóstico dos Direitos Humanos no Pará*, as violações dos direitos juvenis, as condições de extrema pobreza e carência social são fatores impulsionadores para o envolvimento de crianças e jovens no trabalho infantil, na mendicância e, principalmente, na prostituição no arquipélago do Marajó. O referido Diagnóstico dos Direitos Humanos no Pará (2007) assinala que:

A Mesorregião do Marajó tem se destacado pela complexidade que a questão vem assumindo, principalmente nos municípios de Breves e Portel em que a maioria das meninas que residem na área rural e trocam a escola pela prostituição nos barcos e balsas que trafegam transportando mercadorias entre os rios que ligam a referida Mesorregião ao estado do Amapá – são as denominadas “balseiras”. (2007, p.82)

Neste corpo instigador, outras fontes também fomentavam o nosso interesse pelo tema. Dentre eles citamos o Relatório das Atividades da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados (2007). Tal documento aponta um conjunto de denúncias sobre a situação de exploração e abusos contra crianças e adolescentes na Ilha do Marajó, apuradas inicialmente pela Comissão na audiência pública no dia 11 de maio de 2006, ocorrida no município de Portel, Pará, por meio do Bispo da Diocese da Ilha do Marajó (PA), Monsenhor Dom José Luiz Azcona.

Os crimes envolviam políticos locais, autoridades públicas do legislativo, judiciário, policiais militares e civis, professores das escolas municipais dos municípios de Breves e Portel, no Estado do Pará, entre outros agentes identificados pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias como integrantes de uma rede de exploração sexual que atentava contra os direitos das crianças e adolescentes na região.

Tais denúncias foram fundamentais para retirar esse lamentável cenário da invisibilidade. Para eclesiástico da diocese da região marajoara, a prática de aliciamento de crianças e adolescentes para a prostituição configura uma atividade recorrente nos municípios dessa região, sem atenção e sem coibição efetiva das autoridades locais, conforme destaca o documento da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (2007).

Outro relatório, o da CPI da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA sobre os crimes de pedofilia, concluído no ano de 2010, reitera a incidência da exploração sexual infanto-juvenil no município de Breves. De acordo com este documento, durante o período de trabalho da comissão na região do Marajó, o município de Breves recebeu o maior número de denúncias de abuso e exploração sexual, sobretudo a ocorrência nas balsas. Isto é equivalente a 58% do total de casos dentre os nove municípios do Marajó analisados pela Comissão Parlamentar.

O relatório mencionado constatou que as consequências do abuso sexual e a prostituição juvenil constituem-se em fortes determinantes de evasão escolar do ensino fundamental, especialmente na faixa etária correspondente à juventude.

Isto confirma os relatos feitos no desenvolvimento do presente estudo pelas pedagogas e professoras da escola presente na comunidade São Francisco. Segundo elas, nos anos de 2008 e 2009, conforme podemos conferir no decorrer deste trabalho, algumas jovens abandonaram a escolarização por estarem na condição de exploração sexual nos barcos e balsas que navegam pelos rios que cercam a escola.

Cumprido notar que as primeiras sinalizações deste estudo mostraram que esta informação retrata uma realidade ainda não oficializada nos órgãos de educação municipal de Breves, uma vez que, até o presente momento, não há qualquer levantamento ou análise sobre a relação entre a exploração sexual juvenil e a evasão escolar de jovens-alunas nas escolas ribeirinhas. Contudo, além dos educadores, também são recorrentes as denúncias feitas pelos agentes sociais e religiosos – integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) – organizados no município de Breves sobre a evidência desta evasão e de seus motivos.

Embora o Brasil possua diversos programas e projetos referentes ao combate e à prevenção da exploração de crianças e adolescentes, tanto para fins de trabalho, quanto para fins sexuais, e, também seja signatário das recomendações da Conferência Internacional de Direitos Humanos, Viena (1993), atribuindo aos Direitos Humanos uma política governamental (Brasil, 2010), além dos trabalhos das entidades sociais e comunidades religiosas, os impasses ainda são grandiosos.

Ações governamentais, principalmente do Governo Federal, representam medidas para enfrentamento do problema em tela. Citamos o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR), criado no ano de 2000, o qual visava realizar articulação e fortalecimento de redes de enfrentamento da violência se²⁷ contra crianças e adolescentes, dentre outros fins (ROCHA, 2010).

No âmbito do Estado do Pará, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, homologado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, em julho de 2000, configura-se um marco histórico para as ações em defesa aos direitos infanto-juvenis, aponta Rocha (2010).

O Estado do Pará, a partir do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, PAIR implantou o Programa Guarani, no ano de 2007, contou com a parceria da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/Pará, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e da Universidade Federal do Pará e entidades sociais, entre outras organizações e instituições públicas.

Este Programa originou dois projetos que focalizaram duas frentes de trabalho. O primeiro, o *Projeto PAIR*, objetivou o reordenamento e a integração das metodologias de enfrentamento da violência sexual e do tráfico de pessoas, nos municípios de Belém, Marituba, Altamira e Marabá; o outro, o *Projeto Guarani*, com ações estendidas a mais doze municípios, objetivou fortalecer e articular redes municipais de proteção, contra violações de Direitos Humanos e de naturezas sexuais de crianças e adolescentes no Estado do Pará, especificamente em Ananindeua, Breves, Portel, Soure, Salvaterra, Santarém, Belterra, Alenquer, Itaituba, Trairão, Rurópolis e Novo Progresso.

Também pudemos conferir que as imprensas, paraense e nacional, por meio de manchetes de jornais, programas de TV e espaços de mídia em geral veiculam denúncias de exploração sexual, abusos e tráficos de jovens paraenses para fins sexuais, inclusive dando atenção aos casos de violação aos direitos da infância e da juventude marajoara.

Apesar de ainda não dispormos de estatísticas oficiais sobre a exploração sexual juvenil nos rios da Amazônia, os relatórios acima mencionados, bem como a

recorrência de denúncias, atestam que este fenômeno é presente, não somente na região de Breves, mas também em outros trechos fluviais na “Amazônia não mítica”, como denomina Tupiassu (2005), cuja presença já nos causa indignação.

Deste modo, notamos que as imagens que vestem a realidade marajoense difundem cenas impactantes que, na maioria das vezes, culpabilizam quase exclusivamente as famílias, e traçam a exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó como algo justificável meramente pelo contexto da escassez de renda e de amparo social.

Essa perspectiva acentua apenas uma face do problema, isto é, a face econômica, sem aprofundar, ou mesmo sem dedicar atenção aos aspectos que perpetuam sua prática, como as relações de poder, a marginalização e desvalorização da figura feminina na autonomia do seu corpo e desejo (TAQUETE, 2007).

Para Spósito (2002), na apresentação do estado da arte sobre pesquisas a propósito da juventude no campo educacional, as investigações na área da prostituição e/ou exploração sexual juvenil ainda está em consolidação. Um desafio, portanto, para os programas de pós-graduação em Educação. Neste levantamento das produções acadêmicas, no período entre 1999 e 2006, é possível constatar que 12% do total de estudos se dedicam a modalidades de violência que afetam os jovens brasileiros, inclusive pesquisas sobre prostituição juvenil.

Frente a estes aspectos, o esforço deste estudo foi o de revelar as imagens e os significados que jovens de uma escola do Marajó possuem sobre a exploração sexual juvenil uma vez que ela pode selar destinos de crianças e jovens.

A submissão de jovens em condição de prostituição é mais um exemplo do estabelecimento perverso das relações de poder entre o forte, aquele que detém algum poder, e o mais fraco, aquele que, por possuir pouco ou quase nenhum poder, submete-se ao outro, que detém o poder. O discurso é veiculado e naturalizado a partir desta relação de poder estabelecida. Esta relação se mantém pelo submetimento do mais fraco que ocupa este lugar para garantir as suas demandas, seja orgânica, emocional, social, econômica, entre outros.

Vale destacar que estas demandas se encontram imbricadas entre si, podendo em uma situação haver um destaque maior de uma em detrimento de

outras. Importa para o pesquisador escutar o objeto de estudo eleito, no caso, a exploração sexual juvenil pela fala dos jovens, para além do senso comum e da opinião do pesquisador. A sensibilidade para escutar o outro é algo desenvolvido no exercício da pesquisa.

Souza (2009) faz algumas considerações importantes sobre a função 29
cientista social que vale a pena relembrar:

A função do cientista, principalmente do cientista social, é a de honrar o privilégio de elaborar um pensamento sem viver um sofrimento e o drama cotidiano da miséria material e simbólica, começando pela coragem de abrir mão das ilusões que só as pessoas imersas nessa miséria precisam para continuar vivas, para explicar as condições sociais objetivas que levam a tamanho sofrimento. Ao invés de ser o povo que “dá a outra face”, como na mitologia do brasileiro acolhedor, generoso e indulgente (daí ser capaz de evitar os conflitos) o brasileiro da “ralé”, quando visto com a lucidez crítica da sociologia, é aquele despossuído de todos os pré-requisitos para a generosidade do amor, ficando apenas com o amor da renúncia, o das mães que usam o próprio corpo como filtro para retirar da agressividade que sofrem em casa (e na rua também) algum afeto para os filhos, na tentativa de livrá-los do destino dos seus pais. Como se pode ofertar a “outra face” quando se é impedido de possuir se quer uma; quando a “face”, desde a infância nunca foi alvo de carinho e afeto? O drama do amor dos pobres chega a limites onde a impossibilidade de saber amar ratifica e justifica a punição afetiva imposta às mulheres, tanto pelos homens como por elas mesmas. (2009, p. 144)

Em síntese, crianças e jovens, independente do lugar, grupo social ou gênero, têm direito à garantia de suas necessidades materiais, afetivas, intelectuais e culturais. Estabelecer um nexo causal entre exploração, abuso sexual, violência física e psicológica infanto-juvenil, entre outros, como algo próprio dos cidadãos originários de regiões, famílias e grupos carentes é, sem dúvida, desconhecer a complexidade da dinâmica que envolve estas e outras situações.

Para além do fator econômico, podemos pensar na violação dos direitos assegurados às crianças e aos adolescentes, com vistas a assegurar-lhes as integridades física e moral. Conforme os artigos 5º e 244-A, da Lei n.º 8.969/ 1990 (o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA), não há uma razão econômica direta, mas de titulação de direitos humanos assegurados.

O primeiro estabelece que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

No segundo, o artigo 244-A, a Lei ratifica que:

Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: Pena - reclusão de quatro a dez anos, e multa”.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescent 30 práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação à cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

Del-Campo e Oliveira (2005) esclarecem que o primeiro artigo tem por referência a universalidade e a integralidade de direitos previstos na Constituição Federal Brasileira, especificamente no artigo 227. No segundo (art. 244-A), o termo “submeter” refere-se à condição de tirar proveito para fins sexuais.

Conforme apontamos nos objetivos que foram expostos, realizamos nosso estudo em uma escola ribeirinha, na Comunidade Ribeirinha São Francisco, no município de Breves, Pará, tendo como referência o período compreendido entre 2010 e 2011.

Nossa investigação foi em uma comunidade localizada na região do Furo de Breves, pertencente ao município de Breves, no Estado do Pará. Nas curvas dos rios Buiussú e Tajapuru, que margeiam tal região, crianças e jovens estão inseridas na exploração sexual. Muitas vezes conduzidas por membros de suas famílias e colegas, para balsas e barcos que cruzam essas águas (Relatório da CPI da Pedofilia-ALEPA, 2010). Seus corpos são como moeda de troca, por dinheiro, por óleo diesel (combustível utilizado nos motores das embarcações de pequenos e médios portes) e alimentos, dentre outros.

Decidimos por uma amostra local da escola ribeirinha, aqui em destaque, por configurar a unidade escolar assistida pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Breves. Conforme informações deste órgão da administração escolar municipal, a escola tem dificuldades de permanência de seus alunos nos períodos letivos, principalmente por desmotivarem-se nos estudos e/ou por terem que se ausentar da escola em função das idas às balsas e barcos, imersos no contexto acima narrado.

Mais do que caminhar no processo de desvendamento deste fenômeno da exploração sexual juvenil, que cerca a vida dos (as) alunos/as nas mais variadas dimensões, sobretudo na dimensão escolar, fomos também nos constituindo neste

mosaico investigativo na medida em que a personagem pesquisadora assumido e apropriado por nós, aos poucos, foi sendo revelado. Ao se revelar, passou a aprender sobre o caminho investigativo.

O referencial teórico-metodológico que adotamos neste estudo é o da Teoria das Representações Sociais - TRS, cunhada por Moscovici (2010) com compreensão de que elas se apresentam como uma forma de analisar o pensamento consensual de um grupo social. Moscovici (2010) define representações sociais como:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (2010, p. 189).

Segundo Nascimento (2002, p. 118), “o conhecimento do senso comum é fundamental para se entender as formas de pensamento que dirigem e justificam as condutas e práticas sociais”.

É nesse universo teórico que apreendemos a direção deste estudo no que tange as RS dos jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil e suas implicações na escolarização, uma vez que “oferece uma contribuição significativa para se pensar sobre os conhecimentos que tanto orientam o processo educativo, sua estrutura, seus mecanismos e leis quanto a forma de pensar e de agir dos atores envolvidos no processo” (NASCIMENTO, 2002, p, 119).

Sêga (2000) assinala que:

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relações a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas (2000, p. 128).

A teoria das representações sociais, portanto, é uma maneira de interpretação da realidade, na medida em que organiza as relações do sujeito e do grupo com o mundo e que orienta as suas condutas e comportamentos no meio social.

As representações sociais “envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados” (JODELET, 2001, p. 22).

A importância do estudo das representações sociais para o campo de educação é investigar a dinâmica dos sistemas de referências que os grupos sociais utilizam para compreender os acontecimentos do cotidiano. As representações sociais são teorias implícitas que um grupo partilha sobre alguém ou sobre alguma coisa (JODELET, 2001).

As representações sociais são formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas de construção de uma realidade comum a um determinado conjunto social e possuem uma orientação prática. Estas representações sociais sobre os objetos não se constroem isoladamente; mas a partir da troca de informações na relação com os outros, sobre as experiências com aquele objeto (JODELET, 2001).

Para a identificação das representações sociais e para a compreensão de sua dinâmica, neste estudo, utilizamos dois elementos que compõem o processo de constituição das Representações Sociais, quais sejam: a) objetivação que consiste na elaboração mental da imagem do objeto tornando-o familiar, e a b) Ancoragem, que consiste na atribuição de sentido a imagem mental ao objeto (MOSCOVICI, 2010, p. 61-70).

Outro referencial fundamental para que pudéssemos realizar incursões e articulações nos campos teóricos pelos quais transitamos e que nos forneceu sustentação à temática da exploração sexual juvenil foram: Sobre o tema: *exploração sexual juvenil* destacamos a pesquisa organizada por Anaclan Pereira Lopes da Silva (1997) intitulada “Prostituição e adolescência: prostituição juvenil no interior do Pará: Trombetas e garimpos do Vale do Tapajós”. As fontes teóricas de Andrade (2004), Azevedo e Guerra (2007), Taquete (2007), Landini (2005), Leal (2005), Hazeu (2004), Souza (2009), Viodres Inoue (2007) que complementam os referências destas discussões, assim como outras que se fizeram necessárias.

Além destes, também foram nossos referenciais teóricos sobre juventude> Ariès (1981) e Pais (1990), recorreremos às análises de Castro e Carneiro (2007),

Dayrell (2004), Nascimento (2006; 2002), Peralva, (1997), Serra Freire (2002), Spósito (2009; 2002), dentre outros. Estes assinalam que não existe uma *juventude*, sim *juventudes*, em função da diversidade de contextos brasileiros que este grupo se constrói, tendo, em si, pontos de aproximações e divergências nas dinâmicas 33 vida dos jovens, inclusive a marajoara.

As abordagens deste estudo são de cunho qualitativo-descritivo, traduzidos no tratamento de informações colhidas junto aos jovens. Os referenciais de Franco (2008) sobre a análise de conteúdo serviram de base para o tratamento das informações.

As contribuições de Moraes e Nascimento (2010) também auxiliaram na organização e elaboração das temáticas analíticas contextuais e conclusivas utilizadas para a organização das imagens e dos sentidos de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre a exploração sexual juvenil e as implicações nas suas escolarizações. A seguir, estas discussões possibilitaram a elaboração das Representações Sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre a exploração sexual juvenil e implicações nas suas escolarizações.

Nesta trilha investigativa partimos em nossa expedição com muito mais dúvidas do que certezas. Nosso farol, tal qual um guia, foram a observação, a escuta e a humildade para entender o que o outro diz, como ele diz, e qual o lugar que ele ocupa sobre o que diz.

Para detalhar mais a escritura do que acabamos de registrar, recorreremos ao nosso diário de bordo e, por fim, elaboramos o que desejamos dizer ainda na forma de seções.

Deste modo, estruturamos este estudo da seguinte forma: No primeiro momento apresentamos a trajetória metodológica que orientou nosso estudo, que denominamos de *Carta Náutica*.

A seguir, expusemos o mapeamento teórico na primeira seção, que trata da base teórica e conceitual sobre exploração sexual juvenil. Nesta imersão, também delineamos análises sobre o papel da escola face ao enfrentamento da exploração sexual juvenil.

Seguimos com a apresentação das informações dos (as) jovens a partir da problemática deste estudo, organizadas nas demais seções, que aqui chamamos de

rota. Na *primeira rota* contamos em detalhes a rota de nossa expedição entrelaçada às informações dos respondentes a partir de três dimensões: o Rio, a Comunidade e a Escola da Comunidade São Francisco.

34

Na *segunda rota* de nossa expedição narramos as imagens e os sentic... que deram origem às temáticas analíticas contextuais sobre a exploração sexual juvenil. Neste momento cotamos sobre as temáticas que assinalam a composição das objetivações e ancoragens que compõem o processo de Representações Sociais dos alunos-jovens sobre a exploração sexual e as implicações nas suas escolarizações. E, por fim, apresentamos as Representações Sociais dos alunos-jovens sobre a exploração sexual e as implicações nas suas escolarizações.

Finalizamos nossa escritura com as nossas conclusões, que por ora, são os nossos achados.

Carta Náutica: a Metodologia

Nesta seção abordamos a metodologia que subsidiou o nosso estudo que intitulamos de Carta Náutica. Ela funcionou como um orientador de nossa expedição, visto que dela dependeu os rumos subsequentes que damos ao estudo.

Nossa Carta Náutica indica informações, tais como a trajetória empírica e teórica de nosso estudo, a coleta e análise de informações utilizadas em diversos momentos das rotas que seguiram ao longo deste estudo.

Desta maneira o método foi visto por nós com a função de uma carta náutica que orientou nossa expedição de estudo e empiria. Organizamos em fases nas quais algumas se cruzam e ou se interpõe.

Os quadros e informações abaixo, que denominados de fases, assinalam não somente a metodologia que seguimos como também o mapeamento que traçamos e realizamos em cada uma das fases.

- **Primeira Fase** – levantamento e organização do arcabouço teórico.

a) Levantamento bibliográfico sobre o tema das Representações Sociais, juventude e exploração sexual na Amazônia: Dissertações, Teses, artigos e livros.	b) Levantamento bibliográfico de documentos sobre a exploração sexual infanto-juvenil na ilha do Marajó;	c) Sistematização das informações
--	--	-----------------------------------

- **Segunda Fase**

a) Planejamento e elaboração do estudo e da empiria - elaboração da proposta de estudo a partir dos resultados parciais submetidos à análise banca de qualificação deste estudo.
--

- **Terceira Fase**

a) Exame de qualificação;	b) Revisão do Planejamento e elaboração do estudo e da empiria com base nas sugestões da banca de qualificação.	c) Organização do Projeto e outros documentos necessários para encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP -ICS/UFPA.
---------------------------	---	--

- **Quarta Fase**

a) Elaboração dos questionários;	d) Seleção de jovens-alunos para entrevista individual: quatro (04) jovens sexo feminino; dois (02) sexo masculino.
b) Elaboração das entrevistas;	e) Aplicação dos questionários (primeiro instrumento de coleta de informações);
c) Seleção de alunos e alunas para participação na aplicação do questionário. Total de sujeitos selecionados: Dezesesseis (16) jovens-alunos/as;	f) Realização das entrevistas individuais com jovens-alunos e alunas.
g) Conversas com moradores da comunidade e entrevistas com religiosos atuantes na Comissão de Justiça e Paz – CJP/NBB;	

Para a empiria elaboramos um questionário⁹ com questões correspondentes as seguintes categorias:

Quadro 1. Temas do questionário (4ª fase)

Temas do questionário
1) Identificação e caracterização dos jovens participantes do estudo (idade, sexo, vínculos afetivos, expectativas e experiências, atividade econômica familiar, moradia).
2) Aspectos referentes à escola (vida escolar, importância da escola, condições de funcionamento).
3) Elementos que podem exercer influência no envolvimento de jovens em situação de exploração sexual juvenil.
4) Elementos representativos da imagem atribuída à situação de exploração sexual juvenil.
5) Percepções sobre a exploração sexual à luz do contexto escolar, experiências de suas atividades escolas e mecanismos de enfrentamento a este fenômeno social.

⁹ O questionário consistiu em questões fechadas e abertas, elaborado por esta pesquisadora, com base nas orientações da Prof.^a Dr.^a Ivany Pinto, orientadora deste estudo.

As categorias utilizadas para a organização do questionário auxiliaram na realização do roteiro pré-elaborado de tópicos para as entrevistas individuais. Estas permitiram o aprofundamento de questões presentes no questionário.

Apresentamos abaixo o roteiro de entrevista individual:

Quadro 2 - Roteiro de Entrevistas para coleta de informações (4ª fase)

<i>Roteiro para entrevista individual</i>	
1)	Idade / Moradia / Trabalho
2)	Dados escolares
3)	Vivências compartilhadas com o rio e comunidade onde vivem
4)	Situação da exploração sexual juvenil
5)	Implicações escolares na vida de jovens inseridos/as na exploração sexual juvenil
6)	O enfrentamento à exploração sexual juvenil e importância da escola neste contexto
7)	Mensagem <ul style="list-style-type: none"> • Você gostaria de deixar alguma mensagem ou dizer algum recado para/ sobre os jovens da comunidade?

Esta fase, a da elaboração dos instrumentos para a empiria, foi uma das mais desafiadoras na construção metodológica de nosso estudo. Isto porque esta fase se constituiu em um dos momentos de aprendizagem no que se refere à forma de abordagem do tema, uma vez que o tema da exploração sexual juvenil é silenciado e este exige prudência e perspicácia na investigação, como quem mergulha em águas ainda turvas de um rio.

No entanto, ficamos com a certeza de que a juventude marajoara tem direito a essa audição, escuta como um meio ouvi-la para saber de suas expectativas, seus sentidos e sentimentos e também suas percepções sobre o fenômeno da exploração sexual juvenil e como isto interfere nas suas aprendizagens e vivências escolares.

Os critérios éticos que asseguram a integridade dos jovens participantes deste estudo foram garantidos, com base na Resolução n.º 196 que consiste em

diretrizes e normas que regulam as pesquisas com os seres humanos (Conselho Nacional de Saúde), na qual o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP¹⁰ da Universidade Federal do Pará – UFPA também se fundamenta.

A pesquisa recebeu a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA. Na redação final deste estudo disponibilizamos a lista de documentos apresentados ao Comitê, dentre eles o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, consentido pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED do município de Breves, bem como a Carta Provisória do CEP/ UFPA (ANEXO B).

Vale acrescentar que encaminharemos ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA as alterações feitas no projeto que submetemos à análise junto a esse órgão colegiado.

Iniciamos a fase coleta de informações somente após o esclarecimento dos objetivos do estudo para os jovens que participaram da pesquisa. Informamos também aos respondentes que a participação era voluntária e manteríamos o sigilo na identificação dos mesmos.

Escolha dos sujeitos (jovens-alunos):

Com base nas informações obtidas junto a Coordenação Pedagógica da Instituição Escolar referentes ao ano de 2011, a escola São Francisco possui cento e noventa e seis (196) alunos e organiza-se em nove (09) turmas, sendo uma (01) de educação infantil, cinco (05) de ensino fundamental inicial (1ª a 4ª série), duas (02) de ensino fundamental final (5ª e 6ª série) e uma (01) turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA (ANEXO C).

No detalhamento destas informações verificamos que no turno vespertino concentra-se o maior número de sujeitos na faixa etária que delimitamos para desenvolver este estudo. Isto quer dizer que, cento e quarenta (140) alunos estão matriculados no ensino fundamental nos horários da manhã e tarde. Destes, o período vespertino possui sessenta e cinco (65) alunos com idade acima de 14 anos, matriculados nas turmas de quarta, quinta e sexta série do ensino fundamental.

¹⁰ Na página eletrônica do CEP é possível conferir esta informação com mais detalhe. Disponível em: http://www.ufpa.br/ics/index.php?option=com_content&view=article&id=148&Itemid=31 Acesso em: Dezembro/ 2010.

Para a escolha dos sujeitos elegemos critérios como: a) voluntário, conforme o interesse e disponibilidade; b) faixa etária; c) vínculo com a instituição escolar, regularmente matriculados na Escola São Francisco no ano de 2011; d) o fato de serem jovens na faixa etária entre 14 e 20 anos, de ambos os sexos, fundamentados na etapa pertencente à juventude, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) (DA SILVA e SOUZA E SILVA, 2005).

Diante destes critérios, selecionamos 20% de alunos de um total de sessenta e cinco (65) jovens com idade acima de 14 anos. Este percentual é relativo à amostragem de confiança de 95%, segundo Triola (2005), perfazendo o total de treze (13) jovens, do sexo feminino e masculino, matriculados no ensino fundamental da educação básica.

Durante o início da coleta mais três jovens manifestaram interesse em participar do estudo. Ao final do trabalho, dezesseis (16) jovens participaram da coleta de informações. A participação destes jovens deu-se da seguinte forma: dezesseis (16) participaram da etapa de aplicação dos questionários e, destes, seis (06) contribuíram na realização das entrevistas.

Vale pontuar que não houve uma equivalência no total de sujeitos para cada uma dessas séries escolares. Buscamos envolver os jovens que se mostravam dispostos a participar do estudo de acordo com os critérios gerais definidos pelo estudo, qual seja, idade, série e disponibilidade.

A tabela abaixo resume as informações dos sujeitos que participaram do estudo, no momento da aplicação dos questionários e das entrevistas.

Tabela 1 - Total de alunos/as que participaram do estudo (4ª fase)

Idade / série	Série / Sexo						Total
	4ª série		5ª série		6ª série		
	F	M	F	M	F	M	
12 e 14 anos	01	-	-	02	-	-	03
15 e 17 anos	-	-	02	03	01	01	07
18 e 20 anos	-	-	-	-	02	04	06
21 e 24 anos	-	-	-	-	-	-	-
Total	01	-	02	05	03	05	16

Fonte: Pesquisa de Campo RS sobre ESJ e as implicações na escolarização de alunos de uma escola ribeirinha (2011)

- **Quinta Fase:**

Esta fase correspondeu ao tratamento tanto dos conteúdos dos questionários quanto das entrevistas. Estes conteúdos são complementares entre si, uma vez que versaram sobre o mesmo tema. Estes se organizaram pelas unidades de significado com base em seus contextos.

Franco (2008) observa que as unidades de significado com base no contexto “podem ser consideradas como o ‘pano de fundo’ que imprime significado às unidades de análise” (FRANCO, 2008, p. 46). Implica em dizer que os sentidos que se inscrevem no conteúdo de uma fala que se articulam nas malhas de textos e contextos plenos de sentidos. Como afirma Nascimento (2011),

Falar de escrita é falar de elaboração, construção, palavras, sentidos, imagens, enfim, movimento de imagens que se convertem em outras que repetem de forma diferente pela proximidade e distância de seus lugares e ainda pelo lugar de ordenação que ocupam nos elos de uma corrente de sentidos. (2011, p. 25)

Seguimos tais proposições, com base em Franco (2008) e Nascimento e Moraes (2010). Realizamos no primeiro momento a codificação e registro dos questionários, a seguir o registro das entrevistas individuais e, posteriormente a organização do conteúdo pelas unidades de significado e matrizes biográficas, com base em Franco (2008) e Pinto e Moraes (2010).

Esta fase consistiu no delineamento do tratamento e da análise das informações, composta pelas seguintes fases:

1ª - Registro das falas dos questionários e entrevistas

2ª - Organização do conteúdo das falas pelas temáticas de sentido e de contexto. Nesta mesma fase realizamos a organização e edição de painéis temáticos e contextuais que denominamos de *Paisagens de uma escola ribeirinha e a constituições de seus entornos*, articulado às informações da Escola e da Comunidade São Francisco, na *primeira rota*.

Ao longo desta rota expomos painéis de imagens capturadas em nossa pesquisa de campo que ilustram o cotidiano, as paisagens, os lugares e as pessoas. Nosso propósito foi o de apresentar estes painéis, junto com as falas e análises, a partir de imagens que entrecruzam a constituição de nosso estudo, para aproximar o leitor do contexto e da realidade no qual esse sujeito e essa escola estão inseridos.

Isto se representou a “apreensão de ângulos, de focos, de efeitos de luz e sombra, da harmonia das cores, da eleição de contextos, cenas, sujeitos, ações, na forma de revelação, de ampliação e de seleção das imagens” (NASCIMENTO, 2011, p, 26).

Se a Ilha do Marajó se faz grande, utilizamos as lentes de nossa máquina para capturar parte dessas cenas, que de longe serão estáticas, pois se compuseram no curso de nossa busca empírica para elucidação do objeto deste estudo. Como nos diz Barthes (1984),

A fotografia é uma evidência intensificada, carregada, como se caricaturasse, não a figura do que ela representa (é exatamente o contrário), mas sua própria existência. (...) Na fotografia o que coloco não é somente a ausência do objeto; é também, de um mesmo movimento, no mesmo nível, que esse objeto existiu e que ele esteve onde eu vejo. (1984, p. 168-169)

3ª - Elaboração de temáticas analíticas contextualizadas pelas unidades de significado. Momento também de elaboração das Matrizes Biográficas.

As *matrizes biográficas* de jovens-alunos (as) foram elaboradas a partir do conteúdo das entrevistas. Emprestamos os nomes fictícios de personagens do romance *Marajó*, do escritor Dalcídio Jurandir (2008). As informações em torno da matriz biográfica serão retomadas na primeira rota deste estudo, especificamente no item da caracterização dos sujeitos.

A escolha do termo *matriz biográfica* se deu com o intuito de apresentar alguns traços biográficos dos jovens que participaram da entrevista, em destaque, sobretudo, aspectos referentes às suas trajetórias de vida, moradia, família, série escolar, dentre outros (SOUSA, 2008).

Figura 1 - Matriz biográfica (5ª Fase)

<p>• 18 anos. Nasceu em Bagre/PA, mora no Rio Buiussú com os pais, sua filha e seus sete irmãos. Ajuda os pais na renda e é responsável por seu próprio sustento e de sua filha. Morava na sede municipal de Breves na casa de conhecidos de sua família. Desde quando soube que estava grávida, "precisou" voltar para a casa dos pais. Não teve apoio do pai de sua filha. Estuda a 5ª série.</p>	<p>• 16 anos. Nasceu em Breves, mora com os pais e seus seis irmãos na Comunidade São Francisco, no Rio Buiussú. Mora na sede do município de Breves. Há dois anos mora na comunidade. Mudou-se para manter a família unida. Segundo ela, o pai "não queria filho espalhado por aí". Estuda a 5ª série.</p>	<p>• 15 anos. Nasceu em Melgaço/PA. Mora com os pais e seus irmãos na comunidade São Francisco, no Rio Buiussú. Quer estudar, pois não gosta de ver a falta das coisas em casa, quer mudar de vida. Estuda a 6ª série.</p>
<p>Rosália</p> 	<p>Ormilda</p> 	<p>Hilda</p> 
<p>• 14 anos. Nasceu em Breves. Mora com os pais na comunidade São Francisco, no Rio Preguição. Morava na casa do avô, mas não gostava de lá nem da vida pacata do lugar. Estuda a 4ª série</p>	<p>• 16 anos. Nasceu em Breves, mora com os pais e seus seis irmãos na comunidade São Francisco, no Rio Buiussú. Sabe muito sobre a vida dos jovens da comunidade porque mora lá "desde criancinha", conta-nos ao longo da entrevista. Estuda a 5ª série.</p>	<p>• 19 anos. Nasceu em Breves. Mora com os pais e seis irmãos na Comun. São Francisco, no Rio Buiussú. Já teve muitos "problemas na vida" e não gosta mais de "se meter em confusão". Agora quer saber apenas de levar uma vida "de boa", na comunidade. Estuda a 5ª série.</p>
<p>Alaíde</p> 	<p>Ramiro</p> 	<p>Benedito</p> 

Fonte: Pesquisa de Campo RS de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre ESJ e as implicações na escolarização (2011)

Nas temáticas analíticas tomamos por referência as unidades de sentido e de contexto as quais agrupamos por semelhança e frequência. É importante frisar que os conteúdos presentes nos instrumentos de coleta de informações serviram de base e não serão distinguidos entre si uma vez que tais conteúdos fazem parte do contexto classificado em temáticas analíticas.

Temáticas Analíticas e Representativas



- *Rio de possibilidades*
- *Rio que encanta*
- *Rio que desencanta*
- *Rio que traga*

4ª - Caracterização das imagens e sentidos das RS de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil e implicações nas suas escolarizações.

5ª - Elaboração de temáticas conclusivas.

6ª - As Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil e as implicações nas suas escolarizações.

Apresentamos a síntese destas informações sobre a fase de tratamento e análise das informações por meio da figura 2, a seguir:

Figura 2 - Esquema referente ao tratamento e análise das informações (5ª fase)



- **Sexta Fase:**

Traçamos aproximações conclusivas deste estudo. Vale dizer que este ciclo não se fecha, como ressalta Minayo (2008, p. 27), uma vez que “toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas. Mas a ideia de ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que completam”. Em acordo com as análises de Nascimento (2011), sobre a construção de uma pesquisa, a trajetória de nosso estudo não se esgota nesse ciclo, porque ainda lhe faltam respostas, brechas a serem preenchidas. Esta trajetória cessa por hora, contudo acena para outros desafios a serem vencidos por novos navegantes em novas expedições.



SEÇÃO I

MAPEAMENTO CONCEITUAL: REFLEXÕES SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL JUVENIL E O PAPEL DA ESCOLA

Esta seção apresenta o mapeamento teórico sobre a exploração sexual juvenil e sobre o papel da escola nas ações de prevenção, intervenção e enfrentamento quanto à exploração sexual. Organizamos esta seção por meio do estado da arte destes temas, da exploração sexual e do papel da escola no enfrentamento a esse fenômeno.

Reflexões sobre tais temáticas, a da exploração sexual juvenil, assim como práticas educacionais preventivas e de enfrentamento, ainda merecem nossa atenção, uma vez que a presença desse tipo de situação assinala lacunas na sociedade que devem ser problematizadas.

Também dizemos sobre o contexto marajoara a partir de informações colhidas nas instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos – SGD do município de Breves.

Para tanto, organizamos nosso mapeamento da seguinte forma: 1. A exploração sexual juvenil; 2. O enfrentamento à exploração sexual juvenil – mecanismos de proteção e possibilidades de enfrentamento pela instituição escolar.

1. A exploração sexual juvenil – imersão enquanto categoria

O levantamento do estado da arte de pesquisas realizadas sobre a exploração sexual juvenil assinala que o tema adquiriu notoriedade a partir da década de 1980, sobretudo no advento deste fenômeno como *problema social emergente* (SOUSA, 2002).

A pesquisadora Sônia Sousa (2002) aponta que estudos referentes à prostituição infanto-juvenil – PIJ dividem-se em dois momentos distintos, explicita:

O primeiro ocorre na década de 1980, com a publicação de estudos e pesquisas que versam sobre o mundo da “menina de rua”, e o segundo, na década de 1990, em que a PIJ se caracterizará como um objeto de estudo distinto, com identidade própria (2002, p. 11).

Encontramos a abordagem sobre esse curso histórico referente à exploração sexual em estudos como o de Landini (2005) e Mello (2010), entre outros. Estes autores destacam significativos avanços no campo dos direitos humanos, resultante do percurso histórico que envolve o paradigma da proteção integral de crianças e jovens.

A promulgação do Ano Internacional da Criança, em 1979, é um marco referencial no que diz respeito à atenção de governos para problemas infanto-juvenis em diversas partes do mundo, com repercussões inclusive no Brasil (SOUSA, 2002; LANDINI, 2005, MELLO 2010, TEIXEIRA, 2001).

Esses autores também apontam que a partir da década de 1980, as proposições de pesquisas e estudos voltam-se, primeiramente, para a população infanto-juvenil de rua, a partir de estudos sobre suas condições de vida, experiências, locais de moradia e condições impulsionadoras para inserção em situações de vulnerabilidade. À época, além das precariedades dessa situação de crianças e jovens, também sobressai a presença de meninas e jovens.

De acordo com o levantamento de Sousa (2002) este período demarcou o início de discussões referentes à população infanto-juvenil feminina brasileira, cuja primeira denominação foi “meninas de rua”. A autora assinala a pesquisa desenvolvida por Saffioti (1989, apud Sousa, 2002) na ampliação do conceito para além da dimensão econômica, e acrescenta a dimensão de relação de poder, no qual a exploração sexual se configura também como uma forma de obter vantagens por parte do explorador. Sousa aponta que,

Ao se recortar da literatura mais ampla sobre “meninos de rua” na década de 1980 o tema das “meninas de rua”, constatam-se os esforços iniciais para conhecer a vida das crianças/adolescentes do sexo feminino. Porém esse “conhecimento” é, em regra, marcado pelo discurso que culpabiliza a criança/adolescente e/ou sua família e, exceto Saffioti (1989), todos os estudos apontam alguma relação entre prostituição e estar na rua (2002, p. 14).

Esta pesquisadora faz uma análise pertinente sobre o uso termo *prostituição infanto-juvenil* para tratar de situações referentes a crianças e jovens inseridos na prostituição, resultado dos avanços em pesquisas, sobretudo a partir da década de 1990. Segundo Sousa:

A designação de prostituta para crianças e/ou adolescentes não contempla a diversidade das situações vividas pelas crianças e adolescentes do sexo

feminino. (...) Se, por um lado, o termo prostituta parece inadequado para caracterizar a totalidade das situações vividas pelas crianças e adolescentes que estão vivendo situações sexuais que envolvam a comercialização – seja por intermédio de dinheiro ou de espécies – também a designação dada, principalmente pelas ONGs, de prostituída é inadequada, pois coloca a criança e adolescente numa situação de passividade, de não-ser que a impede de ser vista em suas ambiguidades e positivities (2002, p. 28).

Esta mudança no parâmetro conceitual crianças e adolescentes são alçados à condição de sujeitos que possuem prioridade absoluta nas ações e políticas, uma vez que estes sujeitos se encontram em condição de desenvolvimento.

Souza (2007) assinala que:

No caso da mulher adulta existe o consentimento, enquanto que a prática da prostituição envolvendo crianças e adolescentes é de constrangimento, prática ilícita já que são seres em formação e sem discernimento e desenvolvimento completos para decidirem sobre as implicações e as consequências deste tipo de atividade (Apud Ávila, 2007, p. 14).

Na trajetória histórica brasileira, Mello (2010) destaca o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, em 1985, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, como momentos em que acenam crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Teixeira (2001) também assinala este aspecto. Destaca que neste período,

Surge um novo movimento crítico, durante a transição democrática, cuja a ênfase passa a ser a luta por direitos. E é na busca de garantias à proteção integral de nossas crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento e cidadãos que em 1990 é aprovado o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (2001, p. 03).

Uma contribuição significativa foi a definição do ECA sobre a faixa etária correspondente a crianças e adolescentes. De acordo com este Estatuto, considera-se criança àqueles com idade entre zero e 12 anos de idade, incompletos, e adolescente a pessoa que tem entre 12 e 18 anos. Em casos excepcionais este Estatuto também tem aplicação às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade.

Quando afirmamos que nesse faixa etária esses aspectos são impulsionadores à exploração queremos distinguir a exploração sexual infanto-juvenil trata-se de um problema que implica diretamente a formação desses sujeitos.

Em sua grande maioria estes jovens são inseridas por questões como as desigualdades sociais, gênero e vivência da sexualidade, a precariedade na efetivação da cidadania para jovens e pouco relevância dada à capacidade juvenil na superação e formação de escolhas (TAQUETTE, 2007).

Essa autora considera que um determinante comum na inserção de jovens à exploração é o fator econômico, além do abandono e/ou negligência familiar e experiências anteriores de ameaça ou atos de abuso sexual.

A Declaração de Estocolmo (1999), resultado do Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizado no ano de 1998, orienta a definição da exploração sexual como uma das piores formas de trabalho:

A exploração Sexual Comercial de Crianças é uma violação fundamental dos seus direitos. Constitui-se em uma forma de coerção e violência contra as crianças, que pode implicar em trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão (1999, p.01).

A abordagem de Hazeu (2004) ratifica esta perspectiva no sentido de inserir a reflexão sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes também como uma problemática do trabalho infanto-juvenil, sendo este ilegal e com graves prejuízos ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de crianças e jovens.

A Declaração de Estocolmo aponta alguns fatores que contribuem para a exploração sexual. De acordo com esta Declaração, resultado do Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada em Estocolmo, em 1998:

São vários os fatores que contribuem para a exploração sexual comercial de crianças, dentre os mais complexos temos as disparidades econômicas; as estruturas socioeconômicas injustas; a desintegração familiar; a questão da educação, consumismo; a migração rural-urbana; a discriminação de gênero; a conduta sexual masculina irresponsável; as práticas tradicionais nocivas e o tráfico de crianças. Portanto, a pobreza não pode ser considerada como o único fator determinante do fenômeno. Todos esses fatores aumentam a vulnerabilidade de meninas e meninos, frente àqueles que buscam utilizá-los para fins de exploração sexual comercial (1998, p. 1).

No campo da pesquisa, autores afirmam que a impunidade, a ausência de políticas sociais e os apelos sexuais que movem a sociedade moderna são considerados os principais fatores que estimulam mais esse problema que se confunde como um comportamento cultural pouco aprofundado pelas pesquisas (LIBÓRIO, 2005; CÉSAR & LEAL, 1998; TAQUETE, 2007).

A pesquisa realizada pela ONG Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia (CEDECA-BA) revela que a idade de crianças e adolescentes envolvidos nas diversas formas de exploração sexual no Brasil varia entre 10 e 19 anos. Sua ocorrência existe tanto no sexo feminino quanto masculino e em todas as classes sociais. Todavia, a maioria das pessoas inseridas nesta situação é do sexo feminino, principalmente afrodescendentes e de baixa renda.

Libório (2005) aponta que os sujeitos envolvidos na rede de exploração vivenciam privação social e cultural e perdem os vínculos com a escola. Muitas vezes as crianças envolvidas em rede de exploração estão sujeitas as violações de natureza variada e são pertencentes a grupos sociais detentores de menor poder social, político, econômico, isto porque, afirma a autora,

A violência social é [...] protagonista nas histórias de vida de crianças e adolescentes envolvidas na exploração sexual, inter-relacionada à violência estrutural (2005, pág. 414).

Após duas décadas da aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, o fenômeno da exploração sexual permanece enquanto um problema de incontestável gravidade e consequências dos grandes desafios para a sociedade.

O Relatório do CECRIA (1997) assinala que:

A questão da exploração, abuso sexual e maus-tratos de crianças e adolescentes, ou mais genericamente da violência contra crianças e adolescentes, se manifesta de forma complexa, com inúmeras interfaces que, para melhor compreensão, deverão ser analisadas em suas diferentes dimensões, que só podem ser entendidas articuladamente. Trata-se de um problema mundial, não se restringindo, no Brasil, às cidades ou a determinadas regiões ou estados. Está presente em todas as classes sociais (1997, p. 08-09).

A situação de clandestinidade acentua a invisibilidade e quantificação da exploração sexual. Embora esses avanços proponham diretrizes de prevenção, atendimento, responsabilização e articulação, é possível flagrarmos sua presença de maneira explícita ou de forma velada nas diversas regiões do Brasil em cenas do cotidiano, nos conteúdos jornalísticos, dentre outros lugares. Como pondera Teixeira (2001),

Há uma distância, portanto, entre a cidadania dada pela natureza do Estado de Direito, que pressupõe a igualdade, e a realidade objetiva, social, onde insere-se o indivíduo, em nosso país uma realidade social permeada pela desigualdade e pelo descaso do Estado quanto à garantia dos chamados

mínimos sociais. É a não cidadania que define, negativamente, a condição de ser cidadão (2001, p. 10).

Leal (2003) afirma que o desvelamento da realidade da exploração sexual exige ações correspondentes a responsabilidade pública para seu enfrentamento, a despeito de sua ocorrência no espaço privado.

No período entre 2003 e 2009, o Disque 100, recebeu 101.775 denúncias desde maio de 2003 (Cartilha Disque 100: cem mil denúncias e um retrato da violência sexual infanto-juvenil, 2009). Sistematizamos essa informação no quadro abaixo, de acordo com o ano.

Tabela 2 - Denúncias recebidas pelo Disk 100 (2003-2009)

Ano/nº de denúncias								
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Número de atendimentos	4.499	3.774	40.570	617.073	940.919	568.331	110.505	2.285.671

Fonte: Cartilha Disque 100: cem mil denúncias e um retrato da violência sexual infanto-juvenil (2009)

De acordo esta Cartilha do Disque 100, o aumento de denúncias decorre, principalmente da própria divulgação e popularização do serviço. Atualmente, outros espaços também recebem denúncias, como por exemplo, o Conselho Tutelar nos municípios. A perspectiva é de ampliar as portas de entrada para denúncias com uma das ações de enfrentamento da violência contra crianças e jovens, destaca este documento.

A exploração sexual é um tipo de violação dos direitos humanos infanto-juvenis que ocorre em todo o País, conforme mostram as denúncias recebidas pelo Disque 100, no período entre 2003 e 2009.

De acordo com Leal (2003), o fenômeno social da exploração sexual pode ser definido como:

Uma relação de mercantilização (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais, ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda). (2003, p.1).

Segundo Hazeu (2004, p. 44-45), a exploração é a troca de favores sexuais com um ou mais clientes por bens materiais e/ou sociais, na qual se estabelece um contato direto entre o consumidor e a/o prostituída/o. Para esse autor, em se tratando de crianças e adolescentes, a exploração se traduz enquanto violação da sexualidade, visto que se tece por meio de preconceitos, valores, agressões e dominações próprios dessa atividade.

Faleiros (1998) assinala que, embora seja importante classificar as diversas formas de violência, seja sexual, psicológica, estrutural, institucional, faz-se necessário compreendê-la a partir de uma rede articulada de relações. Isto porque, ainda que existam variadas formas de manifestação, elas são correlacionadas, no momento em que reduzimos somente a uma dessas formas podemos deixar de perceber as relações pertinentes. Esta autora destaca:

As redes familiares onde se produz o abuso sexual e as redes de exploração são caracterizadas como redes autoritárias onde predominam as relações dos mais fortes sobre os mais frágeis, dos mais velhos sobre os mais jovens, dos mais poderosos sobre os mais desprovidos de recursos e reações. É sob essa ótica que definimos a violência.

A relação de agressão ao outro que lhe causa dano físico, psíquico, moral se inscreve numa rede de poderes/dominação onde um polo de poder se aproveita ou se beneficia em detrimento do outro. É uma relação dialética desvantajosa para a criança ou o adolescente e proveitosa para o adulto abusador ou explorador. Assim, violência, aqui não é entendida, como ato isolado psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo. (1998, p. 267-268)

Dentre os estudos que tratam do tema da exploração sexual, destacamos o Relatório de Estudo do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA (1997, p. 09-10) que objetivou sistematizar as políticas e recomendações referentes ao combate à exploração sexual no Brasil. Além disso, este documento enumera as algumas formas que caracterizam a exploração. Para melhor compreensão dessas dimensões, apresentamos a seguir, com base nas informações do Relatório do CECRIA (1997).

Tabela 3 – Formas de exploração sexual

Formas de exploração sexual	Descrição
Primeira dimensão Abuso sexual na família	O abuso sexual que ocorre na família e que tem favorecido a expulsão de crianças e adolescentes para as ruas e para a prostituição. (...) Trata-se de uma situação que ocorre em todo o país, tanto em contexto rural como urbano, e em todas as classes sociais.
Segunda dimensão Exploração de crianças e adolescentes em lugares fechados	Refere-se, principalmente onde há um mercado regionalizado (região Norte) com atividades econômicas extrativistas em garimpos, e que se apresenta sob formas bárbaras como cárcere privado, venda, tráfico, leilões de virgens, mutilações, desaparecimentos e mesmo assassinatos.
Terceira dimensão Jovens em situação de rua	Assinala a violência sofrida por crianças e adolescentes em situação de rua. Saem de casa, onde em geral, foram vítimas de violência física e/ou sexual ou submetidas a situações de extrema miséria ou negligência, e passam a sobreviver nas ruas, usando o corpo como mercadoria para obter afeto e sustento. Trata-se principalmente de adolescentes do sexo feminino, sendo no entanto, comum esta prática também por jovens do sexo masculino. Esta dimensão encontra-se em todos os grandes centros urbanos e mesmo em cidades de porte médio.
Quarta dimensão Turismo Sexual	Turismo sexual e a pornografia, principalmente, nas regiões litorâneas de intenso turismo, como as capitais da região Nordeste do país. É marcadamente comercial, organizada numa rede de aliciamento que inclui agências de turismo nacionais e estrangeiras, hotéis, comércio de pornografia, taxistas e outros. Trata-se de exploração sexual, principalmente, de adolescentes do sexo feminino, pobres, negras ou mulatas. Inclui o tráfico para países estrangeiros.
Quinta dimensão "Turismo Náutico"	Acontece em regiões banhadas por rios navegáveis da Região Norte, fronteiras nacionais e internacionais da Região Centro-Oeste e zonas portuárias. Esta prática está voltada para a comercialização do corpo infante-juvenil e começa a desenvolver-se no sentido de atender aos turistas, mas, é a própria população local que se constitui na principal consumidora da prostituição de crianças e adolescentes, nas regiões ribeirinhas. Nos portos destina-se, principalmente, à tripulação de navios cargueiros.

Fonte: Relatório de Estudo do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA (1997).

Atualmente, também estão presentes redes de exploração, pornografia, redes de tráfico e turismo sexual e crimes sexuais relacionados à internet, conforme destaca Leal (2003).

A exploração sexual comercial também é impulsionada, em muitos casos, pela ocorrência da violência no ambiente intrafamiliar. Nela o agressor possui uma relação de parentesco com a vítima e agressor e extrafamiliar, quando não há uma relação de convivência familiar entre agressor e vítima. Além disso, Teixeira (2001) acrescenta

A exclusão da escola e a inclusão no mundo do trabalho precoce, abusivo e explorador, completam as condições favorecedoras dos processos de

degradação pessoal e social dessas crianças e adolescentes. Essas famílias, por não serem atendidas em suas necessidades básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, abastecimento, etc) passam a ocupar a condição de subcidadãos ou cidadãos de “segunda classe”. Pela exposição à morte, à doença, à degradação pessoal e social, são incluídos no universo das chamadas *situações de risco*.

Ao tratar especificamente sobre o abuso sexual, Taquette (2007) define como:

Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou a/o adolescente. Pode se apresentar sob a forma de diversas práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou à/o adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. É possível incluir: carícias não desejadas, penetração oral, anal ou genital com pênis de forma forçada; exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo e masturbação forçados, uso de linguagem erotizada em situação inadequada, impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo ou negação por parte do parceiro (a) em utilizar preservativo, ser forçado (a) a ter ou presenciar relações sexuais com outras pessoas. Engloba, ainda, a situação de exploração sexual visando lucros, como é o caso da exploração e da pornografia. (TAQUETTE, 2007, p.28)

Destacamos Hazeu (2004) e Leal (1999), estes apontam que a compreensão da violência sexual de meninos, meninas e adolescentes no Brasil se revela como investigação teórica complexa. Leal (1999) ressalta que:

A Violência sexual é um fenômeno antigo, produto de relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra aquela pessoa que se encontra em alguma desvantagem física, emocional e social. Historicamente, a violência tem sido denunciada no ambiente doméstico/familiar contra mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, sendo que as pesquisas têm confirmado que a incidência é maior entre meninas e mulheres, daí a questão de gênero ser compreendida como um conceito estratégico na análise do fenômeno. Também tem sido denunciada em outros lugares socialmente construídos: na rua, no ambiente institucional e nas redes de exploração (tanto nas mais economicamente poderosas, quanto naquelas mais domésticas) (1999, p. 08).

Muitas vezes, a ausência de diálogos no espaço escolar e familiar sobre sexualidade inibe a população juvenil de construir instrumentos de proteção e prevenção contra o abuso, exploração e violência sexual.

No quadro de jovens brasileiros, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Juvenil, a UNESCO (2004) aponta o acirramento da situação de pobreza que atinge 40% da juventude, nos aspectos como o analfabetismo, precária escolarização, saúde e renda familiar, mortalidades por causas internas e externas.

É possível dizer também que a insuficiência de instrumentos de coleta de dados de notificação impulsiona a invisibilidade dos casos que cercam essas formas de violência se funda a partir. Na maioria das vezes, as adolescentes não conseguem ultrapassar a barreira do silêncio e se percebem, em grande parte dos casos, vivenciando atividades recorrentes de abuso e exploração sexual.

De acordo com, Caccia-Bava, Cangas e Pàmpols (2004), Nascimento (2002), Serra Freire (2002; 2009), Spósito (2002), Peralva, (1997), Pais (1990), a juventude é considerada uma categoria social que surge nos séculos XVIII e XIX em função da estrutura capitalista. Este pensamento corrobora o entendimento histórico e social da juventude como uma construção da sociedade moderna, no que Ariès analisa como a definição das idades da vida (ARIÈS, 1981, p.48). Neste aspecto, Angelina Peralva (1997, p. 15 e 16) destaca que a juventude também,

Foi reconhecida em outros tempos e em outras sociedades, anteriores à era medieval. Mas ao opor esses dois momentos da história ocidental [medieval e moderna], do ponto de vista da particularidade de suas atitudes com respeito à infância e à juventude, revela também a particularidade do vínculo social através do qual a juventude aparece como configuração própria da experiência moderna.

Essa compreensão da juventude se forma sob a influência das mudanças deste período da história ocidental e passa a indicar, portanto, como próprio da juventude este período de preparação, fundamental para formação do indivíduo no que concerne à socialização, escolarização e construção de valores.

Como analisa Pais (1990), além disso, a juventude é vestida com a feição da diversidade. Isto quer dizer que não possui critérios fixos, pois tem uma formação contínua que não se encerra com chegada à vida adulta. Sua construção social se sujeita a acontecimentos históricos, percursos de transição que conduzem esta categoria com a referência da diversidade.

O autor acrescenta que é necessário frisar que o universo juvenil, para além de etapa moratória, traz consigo uma heterogeneidade, composta por diferentes culturas juvenis e pertencentes a grupos socioeconômicos distintos.

Dizemos isso porque consideramos fundamental não ignorarmos que esta preparação não ocorre da mesma forma a todos os sujeitos. Para explicitar essa realidade, buscamos inspiração em um dos versos cantados de Humberto

Gessinger, cantor do rock nacional brasileiro da banda Engenheiros do Havaii, sob o título “Ninguém = Ninguém”:

Há tantos quadros na parede / Há tantas formas de se ver o mesmo quadro
/ Há palavras que nunca são ditas / Há muitas vozes repetindo a mesma
frase: Ninguém = ninguém / Me espanta que tanta gente minta
(descaradamente) a mesma mentira: são todos iguais e tão desiguais, uns
mais iguais que os outros.

Esse jovem, *tão desigual*, ao mesmo tempo em que lida com processos de formação inerentes à sua etapa de desenvolvimento, também tem dificuldades de acesso a meios favoráveis de concretização de sua cidadania e de desenvolver sua “capacidade criativa e emocional e construir ao lado delas uma fortaleza interior fundada no diálogo e na esperança” (TAQUETE, 1997, p. 12). Paira sobre ele a exclusão dos bens sociais e culturais fundamentais para seu desenvolvimento.

Para Nascimento (2006), ao tratar da construção dos projetos de vida da adolescência, observa que uma das formas de superação dos conflitos existentes nesta etapa da construção de identidades se dá pela formulação de políticas públicas sócio educacionais bem como estímulo a participação da família e da escola na formação do sujeito-jovem.

Esta etapa da vida não se reduz a uma definição biológica do sujeito ou de inserção ao mundo adulto. Nascimento (2006) pondera que “as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento de habilidades de vida e acadêmicas, para que adolescentes vislumbrem a realização de seus projetos, ainda são limitadas”.

Esse conjunto de elementos conceituais pode ser refletido à luz dos dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, por meio da publicação intitulada “Juventude e políticas sociais no Brasil”. De acordo com este Instituto, temos atualmente 51 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, correspondendo 27,4% da população brasileira. Em contextos sociais variados, essa população sofre com condições precárias de ensino, saúde, orientação sexual e desemprego. Vulneráveis à violência, à gravidez não planejada, às doenças sexualmente transmissíveis, drogas e acesso cultural frágil (CASTRO e AQUINO, 2008).

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Juvenil¹¹, no quadro de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, percebe-se o acirramento da situação de pobreza atingindo 40% dessa juventude, nos aspectos como o analfabetismo, precária escolarização, saúde e renda familiar, mortalidades por causas internas e externas. Nos indicadores do quesito analfabetismo a taxa global é de 4,2% neste grupo etário.

Os índices do IPEA demonstram que as razões principais de abandono dos estudos são, entre os homens, oportunidades de emprego (42,2%) e, entre as mulheres, a gravidez (21,1%). Este contexto contorna a juventude com o componente da vulnerabilidade social como um resultado negativo da disponibilidade entre os recursos materiais e acesso às estruturas de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provém do Estado.

Estas situações geram um campo de vulnerabilidade social que sinaliza um resultado destas turbulências e desvantagens educacionais, econômicas e sociais que se faz presente na vida da maioria dos jovens, juntamente com as mudanças biológicas, psicológicas e sociais próprias desse tempo de preparação. Isto estabelece a esse grupo dificuldades no seu desenvolvimento e interferências nos processos de interação social.

Fatores como a carência no acesso a recursos materiais e simbólicos e assim como nas oportunidades oriundas do mercado e do Estado podem ser vistos como fatores que vinculam esta faixa etária à situação de vulnerabilidade social. E, este conjunto de contradições sociais indica a juventude como grupo social aberto aos diversos campos da vulnerabilidade (SERRA FREIRE, 2009).

Dentre as problemáticas que compõem o mosaico histórico social das juventudes constatamos a partir da investigação sobre as pesquisas que tratam da temática de violência, e por fim da prostituição juvenil, que existe a necessidade de traçar outros olhares sobre a juventude que deem conta de refletir sobre seu processo formativo do jovem que passa por esse processo.

Assim sendo, ao analisarmos os estudos que tratam sobre prostituição juvenil (CRISTO, 1997; DIÓGENES, 2008; HANZEU, 2004; LEAL, 1999; SILVA, 1997; TAQUETE, 2007), constatamos que se estabelece em contextos sociais no

¹¹ Consultado em: Políticas públicas de/para/com juventudes. – Brasília: UNESCO, 2004.

qual este caminhar tem sido comprometido para jovens em diferentes espaços e contextos históricos e sociais. Isto ocorre, sobretudo, na vida das jovens que não vislumbram caminhos para a superação de dificuldades para a aquisição de bens culturais e sociais.

Por outro lado, ainda verificamos lacunas no aprofundamento das análises de ações e de políticas públicas efetivas para combate a essa desumana prática, que sentencia a juventude, o tornar-se mulher bem como toda a sociedade.

Percebemo-nos inscritos em meio a inquietações, uma vez que a exploração sexual juvenil expõe a jovem a situações variadas de risco, prejudica o percurso de seu desenvolvimento biopsicossocial e a sua constituição feminina (TAQUETE, 2007; VIODROE INOUE, 2008; DIÓGENES, 2008; SOUZA, 2007).

Para Molina e Kodato (2005) este é contexto social em que se articulam diversos fatores histórico-culturais. De acordo com estas autoras “a exploração infanto-juvenil fundamenta-se na comercialização do corpo por coerção/escravidão ou para atender a necessidades básicas de sobrevivência” (2005, p. 11).

Essa reflexão pode ser associada à análise feita por Felipe, Goellner e Louro (2008), na qual o pensamento hegemônico da naturalização do corpo feminino era bastante presente na produção deste corpo. Segundo Felipe, Goellner e Louro, a despeito dessa compreensão,

O corpo é provisório, mutável e mutante, suscetíveis a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz (2008, p.28).

Nas palavras de Felipe, Goellner e Louro (2008, p. 39), “a produção do corpo se opera, simultaneamente, no coletivo e no individual. Nem a cultura é um ente abstrato a nos governar nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam”.

Não consideramos que o Estado, a sociedade civil e a família tenham se ausentado da responsabilidade de enfrentamento ao quadro de violência sexual no país. Entretanto é preciso ações mais articuladas, com políticas públicas de resultados efetivos no impedimento desses abusos. É preciso garantir rupturas com as diversas práticas de violência, reprodutoras de uma sociedade sem direitos.

1.1 A exploração sexual juvenil – emergência do cenário marajoara

Como podemos apreender nas discussões no item anterior, a exploração juvenil é um fenômeno presente nos mais variados espaços, cidades e regiões e que tem despertado o interesse de governos, organizações não-governamentais, profissionais de diversas áreas e a sociedade como um todo no intuito de discutir seus mecanismos geradores e encaminhamentos para combater essa forma de violência.

Podemos considerar que a expressiva visibilidade dada pelos meios de comunicação ao problema e o aumento de pesquisas sobre essa temática se revelam enquanto indicativos que a sociedade está mais consciente da extensão e complexidade do problema (DIÓGENES, 2008).

Destacamos a exploração sexual juvenil como uma das problemáticas que delineiam as histórias de juventudes que se constrói no Marajó, na região do Furo de Breves, *locus* de nosso estudo. Embora este estudo não almeje qualificá-lo como o problema central referente à juventude marajoara, este se inscreve dentre as problemáticas que enlaçam as juventudes, uma vez que esses contextos adversos desenham e edificam a realidade e problemáticas também diversas.

Assim como em outros lugares do Brasil, jovens do Marajó submetidas a essa prática, sujeitas à violência de adultos e submetidas ao contexto social de carência econômica e social, aprendem (sem saber lidar com este aprender) a ter seu corpo ferramenta do outro, mercadoria de troca, em que o desenvolvimento da infância e juventude tropeça em lugares de dor e de luta pela sobrevivência.

Quando lhe roubam a linha da vida¹², esta jovem (um pouco de menina, um pouco de mulher), faz desta soma partes incompletas, recortadas para alcançar e manter a vida em um destino não escolhido, um destino imposto, que em muitos casos nem ousa compreender, só aprender, como descreve Medeiros (1991).

O Diagnóstico dos Direitos Humanos no Estado do Pará (2007) destaca que:

¹² Emprestamos essa expressão da obra “Velas, por quem?”, da escritora paraense Maria Lúcia Medeiros (1997). O conto narra à vivência de uma jovem do interior do Pará que, ainda menina, vai morar e trabalhar na casa de uma rica família. Aprende, desde cedo, que serviria a patroa, o patrão e o filho da casa, como ilustra a escritora paraense.

Breves possui um índice populacional de 80.158 habitantes, dos quais 32,5% são de crianças na faixa etária de 0 a 9 anos e 25,9%, sendo que 58,4% da população encontram-se na faixa etária de 0 a 19 anos, ou seja, é um significativo segmento infanto-juvenil. Ressalta-se que grande parte delas são de famílias que vivem em extrema pobreza e que não hesitam em expor seus filhos a mendicância, ao trabalho infantil e principalmente a exploração (2007, p.101).

O relatório da CPI da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Pará, que investigou situações de exploração sexual, abuso e tráfico de pessoas em diversos municípios do Pará, destaca o Mapa de Exclusão Social do Estado do Pará. Neste mapa social assinala que “o Pará tem índices sociais abaixo da média nacional, e que a região do Marajó, em relação aos menores valores do PIB *per capita*, do estado (R\$ 2.126) possuiu os indicadores sociais mais baixos do que a média estadual”.

A prática da exploração de jovens é um problema presente na realidade marajoara, e que se agrava a cada dia, passa possivelmente pelas questões decorrentes do momento contemporâneo que estamos vivendo como: falta de oportunidades para a maioria das famílias e dos jovens, desigualdade na distribuição de renda e mecanismos eficazes de fiscalização e punição a ocorrência dessa situação.

Ana Cristo dedica um momento de sua dissertação para elucidar a exploração infanto-juvenil presente no meio rural ribeirinho, na Ilha do Marajó-Pará. Aponta as “estratégias de sobrevivência” adotadas por muitas famílias do entorno ribeirinho marajoara ao conduzirem meninas, crianças e adolescentes, a exploração, especialmente nas balsas que navegam pela região.

Cristo (2007), baseando-se em reportagens veiculadas na grande mídia que, destaca que de acordo com Prelazia do Marajó, em Breves, 39% das meninas entre 12 e 17 anos se prostituem. Aponta que:

A exploração [sexual] é de conhecimento das famílias e permitida pelos pais. As irmãs mais velhas levam as meninas mais novas e, posteriormente, estas também entram no mundo da exploração, muitas vezes, é a exploração sexual que garante parte do sustento da família, pois assim elas adquirem dinheiro, roupas, alimentos, combustível para embarcações, etc (2007, p. 81).

Os dados obtidos no Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, da Polícia Civil do Estado do Pará (2011), assinalam que nos anos de 2008 e 2010

houve um aumento gradual de registros de crimes sexuais contra crianças e adolescentes no município de Breves. Vejamos as tabelas abaixo:

Quadro 3. Quantidade de Crianças e Adolescentes vítimas de crimes sexuais registrados em Boletins de Ocorrências na DEAM/Breves (2011)

Delito	2008	2009	2010
Assédio Sexual	-	-	04
Atentado ao pudor mediante fraude	-	01	-
Estupro	03	07	04
Estupro de vulnerável	-	-	09
Favorecimento a prostituição / exploração sexual de vulnerário	-	01	02
Posse sexual mediante fraude	-	-	01
Satisfação de lascívia mediante presença de menor	-	-	01
Submeter criança/jovem a exploração sexual	-	03	-
Violação sexual mediante fraude	-	01	01
Total	03	13	22

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública-SISP - Polícia Civil do Estado do Pará (2011).

Os dados dos obtidos nos Boletins de Ocorrência na Delegacia de Polícia de Breves também destacam ocorrências de crimes sexuais contra a população infanto-juvenil deste município.

Quadro 4 - Quantidade de Crianças e Adolescentes vítimas de crimes sexuais registrados em Boletins de Ocorrências da Delegacia de Polícia do Município de Breves

Delito	2008	2009	2010
Assédio Sexual	-	-	01
Atentado ao pudor mediante fraude	-	03	02
Estupro	05	02	-
Estupro de vulnerável	-	01	04
Posse sexual mediante fraude	-	01	-
Satisfação de lascívia mediante presença de menor	-	-	01
Submeter criança/jovem a exploração sexual	02	02	01
Usar crianças e jovens em cena pornográfica/vexatória	01	-	-
Total	08	09	09

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública-SISP - Polícia Civil do Estado do Pará (2011).

A partir destes dados podemos esboçar algumas observações. A primeira é que o número de notificações registradas tanto na Delegacia da Mulher quanto na Delegacia da Polícia Civil de Breves é marcante a denúncia de estupro e situações referentes à exploração sexual como assédio e atentado mediante fraude.

Outro aspecto que podemos destacar é que os dados apresentados não esgotam ou limitam uma informação precisa sobre a ocorrência de casos de exploração sexual. Isto porque, a subnotificação desses crimes é apontando como um dos principais entraves neste tipo de estudo.

Embora as instituições públicas do município não se eximam de prestar informações sobre a problemática da exploração sexual, estas ações ainda são tímidas e limitadas em virtude da realidade local de silêncio e, talvez, conivência.

Quanto à exploração sexual de jovens nos rios que banham a região de Marajó também ainda possui pouca ou nenhuma notificação. Mas, não este contexto se insere na realidade do município de Breves, entre outras cidades marajoaras.

Também percebemos, *in loco*, a dificuldade de investigar essa temática e carência nas ações do poder público. Isto porque, em uma das visitas ao município, em 2010, no momento que participávamos de uma caminhada do Projeto Amar à Vida, da CNBB, uma jovem de treze anos tentou ferir esta pesquisadora com o uso de um objeto cortante. A intenção da jovem, sob a orientação de seu aliciador, era agredir-nos como demonstração de repúdio diante a realização da caminhada.

A princípio hesitamos em expor esta situação. Entretanto, quanto mais nos aproximávamos da realidade, mas ficava nítido que este caso é um exemplo vivo da situação dos jovens submetidos à exploração sexual. Conforme relato de membros de entidades que integram o Sistema de Garantia de Direitos de Breves, esta jovem ainda na infância sofreu situações de abandono, violência física e sexual.

Por outro lado, embora os casos de violência sexual sejam expressivos, é importante ressaltar o empenho para enfrentar tal cenário. O município apresenta importantes ações de enfrentamento à situação de violência sexual contra crianças e jovens. Atualmente possui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM, Abrigo Institucional Modalidade Casa de Passagem, Centro de Referência da Mulher

- CRM, Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS, Conselho Tutelar de Crianças e Adolescente.

Visitamos instituições e podemos conferir a dedicação dos membros das equipes destes espaços. Entretanto, ainda são presentes dificuldades na infraestrutura; morosidade nas ações em Rede, especialmente do poder judiciário; ausência de capacitação continuada e específica ao corpo técnico que integra estes espaços, entre outros.

Além destes mecanismos de enfrentamento, o município também participa do Projeto Amar a Vida¹³, coordenado pela Irmã Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, da Confederação Nacional dos Bispos de Belém – CNBB. Este projeto objetiva fortalecer a rede de prevenção e enfrentamento à exploração sexual na região marajoara, conforme estabelece o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

Na década de 1990, estudos paraenses trataram do contexto de violação do direito infanto-juvenil em áreas consideradas, à época, como de exposição excessiva a exploração juvenil, principalmente áreas de garimpo, dos quais citamos: Meninas da noite, de Gilberto Dimenstein (1992); Correndo atrás da vida, de autoria de Ana Diniz (1994); Exploração e adolescência: exploração juvenil no interior do Pará: “Trombetas e garimpos do Vale do Tapajós”, organizado por Anaclan Lopes da Silva (1997).

Este fenômeno social participa do cotidiano da comunidade assim como também se constata em outros lugares do Brasil. Ao referir-se aos dados do Censo de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Diagnóstico dos Direitos Humanos no Estado do Pará – DDHPA (2007, p. 75) aponta nos anos de 2005 e 2006, o Programa Estadual Pró - Paz registrou e acompanhou 1.000 casos de abuso e exploração sexual, somente na capital paraense. Cabe frisar que 86,10% das vítimas foram do sexo feminino.

¹³ O Projeto AMARAVIDA – Amar a Vida: Gênero, Orientação Sexual e Tráfico Humano atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual na Ilha de Marajó, em estreita colaboração com os organismos do Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras Municipais e Organizações Não-Governamentais e visa, ainda, articular e fortalecer as redes de proteção para o enfrentamento a violência sexual. Disponível em http://www.cnbbn2.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=99:projeto-amar-a-vida-marajo&catid=42:projetos&Itemid=98. Acesso em 03 de março de 2010.

Em relação às denúncias recebidas pela CPI da Pedofilia da ALEPA (2010), dos 144 municípios do Estado do Pará, a comissão recebeu 842 denúncias de abusos e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Deste total, somente a região do Marajó recebeu 206 denúncias de situações de violência sexual infanto-juvenil, como exploração sexual, estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores, abuso, entre outros. As denúncias destes crimes foram apresentadas por diversas fontes, como Conselhos tutelares, ONGs, entidades ligadas à Igreja Católica, como pastorais de jovens, e também de instituições de assistência a criança.

No quadro abaixo apresentamos a síntese do quantitativo de ocorrências nos Municípios do Marajó:

Quadro 5 – Denúncias recebidas pela CPI da Pedofilia Região de Integração do Marajó

Município	Número de denúncias
São Sebastião	3 (1%)
Soure	22 (11%)
Ponta de Pedras	17 (8%)
Breves	119 (58%)
Cachoeira do Arari	1 (1%)
Anajás	4 (2%)
Portel	26 (13%)
Bagre	4 (2%)
Curralinho	10 (5%)

Fonte: Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2010).

Estes dados permite uma maior visibilidade do problema e de sua gravidade, em especial na região do Marajó. Por sua complexidade, estes casos não podem ser reduzidos ao fenômeno em si, seja ele da exploração sexual, abuso sexual, aliciamento, entre outros. Como destaca Azevedo e Guerra (2007), a própria constituição social faz desse fenômeno, o da exploração sexual, constituída de uma imbricada rede de dimensões, seja pelo autoritarismo, desigualdade estrutural da sociedade, desigualdade de gênero, distorções na concepção de infância e juventude, que não os eleva como sujeitos de direitos.

Para ilustrar tal situação, trazemos as palavras de dois religiosos que atuam na região do Marajó contra situações de violência sexual, em especial a exploração sexual e o tráfico, Dom Luiz Azcona, bispo da Prelazia do Marajó, e Irmã Maria Henriqueta, da CNBB, em entrevista para nosso estudo:

Essa virulência ao povo, aguentando da fome, aguentando o que seja uma ferida , muitas chegam às raias do limite de desumanização e sobretudo como você disse, nas palavras para indicar essa ética humana de ser, essa desumanidade junto com condições históricas, onde o povo foi marcado depois da cabanagem.

(DOM LUIZ AZCONA)

A realidade do Marajó, ela é uma realidade muito preocupante. Primeiro, porque nós encontramos no Marajó uma população marcada por várias dores. O que hoje eu chamo, é realmente uma população que está fora, nos porões da sociedade paraense, é uma população maltratada. Uma população que em muitas ocasiões do nosso trabalho, nós fomos constatando que por trás do medo, do silêncio, e que em muitas ocasiões eu configurava isso como tolerância, na verdade, o que nós fomos descobrindo é a intensidade, a incidência desse crime da exploração sexual nessa região. A exploração é muito grande.

(IRMÃ HENRIQUETA)

Em síntese, podemos assinalar alguns mecanismos facilitadores dessa realidade: 1) escassez do controle e fiscalização das autoridades locais bem como estaduais e de cunho nacional; 2) a baixa autoestima das jovens, especialmente quanto aos aspectos do corpo, da autoimagem e da possibilidade de realização de projetos de vida; 3) carência nas ações de formação e informação sobre a rede de combate e enfrentamento à exploração, de modo estruturado e acessível aos cidadãos ribeirinhos; dentre outros (HAZEU, 2004; SILVA et. al., 1997).

2. O enfrentamento à exploração sexual juvenil – mecanismos de proteção e possibilidades de enfrentamento pela instituição escolar

Para Louro (1997) quando voltamos nosso olhar sobre o desempenho da escola e da família sobre a sexualidade de adolescentes e jovens, é possível verificar a limitação na garantia da construção da identidade dos indivíduos.

As jovens em situação de exploração são vítimas na medida em que seu desenvolvimento sofre uma objetivação, tornando-se corpo-objeto (FELIPE, GOELLNER e LOURO, 2008).

No contexto escolar esse debate também deve existir. Estas autoras ressaltam que as instituições escolares têm grande importância em promover debates sobre a sexualidade, bem como fortalecer com seus membros um compromisso social, ético e moral na notificação e acompanhamento de casos de exploração sexual.

Para Viodres Inoue e Ristum (2008), mesmo constatando a escassez de pesquisas sobre a relação da escola e com jovens submetidos à exploração e violência sexual, as instituições de ensino ainda são consideradas espaços de proteção, socialização e formação infanto-juvenil,

Os instrumentos legais brasileiros, dentre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal, reconhecem adolescentes como sujeitos de direitos. Afirmam, igualmente, a prioridade nas políticas públicas e condições de desenvolvimento, mas ainda temos um longo caminho para trilhar.

Articulamos esse pensamento ao estudo realizado por Bazon (2008) ao afirmar que:

A garantia do direito à escolarização é da alçada de uma política educacional ampla que, além da oferta de vagas, deve prever ações no sentido de identificar, prevenir e tratar as razões pelas quais crianças e jovens deixam de frequentar a escola. Negligência educacional, por sua vez, inclui permissão para faltar às aulas após pais ou responsáveis terem sido informados para intervir, não realização da matrícula em idade escolar e recusa para matricular a criança em escola especial quando necessário (BAZON, 2008, pág. 328).

Nesse marco histórico e social de variadas formas de abusos contra crianças e adolescentes, no qual se insere a violência sexual, prevalece uma cultura de dominação e de discriminação social, econômica, de gênero e de raça, principalmente.

Segundo o estudo intitulado: “A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente”, de autoria de Renata Maria Coimbra Libório e Luciene dos Santos Camargo, existem duas formas mais evidentes de violência sexual: a intrafamiliar e a extrafamiliar (sem interesse comercial), em que as relações de poder também estão presentes.

Acentuam que a complexidade desse fenômeno se estabelece, muitas vezes, nas desigualdades sociais, de gênero, raciais e econômicas, na carência de

instrumentos de efetivação de direitos e garantia de cidadania, na insuficiente relevância dada à garantia de um ensino de qualidade.

A omissão de algum membro da escola pode gerar sequelas mais graves na vítima. Muitas vezes os traços de sua ocorrência se manifestam no comportamento e atitudes da criança ou do adolescente que muitas vezes não são objetos da atenção da escola.

Camargo e Libório (2006), em pesquisa realizada com professores sobre o tema da exploração sexual, assinalam enquanto atitudes e características de vítimas de violência sexual os seguintes aspectos: comportamento apático ou agressivo de um aluno, demonstrações de baixa autoestima, tristeza, ansiedade, falta de concentração e distração.

Essas autoras apontam nos resultados da referida pesquisa que muitos docentes revelaram possuir receio de se envolver nos casos de violência sexual. Manifestaram também dificuldades em perceber o papel de professores no enfrentamento à exploração sexual e de que maneira poderiam atuar em casos de violência sexual vivenciados por seus alunos.

Muitos dos entrevistados atribuíram essa responsabilidade à gestão escolar e ou coordenador pedagógico. Entretanto, de acordo com os relatos, esses profissionais disseram que a primeira medida para atender uma criança seria abordar as crianças e ou a família para esclarecer a denúncia, fato que comprometeria a segurança da vítima (CAMARGO & LIBÓRIO, 2006).

Brino e Willians (2003) demonstram que o comportamento dos docentes pode ser entendido a partir de três elementos centrais: 1) medo de represálias da polícia, dos pais ou responsáveis; 2) pouco ou nenhum conhecimento sobre os mecanismos legais e órgãos responsáveis por esse atendimento e; 3) que o papel do professor é acompanhar o aluno somente na sala de aula.

Entretanto, segundo define o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990):

Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Artigo 13, do Capítulo I – do direito à vida e à saúde, ECA).

Dessa forma, não é apenas o direito à escolarização que deve ser reivindicada, mas as condições para que o aluno possa permanecer na escola. Um

dos aspectos que destacamos são ações preventivas e de notificação de casos como mecanismos que contribuem para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.

Isto porque, crianças e adolescentes devem ter uma relação de pertencimento com a escola, além de reconhecimento e valorização de suas potencialidades e etapas de crescimento. Ações pedagógicas que tirem a temática da sexualidade do silêncio podem ser uma das estratégias das práticas escolares e direcionamento pedagógico sobre o tema.

Reiteramos que, apesar desse contexto, há uma força que contrapõe esse cenário, na qual jovens com suas identidades, culturas e valores reivindicam uma sociedade que os acolha como sujeitos em crescimento e não como sujeitos provisórios que ainda serão, uma vez que estes já são um sujeito (DAYRELL E GOMES, [200_]).

Desta maneira, ratificamos a necessidade de a escola considerar a maneira com os sujeitos estabelecem suas relações, a partir de uma realidade concreta e os educandos efetivando apropriem-se do saber historicamente acumulado.

A escola deve apresentar elementos que contribuam para organização do conhecimento de jovens, seu papel na sociedade e suas formas de expressão no mundo. O art. 22º da LDB afirma que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (SAVIANI, 1998). No entanto, o que podemos perceber é que o sistema de ensino brasileiro ainda é muito deficitário.

Outras investigações aqui citadas, explícita ou implicitamente, fortalecem a necessidade de expandir esse campo de investigação. Isto porque, há muito que se mudar superar e resignificar, para a construção de outra realidade na qual vidas são respeitadas, escolhas acessíveis e os direitos garantidos.

A perda da infância e a perda e/ou fragilidade de sua relação de pertencimento com a escola, com a educação é uma das consequências dessa difícil realidade.

Trazemos os resultados do Relatório da CPMI (2004) que sugere ao Governo Federal, especialmente ao Ministério da Educação, em articulação com as redes estaduais e municipais de ensino público e privado:

- Implementar o FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, com o objetivo de encaminhar novas soluções para o financiamento da educação, incluindo a educação infantil;
- Desenvolver programas permanentes de capacitação dos educadores com vistas a proteção integral das crianças e adolescentes, incluindo a identificação da violência sexual;
- Orientar as redes de ensino para que as escolas de educação básica estejam inseridas nas redes de proteção em cada município;
- Desenvolver ações para integração das ações educativas aos conselhos tutelares;
- Construir uma cultura de paz, não violência, respeito aos direitos humanos e que considere a formação da sexualidade como um processo em desenvolvimento nas crianças e adolescentes, garantindo-lhes o direito a informações seguras e não estereotipadas;
- Incluir como tema transversal nas ações educativas a formação ética, do fortalecimento e da construção da cidadania, e o respeito à diversidade humana;
- Desenvolver políticas em conjunto com os conselhos de direitos e tutelares para trazer novamente a escola alunos evadidos, analisando a motivação da evasão escolar;
- Incentivar a formação de comitês escolares para a ação permanente de enfrentamento da violência e exploração sexual, envolvendo pais, lideranças comunitárias, educadores, alunos e representantes de serviços essenciais com quem a escola se relaciona;
- Fortalecer ações integradas de educação e saúde para uma atuação mais eficaz de prevenção à gravidez precoce e as DST/AIDS;
- Garantir recursos para ações de parceria entre municípios e a sociedade civil, constantes do Plano Plurianual (PPA) para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual;
- Efetivar a Resolução nº 13, de 25 de março de 2004, que estabelece as diretrizes e normas para a assistência financeira a projetos educacionais voltados à implementação de Ação Educativas Complementares nos estados e municípios brasileiros considerando prioritariamente as ações de enfrentamento da violência e exploração sexual;

- Construir estratégias para o atendimento das crianças do ensino fundamental em turno inverso a escola em parceria com a área de assistência social, cultura e esporte/lazer;
- Incentivar as redes de ensino para que mantenham as escolas abertas nos fins de semana com atividades alternativas;
- Realizar campanhas de sensibilização no ambiente escolar para o combate a violência e exploração sexual;
- Distribuir o Guia Escolar - métodos de identificação de sinais de abuso e exploração sexual, lançado em 2003 em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Outras investigações aqui citadas, explícita ou implicitamente, fortalecem a necessidade de expandir esse campo de investigação. Isto porque, há muito que se mudar superar e resignificar, para a construção de outra realidade na qual vidas são respeitadas, escolhas acessíveis e os direitos garantidos.



*A canoa vai de proa
e de proa eu chego lá.*

*Rema, meu mano rema,
meu mano rema,
rema que o sol na brenha,
se qué deitá.*

*Rema, meu mano rema,
meu mano rema,
que a canoa vai de proa
e de proa eu chego lá,
que a canoa vai de proa
e de proa eu chego lá.*

(Paulo André e Ruy Barata)

SESSÃO II

A PRIMEIRA ROTA

A VIAGEM AO ENCONTRO DOS JOVENS-ALUNOS

Este capítulo aborda a nossa ida até a Escola São Francisco de ensino fundamental da educação básica localizada no Rio Buiussú, em Breves/PA. Mas antes de chegarmos nela viajamos primeiramente para o município de Breves para poder embarcar na rabeta que faz viagem para aquela localidade. O percurso da viagem e o encontro com as professoras e os jovens-alunos, alvo deste estudo, se entrelaça ao contexto em que as informações foram colhidas e, portanto escritas como forma de registrar o chão de terra e de rios que interagem na constituição da vida destes jovens que vivem neste lugar.

As letras deste início objetivam dizer ao leitor que o começo de uma viagem antecede ao seu próprio percurso. São horas e horas de imaginações e pesquisas sobre o objeto de estudo, planejamentos sobre a recolha de informações necessárias, organizações para que os objetivos a que se destina a viagem se cumpram ponto a ponto, sem espaços para frestas.

No entanto, elas, as frestas, aparecem como parte do processo de pesquisa (NASCIMENTO, 2011) e, portanto, fizeram-se companheiras desde o início de nossa viagem ao nos depararmos com o novo, o que ainda não havíamos elaborado, o que ainda não havíamos aprendido, o que ainda para nós não fazia sentido.

Consideramos que estes foram os inícios, pois a atividade de pesquisa se configurou para nós desta forma: como se a cada dia fosse um recomeçar, tanto na escritura do texto, quanto na recolha das informações.

Vale acrescentar que este ponto de partida demarca um tempo de dúvidas, de incertezas e aprendizados, sensações que contornaram nosso caminhar. Foi um tempo de construção de nossa leitura sobre o lugar e sua população, particularmente a juvenil. Essa leitura é inicial porque o que apuramos na fase do levantamento teórico dá conta de uma etapa deste estudo, mas é a partir da aproximação com o chão onde os jovens-alunos fazem o seu ir e vir cotidianamente que podemos compreender o que dizem, como dizem, de onde dizem e os seus efeitos sobre a prática.

O desenrolar da pesquisa de campo se fez em meio as idas e voltas contínuas para apontar os indícios desta investigação. Queremos dizer com isso que, é na pesquisa de campo que o pesquisador reúne as informações necessárias para analisar os fenômenos que cercam o seu objeto de estudo, no seu “estar lá”, como também no “estar aqui”, segundo denomina Geertz (2005).

A escritura dessas vivências se fez em meio a um cenário de dimensões amazônicas. Isto porque, partimos do olhar que os jovens representam o fenômeno social da exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó, a partir da trama escola e comunidade.

Buscamos obter depoimentos de jovens e nas elaborações destes sobre o seu cotidiano juvenil, dentro e fora da escola, conforme dissemos acima. Além das entrevistas com os respondentes, visitamos a escola e as casas dos moradores para capturar fotografias reais, ao olho nu, que narramos aqui no universo revelado¹⁴. Enfatizamos, em particular, a compreensão da dimensão escolar e social que cerca a vida dos educandos da Escola São Francisco cujo enredo é formado pelo fenômeno social da exploração sexual.

O nosso ponto de partida culmina com o içar da ancora do barco do porto Bom Jesus¹⁵ no navio que faz linha em direção ao município de Breves. Embarcamos no dia 24 de maio de 2010, data de início da licença aprimoramento concedida pela Secretaria de Estado de Educação¹⁶, na qual sou funcionária, para iniciar nossa expedição que dá conteúdo ao presente estudo.

Não somos os únicos a falar desse contexto. As narrativas sobre a vida de ribeirinhos e a dinâmica sociocultural dos mesmos incorporam estudos de diversos pesquisadores e campos do saber. Já é possível encontrarmos um representativo número de estudos sobre a realidade amazônica, especialmente sobre a vida de jovens ribeirinhos (SERRA FREIRE, 2002; CASTRO, 2007, dentre outros).

¹⁴ Na introdução deste trabalho apresentamos as visitas que fizemos no município de Breves, quando de nossa primeira visita ao município.

¹⁵ Optamos pela rota fluvial para dar início à nossa inserção no lócus de nossa investigação. Além deste, há ainda outros portos que conduzem ao município. É possível também chegar à Breves por via aérea, mas ainda é um transporte pouco acessível para grande maioria da população em virtude das tarifas altas no valor das passagens.

¹⁶ Portaria nº 7573/10, de 14 de maio de 2010, (Diário Oficial nº 31674, de 26/05/2010) que concedeu licença para aprimoramento de estudos no curso de mestrado acadêmico, período entre 24/05/2010 e 31/03/2011.

Para Tavares e Trindade Junior (2008) a identidade ribeirinha se constitui marcadamente pela presença do rio e cultura, componentes de seu modo de vida nas suas próprias temporalidades e territorialidades. Tal perspectiva empresta-nos um olhar atento para o caminho que percorremos para chegar à escola São Francisco e analisar as vivências dos jovens deste estudo.

O rio que ilustra uma das marcas amazônica da região de São Francisco, o rio Buiussú, na Ilha do Marajó, é um elemento presente na vida dos alunos-jovens. Movimenta o cotidiano de seus moradores, na sua dinâmica material e simbólica, isto é, da relação permanente com a natureza e o rio para extração de sua renda e sobrevivência e transporte, como também a sua constituição cultural a partir dessa dinâmica ribeirinha. Como assinalam Tavares e Trindade Junior (2008, p.55) sobre a identidade ribeirinha:

(...) A temporalidade e a espacialidade continuam marcadamente simbolizadas pelo rio, com uma vida dinamizada pelas interações materiais, simbólicas e imaginárias diferenciadas com ele. Desse modo, o rio se apresenta tanto como meio de subsistência, comunicação e transporte, quanto “como mediação entre o fantástico e o real, dos significados e representações do imaginário social geográfico.

Assim como outros cenários, o contexto ribeirinho, especialmente o que cerca as densas águas e matas no rio Buiussú também se faz com o espesso traçado amazônico, onde a água, a floresta, o homem e a fauna que aqui habita e tudo o mais que compõe sua cena, aponta com perspectivas o par sociedade e natureza ribeirinha.

A análise dos elementos que compõe as Representações sociais de Jovens-alunos, conforme os objetivos que conduziram nossa viagem acadêmica, nos impulsiona à constituição desta primeira rota, compreendida em função do contexto de nosso estudo e de nossos informantes. Como afirma Jodelet (2001), questionamentos fundamentais devem ser feitos nessa incursão inicial: quem fala e de onde fala?

A nossa viagem rumo à Escola São Francisco, ocorrida no mês de maio de 2010, revelou a vivência amazônica do local. Quando as águas ainda seguiam na cheia da maré, viajamos para a comunidade onde a escola se localiza em uma rabeta de propriedade de uma das professoras da escola.

O condutor, também aluno e morador da região, o jovem Nazareno, guiou nossa viagem por meio de um caminho alternativo, pelo Furo do Cavado, trecho bastante utilizado pelos moradores das comunidades ribeirinhas, o que ajudou na redução do tempo da viagem e protegeu-nos do sol forte que iluminava o dia. Depois de um pouco mais de quarenta minutos chegamos à escola.

Na verdade o tempo regulamentar da viagem é de aproximadamente duas horas. Além da redução no tempo da viagem, esse caminho possibilita o trânsito seguro das pequenas embarcações, como rabetas e canoas no trecho entre a comunidade e o município Breves. A estreiteza do furo limita o tráfego de embarcações de maior porte.

O trecho exige habilidade no manejo da canoa e conhecimento da mudança da maré. Por dentro da mata, sobre as águas ainda do Rio Parauhaú – que banha às margens de Breves – cortamos caminho e adentramos no Rio Buiussú. Na alta maré, até barco coberto passa. Na baixa da maré, a natureza limita o acesso, informa-nos o aluno, ao longo da viagem.

O Furo do Cavado é uma das mais significativas marcas da complexa hidrografia do município de Breves. Tem grande importância para os moradores, pois intercomunica o Rio Parauhaú, que margeia o município de Breves, e o Rio Buiussú, que margeia a escola São Francisco. As águas que banham o furo deságuam no Buiussú e servem de rota para muitos moradores que possuem somente embarcações de pequeno porte para seu transporte por entre os municípios e comunidades vizinhas.

Menos de duas horas de viagem separam o município de Breves da Comunidade São Francisco, no rio Buiussú. Se este tempo parece reduzido para um olhar superficial, certamente a compreensão modifica-se ao entrarmos e sairmos do Furo do Cavado. A paisagem transforma-se imediatamente e a sombra das árvores, que escurecem o curso deste caminho, aponta para o acesso ao rio.

Até o presente momento não existe uma linha fluvial específica para esse trajeto. A navegação intensa de balsas e barcos no Rio Buiussú não é garantia da locomoção de moradores e de suas mercadorias. A população ribeirinha utiliza transportes próprios, sendo estes: canoas, rabetas, rabudos e outras pequenas

embarcações, tal qual ilustra o painel de fotos capturadas durante nossa viagem para a Comunidade São Francisco. Vejamos:

Foto 1

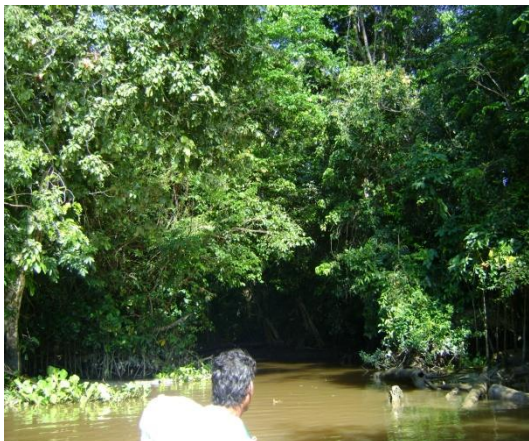


Foto 2



Foto 3



Painel de Imagens 1 - Foto 1, 2 e 3 – Paisagens de uma escola ribeirinha e a constituições de seus entornos: Entrada do Furo do Cavado (foto 1) ou o instante encontro com uma família ribeirinha que conduzia seu filho para vacinação na cidade de Breves (foto 2) ou saída do Furo do Cavado, indícios de uma imensidão de rio, Rio Buiussú (foto 3). Andréa Vieira, maio 2010 a junho 2011, Breves/Pará.

Ao desembarcamos da rabeta fomos acolhidos pelas professoras e por um grupo de alunos, crianças e jovens, em uma atitude espontânea de quem quer saber e participar dos acontecimentos que cercam a escola. Certamente, a idas e vindas de pessoas ao seu espaço escolar é um destes.

Alguns já sabiam do tema que estudávamos, outros souberam depois, no momento em que iniciamos nossas conversas. Informamos que desejávamos ouvir deles como veem a vida dos jovens na comunidade, suas relações escolares e o problema da exploração sexual na região.

Muitas vezes ouvimos falar sobre a população ribeirinha a partir de visões que se mesclam entre o exótico e a natureza contemplativa. Quando assistimos reportagens e lemos nos noticiários sobre “exploração sexual de crianças e

adolescentes” nos municípios marajoaras, pouco nos detemos para um olhar mais apurado sobre a realidade “desse Marajó” ou mesmo sem nos colocar como componentes desse enredo. Como alerta Diógenes (2008), ao tratar sobre o imaginário social referente às crianças e jovens em situação de exploração sexual,

Somos comumente atravessados por estereótipos que, de maneira paradoxal, em grande maioria são esquecidos e ou discriminados no campo dos direitos fundamentais e no âmbito de cidadania de natureza mais concreta (...). Crianças e adolescentes em situação de exploração compõem esse imaginário social com referentes pontuados por atitude de desdém e ou piedade. (2008, p. 63).

Para nós, o desafio é compreender os “fios invisíveis¹⁷” que tecem a vida dessa população, em grande medida absorvida por um imaginário social que ainda se tem sobre a população marajoara. A constituição desse imaginário possui uma construção histórica, cunhada nas condições sociais, modos de vida e produção e reprodução de um “tipo humano excluído e estigmatizado” (SOUSA, 2009; ADAMS, 2006).

2.1 A Escola São Francisco

A escola é imersa de um *quê* amazônico, como descreve Loureiro (2008). Suas pinturas e essências, na qual os alunos, funcionários da escola, professores e famílias ribeirinhas também apuram esse contexto, cuja relação é dialógica, pois seu entorno funde sujeito, natureza, relações, afinidades, aprendizados reconvertidos no seu cotidiano.

As professoras aguardavam nossa visita. Receberam-nos e apresentaram os espaços onde a escola funcionava até aquele momento, isto é, na residência de uma das professoras. Das salas de aula, os espaços de saída e chegada dos alunos, a área recreativa que acolhe as rodas de conversas e brincadeiras, a área do lanche e outros.

Alguns alunos nos cercavam curiosos para saber qual objetivo de nossa visita. Conversamos e explicamos de onde vínhamos e o trabalho que desejávamos fazer. Originam-se de várias ilhas, rios e furos que compõem o cenário geográfico da região. Movimentam-se por meio da via fluvial para acessar a escola.

¹⁷ Expressão utilizada por Jessé Souza (2009, p. 175) que emprestamos aqui para dizer que esse imaginário social sobre o Marajó possui uma construção histórica, cunhada nas condições sociais, modos de vida e produção e reprodução de um “tipo humano excluído e estigmatizado”.

À primeira vista, o cenário ribeirinho nos mostra que suas vivências e relações com a natureza são marcadamente representativas de sua identidade ribeirinha. A carência na infraestrutura da escola vistas ainda em nossa primeira visita assinala este aspecto como uma das dificuldades no desenvolvimento do ensino nessas localidades.

A escola ainda funcionava na residência da professora, que organizava a rotina das aulas e distribuía as turmas nos cômodos de sua casa, juntamente com a outra professora que trabalhava com ela. Eram somente duas turmas multisseriadas pela manhã e outras duas turmas no período da tarde que funcionavam na escola.

Segundo o relato das professoras, muitos alunos deixavam de frequentar as aulas pelas limitações no espaço físico da escola outros deixavam de ir porque precisavam ajudar seus pais. O grande desafio era contornar tais limitações e manter as aulas atrativas para os alunos, explicou a professora.

No início da manhã e da tarde, pouco a pouco crianças e jovens desembarcavam das embarcações do transporte escolar e outros transportes. Alguns chegavam nas canoas de seus pais. Notamos o entusiasmo das crianças e jovens tanto na chegada quanto na saída da escola.

No painel de imagens abaixo apresentamos alguns momentos que registramos durante as aulas ministradas pelas professoras, ainda na escola que funcionava na residência da professora.

Foto 4



Foto 5



Foto 6

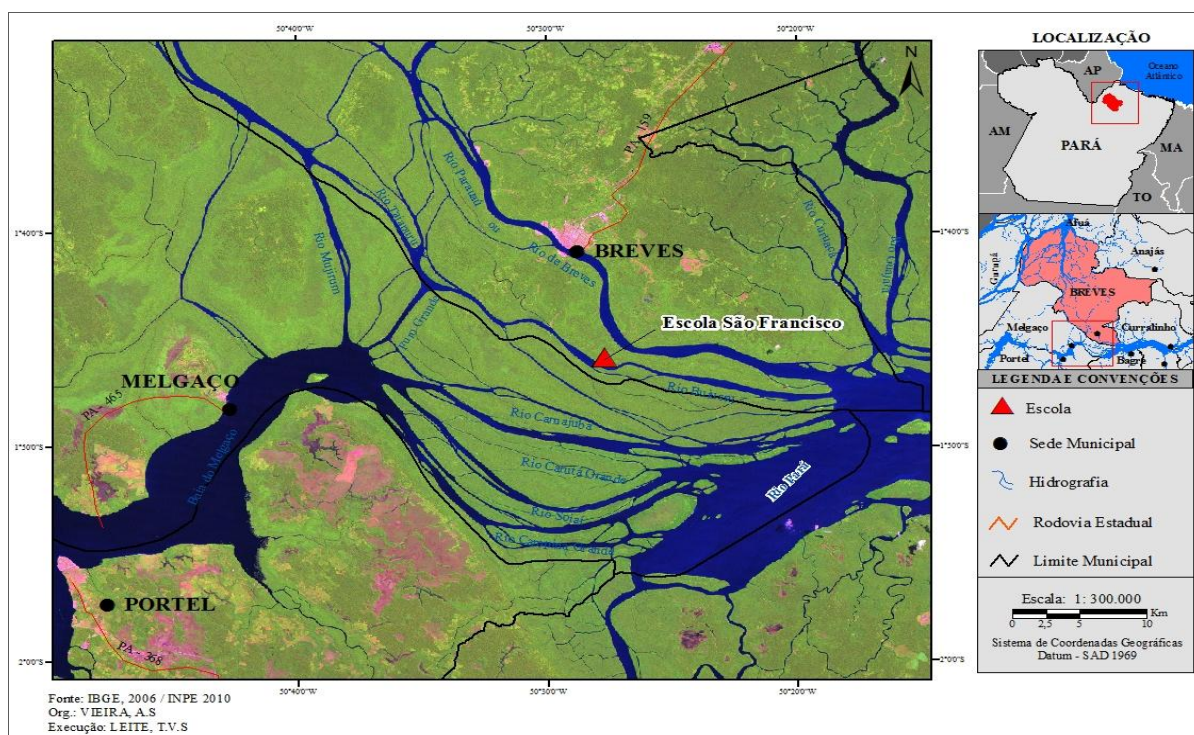


Painel de Imagens 2 - Foto 4, 5 e 6 – Paisagens de uma escola ribeirinha e a constituições de seus entornos: Na manhã, o momento da aula, professora utiliza uma atividade lúdica, o jogo, para alfabetização dos alunos (foto 4) embarcação responsável pelo transporte escolar (foto 5) ou alunas chegam à escola para às aulas do turno da tarde (foto 6). Andréa Vieira, maio 2010 a junho 2011, Breves/Pará.

Em nova visita para desenvolvimento da pesquisa fomos conhecer as novas instalações da escola, agora em prédio próprio, conversar com os alunos e funcionários e perceber a relação dessa mudança na vida dos jovens. Agora a escola é denominada como modelo de escola padrão, assunto que analisaremos no decorrer desta escritura. Podemos notar avanços na infraestrutura da escola e disponibilidade de transporte escolar para os alunos, auxiliares na assiduidade dos mesmos e ampliação das séries ofertadas.

A escola São Francisco localiza-se nas margens do rio Buiussú. Este é seu endereço. Como em muitas escolas ribeirinhas, a localização dos espaços escolares não recebe um número, um perímetro e nome do bairro. A localização é o rio, o nome deste, sua organização administrativa e pedagógica e a distância que fica da cidade.

Vejamos a localização da escola em relação ao município de Breves.

Mapa 2 - Localização da Escola São Francisco¹⁸

As escolas presentes nas comunidades ribeirinhas configuram-se como elemento importante na vida de seus moradores. No percurso de nossa expedição, os depoimentos e o envolvimento dos familiares e professores nas questões escolares do município corroboravam este significado. Principalmente para as crianças e jovens, a escola representa muito além de acesso aos conhecimentos escolares. Figura a garantia de direitos fundamentais, que em outras partes são subtraídas, como, por exemplo, na saúde, na proteção e segurança social, entre outros.

O mapa chama atenção quanto à proximidade entre o município de Melgaço e a Escola São Francisco. Além de alunos do município de Breves, também estudam moradores do município de Melgaço em função da adjacência da escola em relação às suas casas.

Como dissemos no início, estivemos no primeiro momento na Escola São Francisco quando funcionava na residência da professora. No início do ano de 2011, a Prefeitura Municipal de Breves inaugurou a nova escola na comunidade.

¹⁸ Organizamos este mapa a partir de um mapa mental elaborado pelo aluno Nazareno, do sexto ano da Escola São Francisco. Ver original no anexo desta dissertação.

No painel de imagens (foto 7 e foto 8) mostramos os registros fotográficos desses dois momentos.

Foto 7



Foto 8



Painel de Imagens 3 - Foto 7 e 8 – Paisagens de uma escola ribeirinha e a constituições de seus entornos: Casa-Escola - 2010 Casa da Professora / Escola São Francisco (foto 7) Panorama da Escola São Francisco - 2011 (foto 8). Andréea Vieira, maio 2010 a junho 2011, Breves/Pará.

A construção da nova escola representa uma conquista da comunidade São Francisco. Para os alunos e moradores, a melhoria na infraestrutura na escola e a ampliação das séries representam uma oportunidade de acesso aos conteúdos escolares para crianças e jovens que moram na comunidade. Um dos moradores da comunidade relata:

Tem mais de vinte anos que a gente luta aqui pra ter essa escola. É luta. Sai prefeito...entra prefeito e promessa tem muita. Mas graças a Deus a gente tem essa...ele nem prometeu, mas fez (referindo-se ao prefeito atual). O meu filho já tá numa série maior (7ª série e que ainda não tem a oferta na escola) e tem todo tempo que ir pra Breves estudar, fica a semana lá. Mas a agora a gente tem essa, é bonita né...e a gente vai continuar lutando.(S.Antonio, liderança local. Cedeu à Prefeitura o terreno para construção da Escola São Francisco, mora a trinta anos na região)

Os moradores da comunidade entendem a nova escola enquanto uma aquisição coletiva resultante da ação dos moradores, principalmente. Isto porque, insistiam nas reuniões com técnicos e assessorias educacionais e junto à prefeitura de Breves que problemas, dificuldades e carências nas condições de desenvolvimento do ensino afetavam a permanência e atraso escolar das crianças e jovens e comprometia sua formação.

De forma semelhante, um dos alunos da escola, que aqui chamamos de Ramiro, também se ressentia pelas limitações na oferta das turmas bem como pelas dificuldades no transporte escolar, razões que impediram que prosseguisse seu

curso escolar para além da quarta série do ensino fundamental, somente retomadas agora com a instalação do novo prédio escolar. Sobre isso, ele assim se manifesta:

Mudei de escola prá mim estudar, como de lá não tinha mais estudo prá mim, só Até a quarta. aí não tem mais a quinta.

(Ramiro, dezesseis anos, rio Buiussú)

Mas a nova escola ampliou as oportunidades de escolarização, além de evidenciar como mais um dos lugares de encontro e aprendizados, para além de conteúdos escolares.

Conforme competência legal (da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96), a escola São Francisco pertence à rede municipal de ensino, mantida pelo Poder Público municipal, sob a coordenação do Distrito-Sede Rural da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/ Breves – PA.

A escola funciona em prédio próprio, cedido à Prefeitura Municipal. De acordo com a divisão administrativa da SEMED, a escola é denominada como Escola Padrão.

O prédio da escola é de madeira. Os espaços existentes na escola são: secretaria, sala de informática, biblioteca, área de lazer, dois banheiros, quatro salas de Aula, cozinha, dispensa, casa de força para funcionamento do motor. A biblioteca e a sala de informática ainda não estão em funcionamento. No momento estes espaços são utilizados para aulas.

A escola possui um gerador para abastecimento de energia elétrica. Este funciona somente no período noturno, para atender as turmas do EJA e assistir aos docentes que ficam alojados na Casa dos Professores. A água consumida na escola é tratada, cuja fonte de fornecimento é direto do rio.

Além disso, a escola possui ainda freezer, filtro, fogão industrial e mimiográfico. Quanto ao mobiliário das salas de aula encontramos: carteira dos alunos, carteira e mesa para professor, quadro de giz e material didático (kit arte).

A casa dos professores possui três quartos, dois banheiros, cozinha e área de serviço, bem como equipamentos básicos como fogão, filtro, mesas e cadeiras. O alojamento garante a estadia dos professores na comunidade durante o período que ministram as aulas.

A equipe de docentes da educação infantil e das turmas das séries iniciais é formada por quatro professores que atendem essas turmas (03 do sexo feminino e 01 masculino). Cada turma tem um único professor que leciona na turma durante todo o ano letivo. Esses docentes possuem formação em magistério de nível médio e estão iniciando ou em fase de conclusão do curso de pedagogia.

Os professores das turmas de 5ª e 6ª série lecionam em um único período a cada disciplina, configurando-se em aulas disciplinares organizadas em ciclos. Estes já têm nível superior e lecionam conforme graduação.

A escola organiza-se na educação básica, em duas etapas de ensino: educação infantil e ensino fundamental. Além do ensino regular, oferta também uma turma educação de jovens e adultos (EJA) de primeira etapa (1ª e 2ª série do ensino fundamental) somente no período noturno.

Tabela 4 - Distribuição das turmas, séries e turnos Escola São Francisco

Ordem	Séries	Educação Básica				Turno		
		Educação Infantil	Séries Iniciais	Séries Finais	EJA	Manhã	Tarde	Noite
01	Alfabetização	X				X	X	
02	1º Ano/9		X			X		
03	2º e 3º Ano/ 9		X			X		
04	3º Ano/ 9		X			X		
05	3ª Série		X				X	
06	4ª Série		X				X	
07	5ª Série			X			X	
08	6ª Série			X			X	
09	1ª Etapa				X			X
	Total de turmas	01	05	02	01	04	05	01

Fonte: Pesquisa de Campo RS sobre ESJ e as implicações na escolarização de alunos de uma escola ribeirinha (2011)

Na tabela acima, o que nos chama atenção é o maior número de turmas nas séries iniciais da educação básica. É preciso, no entanto, não perdermos de vista que muitos adultos também recorrem a escola para prosseguir sua formação escolar, contudo não estão matriculados na turma do EJA.

De acordo com a Coordenação da Escola, este aspecto não caracteriza as turmas dos turnos manhã e tarde como também do EJA, uma vez que os moradores que não podem ou não têm interesse em estudar a noite e frequentam as aulas juntamente com alunos em idades menores.

Vale acrescentar que a turma do EJA tem dificuldades de continuar, pois a evasão é bastante acentuada. Nessa turma, dos trinta e dois (32) alunos, apenas um (01) continua frequentando às aulas. A coordenação comunicou-nos que o mesmo será remanejado para uma das turmas do ensino fundamental regular haja vista que a turma não poderá continuar somente com um aluno.

Embora tivéssemos, no início, interessados em entrevistar os alunos desta turma do EJA, a dispersão da turma e a ausência de alunos dificultou o alcance deste objetivo. Como dissemos no início de nossa rota, entrevistamos alunos que estudam entre a quarta e o sexto ano do ensino fundamental, no turno vespertino.

As turmas adotam o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação – SEMED do município de Breves. A alteração do calendário ocorre somente nas turmas do quinto e sexto, organizadas por meio de circuitos. De acordo com essa forma de organização, os alunos têm aulas por disciplinas escolares, ofertadas separadamente, a cada período e disponibilidade de professores.

A escola oferece merenda e transporte escolar. Em função das distâncias e do volume de viagens diárias realizadas na condução dos alunos à escola, atualmente são três barcos que atendem a comunidade escolar, sendo que dois barcos atendem crianças e jovens do Rio Buiussú (nas duas extremidades da escola) e o outro assistem os alunos que moram nas margens dos rios: Preto, Preguição e Preguicinha.

Isto posto, fica evidente que a escola passa por um processo de estabilização do atendimento escolar. A relevância da nova escola, assim como do transporte escolar, merenda escolar, inclusive como instrumento de permanência dos alunos na escola.

2.2 Juventude das margens e furos do Buiussú

O mito de que a *juventude é a glória* demora a ruir, e deveria cair o quanto antes; mas nossa sociedade fútil e nossa fútil cultura não permitem. Aqui e agora, vivemos o combate à ruga, à gordura, à vida real e ao mesmo tempo que tudo transforma: nem sempre para pior.

Por não ser burro, o jovem também se deprime, se mata, adocece, sofre perdas, angustia-se com mercado de trabalho, exigências familiares, pressão social, incertezas da própria idade. A juventude – esquecemos isso – é transformação difícil, com horizontes nublados e paulatina queda de ilusões, descoberta de que os pais são falíveis, e a sociedade às vezes corrupta, os governos nada éticos, a vida dura, ah sim.

Enfim, a lista seria longa, mas se a gente começar a desmitificar algumas dessas imagens internalizadas, começaremos a ser menos infelizes.

Ou, dizendo melhor: mais capazes de alegria com aquilo que temos e com o que podemos fazer – como gente de verdade numa vida real (LUFT, 2006, p. 77).

O olhar aguçado da escritora Lya Luft aproxima nossa reflexão sobre a juventude para um olhar comum. Essas incertezas e aprendizados, vistas por muitos como próprias da juventude, também compõem a realidade ribeirinha.

É, pois, olhar a juventude como construção histórica, social, política, econômica e cultural e que tem a cada tempo histórico e referência espacial transformado o seu viver, seja qual seja a origem, cor, etnia, religião. Seu lugar é da transformação (SPÓSITO, 2002).

Ao falarmos sobre a juventude de hoje, não se desenha uma juventude brasileira, mas jovens de identidades variadas, com estilos, modos de vida, valores e condições éticas, sociais, políticas e familiares distintos.

Os fenômenos que cercam a juventude ribeirinha que reside na Comunidade São Francisco, estão a poucas horas de Breves. Se a distância geográfica se faz menor, é inegável a necessidade de dar visibilidade às vozes juvenis que ecoam nos meandros marajoaras das águas do rio Buiussú. Consideramos importante pensarmos que sua construção cultural se faz por meio de fenômenos do cotidiano próprios do universo ribeirinho, indícios desse meio social que se constrói entrelaçado, como buscaremos apontar a seguir.

O cotidiano dos jovens, sobretudo da juventude amazônica tem suas principais manifestações na família, na educação e no trabalho, inter-relacionado com o cotidiano natural e simbólico que formam suas identidades e exercem suas organizações principalmente por meio das representações desses aspectos (NASCIMENTO, 2002; FREIRE, 2002; CARNEIRO e CASTRO, 2007).

Para espelhar o contorno dos jovens deste estudo, utilizamo-nos do questionário e da entrevista como instrumentos principais para coleta de informações. Que particularidades formam o seu viver, o seu sobreviver, seus aprendizados.

A ênfase dessa etapa será a caracterização e análise das questões que se relacionam aos seguintes aspectos: sexo, idade, etnia, religião, núcleo familiar, moradia, atividade econômica dos jovens e familiares e sua vida escolar. Organizamos da seguinte forma: 1.1. - Os jovens do rio Buiussú; 1.2. Vínculos

familiares e moradia, parte descritora das manifestações dos alunos e capturas feitas em nosso estudo; 1.3. Atividade econômica dos jovens e familiares.

2.2.1 Os jovens do rio Buiussú – caracterização

Os alunos vêm de diversos rios e furos que circundam a Escola São Francisco. Alguns chegavam pelas embarcações do transporte escolar, outros aportavam o trapiche da escola em canoas ou rabetas, pertencentes a seus familiares. Vindos aos pares, sozinhos ou em grupos, os jovens destacam-se das crianças que estudam ainda na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, alguns irmãos e parentes aproximavam em direção às salas de aula.

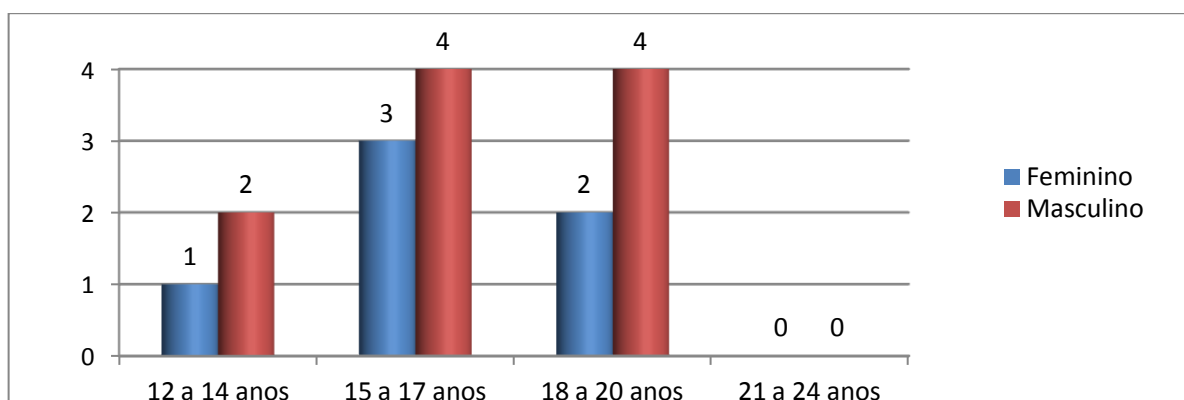
Notamos distinções no comportamento das crianças e dos jovens, particularmente na hora das brincadeiras entre uma aula e outra. Os menores ocupavam todos os lugares da escola, salas de aula, corredores, cantina, inclusive a casa dos professores. Em contrapartida, os jovens agrupavam-se principalmente em volta do trapiche da escola, entre o rio e a escola ou mesmo nas suas respectivas salas de aula.

Além dos alunos que participaram diretamente de nosso estudo, outros jovens também colaboram na medida em que conversavam sobre suas rotinas e manifestavam suas opiniões sobre a escola e a comunidade. E, certamente, outros também tiveram igual importância na medida em que interagem conosco por meio de brincadeiras e constantes risos.

Dezesseis (16) jovens na faixa etária entre 14 e 20 anos participaram diretamente deste estudo, sendo: seis (06) do sexo feminino e dez (10) do sexo masculino, estudantes do 4º ao 6º ano do ensino fundamental. Nessas séries concentram a maioria dos alunos entre 14 e 24 anos, faixa de idade que delimitamos para o presente estudo.

O gráfico 1 – Idade dos (as) alunos apresenta a distribuição do total de respondentes, conforme organização no questionário.

Gráfico 1 - Idade dos (as) Alunos (as)



Fonte: Pesquisa de Campo RS sobre ESJ e as implicações na escolarização de alunos de uma escola ribeirinha (2011)

Dos dezesseis (16) sujeitos, foram entrevistados seis jovens, dentre aqueles que se dispuseram a colaborar com este estudo e de acordo com a metodologia que traçamos em nossa Carta Náutica.

Para apresentar as matrizes biográficas destes jovens alunos adotamos nomes fictícios que emprestamos do romance Marajó, de Dalcídio Jurandir (2008).

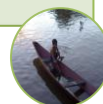
• 18 anos. Nasceu em Bagre/PA, mora no Rio Buiussú com os pais, sua filha e seus sete irmãos. Ajuda os pais na renda e é responsável por seu próprio sustento e de sua filha. Morava na sede municipal de Breves na casa de conhecidos de sua família. Desde quando soube que estava grávida, "precisou" voltar para a casa dos pais. Não teve apoio do pai de sua filha. Estuda a 5ª série.

Rosália



• 16 anos. Nasceu em Breves, mora com os pais e seus seis irmãos na Comunidade São Francisco, no Rio Buiussú. Mora na sede do município de Breves. Há dois anos mora na comunidade. Mudou-se para manter a família unida. Segundo ela, o pai "não queria filho espalhado por aí". Estuda a 5ª série.

Ormilda



• 15 anos. Nasceu em Melgaço/PA. Mora com os pais e seus irmãos na comunidade São Francisco, no Rio Buiussú. Quer estudar, pois não gosta de ver a falta das coisas em casa, quer mudar de vida. Estuda a 6ª série.

Hilda



• 14 anos. Nasceu em Breves. Mora com os pais na comunidade São Francisco, no Rio Preguição. Morava na casa do avô, mas não gostava de lá nem da vida pacata do lugar. Estuda a 4ª série

Alaíde



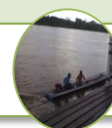
• 16 anos. Nasceu em Breves, mora com os pais e seus seis irmãos na comunidade São Francisco, no Rio Buiussú. Sabe muito sobre a vida dos jovens da comunidade porque mora lá "desde criancinha", conta-nos ao longo da entrevista. Estuda a 5ª série.

Ramiro



• 19 anos. Nasceu em Breves. Mora com os pais e seis irmãos na Comun. São Francisco, no Rio Buiussú. Já teve muitos "problemas na vida" e não gosta mais de "se meter em confusão". Agora quer saber apenas de levar uma vida "de boa", na comunidade. Estuda a 5ª série.

Benedito



Os alunos vivem em um contexto ribeirinho, cuja “organização do espaço e toda a dinâmica econômica estão centradas no extrativismo, nas áreas de várzeas e nos rios”, conforme delinea Tavares et. al. (2006, p. 49).

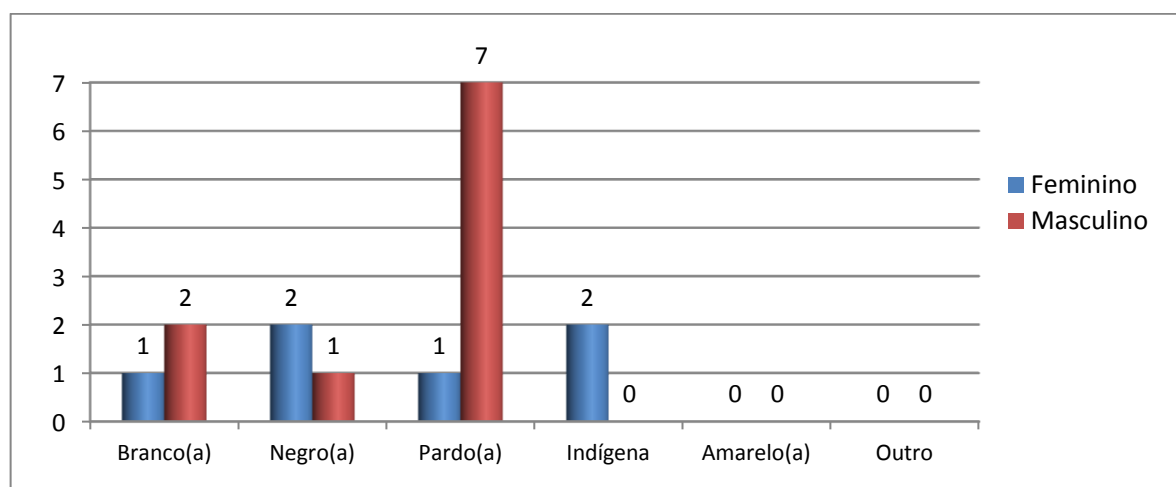
Entendemos que a constituição dessa diversidade se faz também pelo processo histórico de ocupação e (neo) colonização da Amazônia. Sua matriz é essencialmente histórica, entrelaçada nos modelos de desenvolvimento da Amazônia oriental, de ocupação, exploração de seu território e resistência, sobretudo (BECKER, 2006, ADAMS *et al*, 2006). A miscigenação das etnias compõe uma parte do mosaico étnico amazônico e marajoara (ADAMS et al, 2006; ALVES, et. al, 2008).

A escola e seus alunos também vivem na região marajoara, no município de Breves, na qual se formam também em meio a essa diversidade, desde a ancestralidade indígena, como também de negros, brancos e outras etnias que formam a história da região, por intensas lutas e resistências (NETO, 2005; ADAMS et AL, 2006). Isto configura um dos aspectos da diversidade da população juvenil residente neste lugar.

Perguntamos aos jovens como eles se auto definem no que concerne à identificação de sua cor, com base na pesquisadora Wilma Baia (2007). Os respondentes assinalaram as opções: branco (a), negro (a), pardo (a) e indígena, sendo de maior frequência a parda. Somente duas (02) alunas declararam-se como negra e a outra indígena.

O gráfico abaixo apresenta essa distribuição, conforme os itens do questionário. Vejamos:

Gráfico 2 – Como os jovens se definem quanto a cor:



Fonte: Pesquisa de Campo RS sobre ESJ e as implicações na escolarização de alunos de uma escola ribeirinha (2011)

As informações acima (gráfico 2) fortalecem nosso entendimento sobre a complexa constituição étnica da população ribeirinha, composta sobretudo por indígenas, negros, brancos, dentre outras etnias.

Embora a Escola São Francisco seja reconhecida como Escola Padrão, isto é, possui estrutura física mais ampla, com espaços como copa, banheiros, biblioteca, secretária, área de lazer, casa do professor dentre outros itens, ainda é presente um número significativo de alunos fora da idade, como demonstra o gráfico 1.

Vejamos o que representa a escola de acordo com a fala dos jovens:

Pra mim é uma oportunidade porque muitos alunos, como eu, tem filhos não tão frequentando a escola. E eu acho bom frequentar a escola, eu gosto de estudar, eu gosto de aprender e eu penso ainda ser alguma coisa daqui no futuro, aí prá mim a escola é tudo de bom, né, porque eu gosto de estudar e eu venho sempre pra escola.

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

É boa porque fica mais perto de casa e vão buscar e tem a série nossa. Estuda eu e meus quatro irmãos aqui.

(Ormilda, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Eu não sei como falar...os professores são muito bacanas. Até que eu tô aqui tá bom. É a mais bonita que eu já estudei. É a melhor escola que eu já estudei.

(Ramiro, dezesseis anos, Rio Buiussú)

É uma coisa boa, né, que a pessoa aprende. Aprende várias coisas. Porque a pessoa quer viver uma vida melhor daqui pra frente, né.

(Benedito, dezenove anos, Rio Buiussú)
É bonita...uma escola tão organizada...e a gente estudar pra aprender, pra ser alguma coisa na vida

(Alaíde, quatorze anos. Rio Preguição)
Eu quero aprender...saber as coisas. Eu gosto de estudar e muito.

(Hilda, quinze anos, Rio Buiussú)

Nos depoimentos dos jovens foi frequente a relevância da escola para a construção de seus saberes escolares e como meio para projetar sua vida profissional e social.

Sobre o transporte escolar, observamos a relevância desse serviço, uma vez que na maioria das casas, as famílias contam apenas com esse meio para que os alunos frequentem a escola.

Juntamo-nos com a coordenadora da escola na visita aos pais para conversar sobre o serviço prestado no transporte escolar. No momento de nossa visita, a escola enfrentava um problema nesse atendimento. Alunos e seus responsáveis queixavam-se que um dos condutores deixava de buscar os alunos.

Enquanto conversávamos com os moradores, a coordenadora recolhia assinaturas de um abaixo-assinado para substituição do barqueiro prestador desse serviço. A decisão de efetivar essa substituição deu-se após sucessivas conversas com o mesmo.

Certamente a falha nesse serviço implica na frequência dos alunos. Alguns alunos ainda conseguem ir à escola por meio de canoa ou rabeta da família. Entretanto, esse mesmo transporte serve para as atividades produtivas dos outros membros da família. Neste caso, o não fornecimento de um meio de transporte implicará na presença dos alunos nas aulas.

Das alternativas, vejamos o que diz a jovem *Ormilda*:

Papai dá a rabeta prá nós vim, aí nós vem. Porque a gente não pode perder aula, né? Tem vez que o barqueiro fica até quatro, cinco dias sem ir buscar nós lá. Só vai buscar prá lá prá cima. E nós mora prá baixo. Aí fica difícil, tem vez que ele falta.

Quando falta, o jovem *Ramiro* relata que: “Eu não venho *prá* escola. Não tem como vir, não tem jeito”.

Segundo os dados obtidos na Coordenação desta escola, o alunado é composto essencialmente por jovens. Isto porque, a despeito da escola ofertar até o sexto ano da educação básica, o que poderia representar uma oferta no acesso à educação escolar, podemos perceber que muitos alunos estão acima da faixa etária correspondente às suas séries.

De acordo com este levantamento, identificamos que, dentre os cento e quarenta (140) alunos que estudam nos turnos manhã e tarde, do 1º ao 6º ano do ensino fundamental, sessenta e cinco (65) alunos têm mais de 14 anos, o que equivale a 46% do total de alunos matriculados especificamente nestes turnos e séries. Registramos ainda que quatorze (14) destes alunos têm mais de 24 anos, isto é, 10% do total de estudantes.

Vale dizer que a nova Escola São Francisco foi inaugurada no início de 2011, data ainda recente para apresentar transformações significativas no nivelamento escolar adequado à faixa etária bem como ser um tempo insuficiente para obter superações frente aos desafios existentes na formação escolar dos alunos. Esta escola não possuía um lugar fixo para seu funcionamento e até o ano de 2010 manteve-se na residência da professora.

Se por um lado a escola tem uma importância singular para os jovens da comunidade São Francisco, por outro, esta taxa de distorção idade-série assinala um cotidiano ainda de dificuldades de crianças e jovens das escolas ribeirinhas, particularmente quanto ao acesso e a permanência na escola (CRISTO, 2005).

Segundo os dados dos respondentes, este atraso escolar pode ser explicado, na maioria dos casos, devido à repetência e ao abandono escolar. No universo de dezesseis (16) jovens, treze (13) alunos declararam que já repetiram alguma série escolar.

Quanto ao abandono, dentre os dezesseis, doze (12) alunos informaram que abandonaram a escola mais de uma vez (cinco do sexo feminino e sete do masculino). As alunas destacaram como razões para o abandono: problemas em casa (01); sem transporte escolar (02); gravidez (01); problemas pessoais (01). De

acordo com as respostas dos alunos, o abandono ocorreu por: desinteresse, (02); problemas em casa, (01); trabalho, (01); sem transporte escolar (01); mudança (03). O sentimento expresso pelos jovens em relação ao abandono foi de tristeza e desejo de voltar.

Muitos jovens têm a necessidade premente de faltar ou abandonar à escola diante das atividades que exercem relativos à produção, vendas e atividades domésticas. Outro problema, de acordo com os jovens-alunos é a carência na oferta ou mesmo na inexistência de transporte escolar, entre outros aspectos.

Ainda que os indicadores acima acentuem essa realidade na defasagem das idades escolares dos alunos da Escola São Francisco, todos os estudantes entrevistados manifestaram a importância da escola enquanto espaço de socialização, de aprendizado e de convívio. Vejamos então a fala do aluno do quinto ano, a partir das indagações feitas.

E- Em relação aos outros jovens da tua idade e que moram em outro lugar, que diferença você sente? *Eu me sinto diferente porque eu tou numa série muito baixa dos outros, muito baixa.*

E- Você se sente motivado a continuar? *Sim, eu não sinto nem um pouco de vontade de parar de estudar. Eu quero ir pra frente.*

(Ramiro, dezesseis anos. Rio Buiussú)

O jovem que citamos acima nasceu e mora até hoje nas margens do Rio Buiussú. Como muitas crianças e jovens, outros hoje já adultos, ilustram os anos “perdidos” pela repetência e abandono da escola, muitas vezes pelas precárias condições escolares ou mesmo pela ausência absoluta quase que absoluta de assistência estudantil. Entretanto, isso não comprometeu o desejo de estudar e “ir pra frente”. A fala desse jovem nos faz reconhecer um contraponto à equívoca afirmação de que esses sujeitos não têm interesse pelo estudo e pelo aprendizado, o que os deixa fixados previamente como inferiores em relação a outros jovens (ARROYO, 2001).

A formação desses sujeitos, cujos sonhos muitas vezes se constroem e são representados na e com a escola, é bem maior do que oferecem as três ou quatro horas nos bancos escolares, como o jovem acima declarou.

Muitos alunos, durante o intervalo das aulas e mesmo no final destas, ainda na espera do transporte escolar, além de “banhar no rio”, com dizemos por aqui,

também se espremem no trapiche da escola para verem as balsas, disputam entre si qual delas é a mais bonita e apontam elementos percebidos nas embarcações que ali transitam. O painel de imagens traduz alguns momentos durante as aulas na Escola.

Foto 9



Foto 10



Foto 11



Painel de Imagens 4 - Foto 9, 10 e 11 – Paisagens de uma escola ribeirinha e a constituições de seus entornos: Crianças brincando nos corredores da escola (foto 9) ou momento da saída e chegada de alunos entre os turnos de aula (foto 10) ou instante entre a balsa, a escola e os alunos na hora do intervalo da aula, logo após a merenda escolar (foto 11). Andréea Vieira, maio 2010 a junho 2011, Breves/Pará.

O que distraiu nosso olhar não foi ver aquela imensa balsa, depois de muitas e muitas que passaram desde os primeiros raios de sol, mas foi notar que ali naquele lugar, e certamente em tantos outros, a população é vista por alguns como naturalmente desprivilegiada, reduzindo-os à carência material, e por isso traduzindo-os como indivíduos desprovidos de direitos materiais, afetivos e de dignidade plena, cujo fracasso individual desloca-se da engenharia social, e não somente econômica, que sufoca e naturaliza os fracassos dessa população (SOUZA, 2009).

Em muitas balsas e barcos que transitam na frente do Buiussú notamos um olhar de invisibilidade¹⁹ diante da realidade dessa população, que não pode ser preenchido com as indulgências de roupas, comidas e outras ofertas que são “doadas” para os moradores.

Segundo Adams (2006, p.16), a invisibilidade dessas *sociedades não urbanas*²⁰, dentre as quais as comunidades ribeirinhas se incluem, tem raízes históricas, especialmente no processo de colonização e cíclica inclusão e exclusão que essas populações sofreram ao longo do processo de sua formação histórica da Amazônia oriental. Traduzidos pela própria invisibilidade sócio-política a que foram submetidos, excluídos ao longo do processo desenvolvimentista da Amazônia, como resultado de um processo histórico de colonização e exclusão.

Queremos dizer com isso, que a comunidade São Francisco, seus moradores, bem como as crianças e jovens da escola São Francisco, amargam a falta de políticas sociais suficientes para tirá-las do campo das precárias condições de sobrevivência.

Como nos diz Tavares e Trindade Junior (2008, p.52-53), as representações sobre a população ribeirinha se convergem para o campo da estigmatização e do preconceito. Aqui destacamos a denominação feita pelos autores, qual seja, a do “olhar moderno / colonial: o estereótipo”. Assim definem os autores:

Essa perspectiva de “ver” as populações ribeirinhas está pautada numa *monocultura do tempo linear* (SOUZA SANTOS, 2004) que compreende a história como tendo direção e sentido únicos. Nela o tempo é pensado somente numa perspectiva diacrônica, na qual a história é compreendida a partir de estágios e etapas sucessivas (da tradição e da modernidade). Essa maneira de pensar o tempo como referência o imaginário e uma ideologia do progresso que se expressa pelas ideias de desenvolvimento, crescimento, modernização e globalização, entre outras, que compõe a cosmovisão da modernidade ocidental. (2008, p.53).

Esse pensamento e comportamento de homens e mulheres, tripulantes e passageiros das balsas e barcos que cruzam a avenida sobre as águas, que é o Buiussú, em muitos casos não podem ver que seu tráfego não é somente um

¹⁹ Optamos pela palavra invisibilidade, de acordo com a definição que atribuem os pesquisadores Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Maria Gorete da Costa Tavares (2008). Entendemos que as denominações “olhar naturalista: a invisibilidade”, “olhar naturalista” e “olhar moderno - colonial” também pode ser aplicado nesse contexto e serão desenvolvidos ao longo de nosso estudo.

²⁰ Esse autor inclui também como sociedade não urbana: a sociedade indígena, a sociedade camponesa.

navegar sobre as águas, assinala também a visão ainda equivocada sobre a população ribeirinha.

A maneira de tratar recai sobre a indiferença e o descaso diante das alegrias e dissabores que seu navegar gera. No lugar onde as necessidades primárias mais urgentes têm referência de destaque, submetidas em muitas situações à ausência quase que absoluta de políticas sociais, a postura de muitos tripulantes e passageiros compreender a juventude desta região como se fossem ausentes de desejos, vontades e projeções.

Se muitas vezes essa relação se faz por meio do uso e consumo, isso também se faz de modo paradoxal para os moradores da região, pois no instante em que a balsa olha o ribeirinho, o ribeirinho também olha a balsa e, o jovem também se espelha e projeta-se, em meio às condições de vulnerabilidade excessiva a que muitas crianças e jovens são submetidos.

Qual o lugar que esse jovem extrai essa certeza e desejo? Quais referências o jovem também define suas escolhas? Essas não são questões que elegemos como prioritárias para desenvolver o presente estudo. Entretanto, são questões que perpassam nossa escritura, na medida em que tecem essa rede complexa, muitas vezes contraditória, das vivências da população juvenil submetidos a situações de exploração, de toda ordem, em muitos lugares da Amazônia.

Embora esse cenário de incertezas faça parte da vida dos e das jovens, é necessário perceber as experiências que configuram suas estratégias de resistências em torno de seu cotidiano, exemplo da “grande capacidade que apresentam quanto à habilidade de negociarem as condições do presente” (ADAMS, 2006, p.16). Isto porque, esses jovens vivem precocemente na tênue fronteira entre os sonhos e a necessidade de alcançar as necessidades elementares de sobrevivência, como o alimento, por exemplo.

Os depoimentos dos moradores também acentuaram essa dificuldade para o desenvolvimento escolar, principalmente das crianças e jovens. Quando perguntamos aos moradores, pais de alunos da escola, sobre a importância do núcleo escolar para eles e para seus filhos, expuseram-nos da seguinte forma:

(...) Todos nós estudamos...desde quando a professora chegou nova aqui a gente chegamo a estudar lá...mas a gente tem trabalho né...vai vender tem que tirar açai...vai vender...as vezes chegava atrasado...a gente trabalha

com camarão né...não dá mais pra nós isso...a gente teve que parar aí a gente viu... fica só as crianças.

(S. Manuel Miranda, mora a dez anos na Com. São Francisco. Refere-se também à sua esposa e filha que também estudaram na escola e tiveram que abandonar em função das atividades laborais)

Olha ela (a escola) representa o futuro, né porque eles estão tudo estudando mesmo a gente dando duro vai por aqui por ali mas eles estão lá né...então o fundamental é que eles continuem (...) Essa luta é o nosso dia-a-dia...nossa vida...a gente tem que trabalhar pra poder viver eles estão aprendendo lá...enquanto a gente tá lutando pra mostrar o processo [sic] o que é bom...o aprendizado

(Cinara, mãe de cinco filhos com idade de 14, 11, 8, 6 e 5 anos que estudam na Escola, 27 anos)

Como podemos perceber, na visão dos moradores existe a dificuldade de acesso e de permanência na escola em função do trabalho. Muitas vezes ocasionada pela falta de conciliação das vivências escolares com as atividades laborais necessárias para sua sobrevivência.

O primeiro morador que citamos acima aponta que aguardavam vinte anos para a construção de uma escola na comunidade. Na realidade, a escola funciona há pelo menos vinte anos, de acordo com membros da comunidade e professores. Entretanto, o morador refere-se aos espaços escolares de outrora onde o ensino era ministrado, isto é, em espaços físicos privados, seja nas casas de moradores ou seja na casa da professora.

A escola não possuía um local fixo e funcionava em condições físico-espaciais precários. Além dessa condição espacial, as professoras também tinham que exercer múltiplas funções, como docência, merendeira, limpeza e administrativa. Certamente, o processo de ensino-aprendizagem também ficava comprometido.

Isto nos faz pensar que, em um contexto mais amplo, a sociedade brasileira demorou muito para reconhecer crianças e jovens como sujeitos de direitos. Em alguns lugares, “a história das ausências e dos sujeitos ausentes é tão reveladora quanto a história dos sujeitos presentes no sistema educacional” (ARROYO, 2011, p. 180).

Notamos que esse cenário vem mudando, porém, há ainda muito por fazer para superar e reconhecer as famílias ribeirinhas como sujeitos de direitos, sobretudo crianças e jovens.

Entendemos que outro aspecto fundamental é a correlação entre a escola, os saberes e especificidades culturais da população ribeirinha. Os outros dois

moradores assinalaram o esforço de manter seus filhos na escola, com frequência e aprendizado.

Isto porque, no histórico de suas vidas escolares tiveram que abandonar a escola para garantir a subsistência de seus familiares. Como nos diz Haje (2005), sobre a realidade educação do campo na Amazônia:

Muitos estudantes ainda são obrigados a abandonar a escola para realizar atividades produtivas, ou acompanhar os pais em atividades de trabalhos itinerantes, de pouca rentabilidade, prejudiciais à saúde e sem condições de segurança, em face das precárias condições de vida que enfrentam os sujeitos do campo, corroborando para intensificar o fracasso escolar nas escolas multisseriadas (2005, p.53).

As escolas, que deveriam oportunizar acesso à escolarização, distanciam-se das vivências dos educandos. Elas ainda são organizadas por um tipo de ensino seriado e distante da realidade regional, cujo paradigma de formação escolar, não reconhece os saberes das populações ribeirinhas.

Um dos aspectos presentes na vida dos jovens é a prática religiosa, principalmente por meio dos cultos e festas religiosas ocorridas na região de Breves e municípios vizinhos. Atualmente a comunidade possui duas igrejas, uma católica, a Igreja São Francisco, outra evangélica, a Igreja Evangélica Rocha Eterna.

De acordo com os moradores, a prática religiosa dos membros da igreja evangélica não se restringe à ida para a Igreja nos dias de culto. Alguns fazem pregação nas casas dos próprios moradores, muitas vezes motivados pela enfermidade de alguém, dentre outras razões.

Logo quando chegamos à comunidade, observamos que na mesma área onde fica a escola também foi erguida a Igreja São Francisco (foto 12). Segundo os moradores e os próprios jovens, a Igreja Católica São Francisco funciona há dezoito anos na comunidade. Ao longo desse tempo, as celebrações eram realizadas na casa de moradores. Nos últimos dez anos funciona nesse espaço. O dirigente da comunidade é quem realiza as celebrações religiosas católicas e, pelo menos uma vez por ano, o padre do município vai até a comunidade realizar uma missa.

A comunidade também recebe influência de grupos religiosos presentes no município sede, o município de Breves, no que se refere a festividades e devoção a santos. Em uma das noites que estivemos na comunidade, pudemos ver a

realização de uma cerimônia religiosa em alusão ao dia de São João, dia 26 de junho.

Conforme diz Saraiva (2010), as festividades e práticas religiosas guardam sua matriz desde as missões religiosas existentes em toda a Amazônia, bem como municípios da Ilha do Marajó:

A vinda de missões jesuítas que datam do século XVII para a Amazônia e o contato com os indígenas, com suas crenças e suas devoções, somado a fenômenos que mais tarde vieram a contribuir para o atual formato da religiosidade praticada na região ribeirinha - como é o caso das correntes migratórias do início do fim do século XIX e início do XX - colaboram para originar uma forma de catolicismo que dá ênfase ao culto dos santos, às festas de santos e grupos organizados para realizar tais eventos. (SARAIVA, 2010, p. 149)

O próprio nome da comunidade São Francisco é uma homenagem ao Santo São Francisco. Conversamos com os moradores, mas não houve esclarecimentos sobre a origem dessa denominação. Embora este elemento não tenha sido evidenciado, pudemos denotar este aspecto como uma evidência da forte presença dessa forma de religiosidade nesta e em outras comunidades e municípios da Ilha do Marajó.

No universo de 16 jovens entrevistados, oito (08) jovens (duas do sexo feminino e seis do sexo masculino), identificaram-se como membros da igreja católica. Quanto à religião de caráter evangélico, seis (06) jovens (quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino), sem especificarem de qual igreja é membro.

Alguns pais, membros de igrejas evangélicas, não concordaram com a participação de seus filhos em uma festividade junina ocorrida na escola. Para eles, não seria apropriado para àqueles membros de igreja evangélica.

Nas visitas que fizemos às casas dos moradores, alguns que fazem parte da igreja evangélica manifestaram tal descontentamento quanto à realização da festa e quanto a seus filhos participarem das danças e das comemorações juninas. Para encontrar um consenso, a coordenadora da Escola São Francisco explicou sobre o objetivo da festa, isto é, o como caráter festivo somente, e que a adesão dependia desse consentimento. No final, muitos alunos foram ao evento, ainda que fossem evangélicos, mas não participaram da quadrilha e das outras danças.

No painel de imagens abaixo, é possível notar que a religião interage com a vida da população ribeirinha de maneira cotidiana. Cada uma revela as particularidades da religiosa na comunidade ribeirinha que evidenciamos acima.

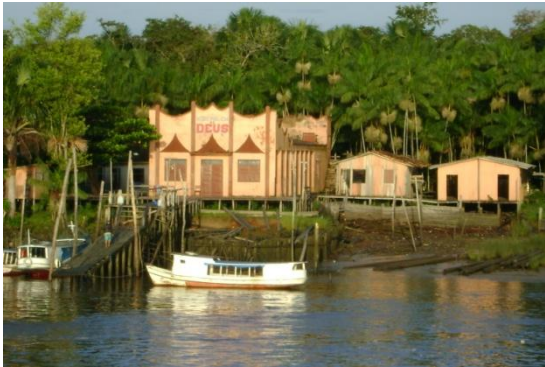
Foto 12



Foto 13



Foto 14



Painel de Imagens 5 - Foto 12, 13 e 14 – Paisagens de uma escola ribeirinha e a constituições de seus entornos: Igreja católica onde são realizadas cerimônias religiosas, ao lado da escola da comunidade (foto 12) ou aula de ensino religioso para crianças e jovens (foto 13) ou igreja evangélica de uma comunidade ribeirinha (foto14). Andréa Vieira, maio 2010 a junho 2011, Breves/Pará.

Identificamos na fala da aluna da 5ª série, natural do município de Bagre, que mora com seus pais e com sua filha há dois anos na comunidade a importância da igreja na sua formação e formas de se divertir. A mãe de alunos da escola reitera esse pensamento e, mas inclui a igreja como espaço para socialização, tão importante quanto à escola. Vejamos as manifestações abaixo sobre esse assunto:

E – Como poderia nos falar sobre sua relação com o rio o que você nos diria?

Prá mim é bom porque eu sou evangélica e eu não saio pra muitos lugares. [...] Eu frequento muito a igreja, o meu meio de se divertir só é na igreja, é o sábado, domingo, quarta-feira, a noite que a gente vai pra igreja. Assim, eu moro na beira do rio, né, só pra mim ver mesmo a natureza e ver o transporte passar, a embarcação, mas prá mim ir lá na embarcação eu acho difícil porque eu acho arriscado, provoca acidente, muita vezes já ocorreu acidente.

E – Como é que os jovens se divertem aqui?

1ª J – Os que não são evangélico vão em outras festas nos outros municípios aqui próximo. E nós que somos evangélicos vamos pro tempo central que tem aqui logo na boca do Buiussú, mais ou menos duas horas

de viagem daqui lá. [Aí quando tem algum evento vão prá lá] Vamos prá lá, todo sábado, domingo nós vamos prá lá. Aí aqui perto tem outras pregações que são do templo, né? aí a gente vai dia de quarta-feira e sábado prá lá também. (Rosália, Rio Buiussú, 18 anos).

Essa crença, expressa vivamente pelos jovens entre o receio de ser vista como uma das jovens que vai para as balsas e a igreja como espaço social de seu cotidiano na região.

Como podemos verificar nos depoimentos de jovens e familiares, assim como notamos durante as visitas às casas dos pais dos alunos e diálogos que tivemos com os jovens (de ambos os sexos), a igreja é utilizada para fazer frente a comportamentos considerados como desviantes, particularmente referindo-se às meninas e jovens que frequentam as balsas.

Notamos que há uma vontade por parte dos familiares e jovens em separarem-se das que vão para as balsas submeterem-se à exploração sexual. Esses sujeitos, contraditoriamente, também convivem com as mesmas carências materiais e com ausências de direitos fundamentais no campo da cidadania. Contudo, o olhar de muitos moradores, inclusive os jovens traduz um juízo de valor que culpabiliza as jovens e as reconhece como um problema individual, não coletivo.

2.2.2 Vínculos familiares e moradia dos jovens

De acordo com as informações dos respondentes, a composição familiar é marcada pela presença da figura da mãe e do pai, juntamente com seus irmãos. Como podemos ver na tabela abaixo, a maioria dos jovens, tanto do sexo feminino como masculino, moram com seus pais.

Tabela 5 - Você mora com:

Opções	12 e 14 anos		15 a 17 anos		18 a 20 anos		21 e 24 anos		Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
Responsável	1	2	2	4	2	1	0	0	12
Moro sozinho (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Irmãos	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Amigos ou conhecidos	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Com esposo (a)	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Outros parentes. Quem?	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total	1	2	3	4	2	4	0	0	16

Fonte: Pesquisa de Campo RS sobre ESJ e as implicações na escolarização de alunos de uma escola ribeirinha (2011)

De acordo com os jovens, todos disseram ter irmãos que também estudam na escola, conforme a idade escolar. Percebemos que há um encontro de várias gerações nos espaços familiares, pois, além dos pais e filhos, também encontramos avós e netos vivendo na mesma casa.

A jovem da 5ª série, de 16 anos, ressaltou que o incentivo dos pais é fundamental para garantir que os alunos continuem a estudar. Na sua experiência revela que recebe o incentivo dos pais para continuar a frequentar a escola. Sobre isso diz:

Ah...eu vejo que sim...falta um acompanhamento mais próximo, assim com os pais, porque como o meu...mais quando já, ele faz de tudo pra eu nunca parar de estudar, todos os meus irmãos. (Jovem da 5ª série, Rio Buiussú, 16 anos)

Esse jovem também responsabiliza a família como uma das principais para auxiliar a vida dos educandos. Para ela, os jovens da comunidade deixam de ir à escola porque seus familiares falham na assistência e no acompanhamento de sua vida escolar.

A aluna da 6ª série, de 16 anos considera a família como a instituição de grande relevância para proteção das crianças e jovens. Perguntamos sobre as dificuldades enfrentadas pelos jovens quanto à falta da família nesse acompanhamento. Sobre isso ela nos diz que:

Era assim, os pais podia aconselhar os filhos, conversar com os filhos, falar: "Meu filho não faz isso, não faz aquilo". Mandar vim prá escola. (Ormilda, Rio Preto, 16 anos)

Para os jovens, a importância de morar na comunidade se alia ao fato de viverem com suas famílias, obterem seu sustento na região e terem amigos também morando no mesmo espaço.

O grupo de jovens que entrevistamos informou que moram na comunidade São Francisco e na Comunidade São Miguel. Embora a escola pertença à comunidade São Francisco, seu corpo discente é composto por alunos de outras comunidades que cercam a escola, como mostraram os alunos, principalmente depois da construção da nova instituição escolar. Os jovens declararam que moram: Sexo feminino: três (03) moram rio Buiussú; dois (02) rio Preguição; um (01)

comunidade São Miguel; Sexo Masculino: cinco (05) Rio Buiussú; 01 Rio Preto; 02 com. São Miguel; 02 Rio Preguição.

Cabe destacar que, de acordo com os dados da coordenação da Escola, outros alunos que estudam na comunidade, são moradores do município de Melgaço. A divisão geográfica não tem representação substancial nas condições socioeconômicas dos moradores, uma vez que essa divisão não diferencia no trabalho e nas suas relações sociais.

Suas casas são simples, de madeira, organizadas na sua maioria em três compartimentos: sala, quarto e cozinha, com poucos móveis. Algumas dessas famílias moram em casas próprias, outros revelaram que o terreno foi cedido por algum parente ou vizinho. Nos terrenos, em geral, verificamos a presença de criação de animais utilizados para alimento dos familiares, bem como plantação de pequenas hortas.

Foto 15



Foto 16



Foto 17



Painel de Imagens 6 - Foto 15, 16 e 17 – Paisagens de uma escola ribeirinha e a constituições de seus entornos: Foto de uma casa da Comunidade, visualização a partir do trapiche (foto 15) horta flutuante, cultivo de plantas, hortaliças e condimentos para uso doméstico (foto 16) ou Faixada, instante de nossa visita a uma casa próxima ao Tajapuru(foto17). Andréa Vieira, maio 2010 a junho 2011, Breves/Pará.

Uma das jovens entrevistadas relatou que retornou à casa dos seus pais desde que soube de sua gravidez. Até esse momento, morava em Breves com

conhecidos da família com o intuito de estudar. Não pode permanecer e não teve o apoio do pai da criança. Agora mora com seus pais e sua filha.

O contexto que a jovem relatou também está presente em outras casas que visitamos. Percebemos que há um encontro de várias gerações nos espaços familiares, pois, além dos pais e filhos, também encontramos avós e netos vivendo na mesma casa.

As condições de assistência à saúde e saneamento ainda são precárias. A comunidade São Francisco não possui um posto ou unidade de saúde para atendimento aos moradores. Em geral, recebem assistência de Agente Comunitário de Saúde – ACS, que mora também na região.

Caso tenham necessidade de um atendimento específico, precisam deslocar-se a município de Breves para serem atendidos. Vejamos as manifestações sobre a saúde:

A gente vai pra Breves...infelizmente o ACS, que o vizinho, às vezes né...antigamente tinha aquele papel que ele dava né...o encaminhamento...hoje em dia não tem mais...tiraram o encaminhamento da mão dele...aí se tornou difícil pra gente porque a gente chega lá em Breves no posto que o nosso direito né...pra gente se consultar que é com o dr. (...) e quando chega no hospital eles mandam pra lá...olha uma vez eu me senti...mesmo eu fui lá saí daqui...eu tava doente e o Manuel foi me deixar lá em Breves...quando eu cheguei lá que eu conversei com uma enfermeira lá...ela disse assim: “olha a senhora não...não...espere...espere aí que vamos ver se tem vaga (...): “olha minha filha...onde entra o rico entra o pobre...onde entra aquele que não tem como se valer chega aos pés daquele que tem poder e vai...não manda...e assim eu fiz...eu não mandei você e lá falar com ele”...porque senão eu ia ficar lá...em pé...esperando a resposta...os bancos tavam lotado de gente...e foi assim que eu fui atendida...por ele já...aí ela disse assim: “mas ô exigência”...aí eu disse assim: “Não minha filha porque só sabe a dor que tá sentindo, né”...aí ele me atendeu passou o remédio...tomei duas injeção e fui de lá cantando baixo e fui me embora...mas graças a Deus que eu fui atendida né... (Moradora da Região, Líder comunitária)

Esse depoimento revela um problema que todos os moradores relataram sobre um dos principais problemas na comunidade, a falta de assistência à saúde. Quanto maior a distância da casa do morador em relação ao município de Breves, mais grave a situação se configura.

Os moradores utilizam outras estratégias para cuidar da saúde, por meio dos saberes medicinais tradicionais. Visitamos outras famílias que moram mais distantes da escola, já próximo do município de Melgaço. Nesse trajeto, a constatação foi do

agravamento da carência na assistência à saúde e nas condições de vida desses moradores na medida em que ficam mais afastados do município sede.

Isto porque, a maioria dos moradores não possuía meios de transporte que facilitassem a ida ao município. Recorrem a alternativa de deslocamento à Breves somente em situações de extrema necessidade.

A maioria das casas não apresentava pintura. Quando pintadas, eram somente as fachadas, as frentes das casas. Em geral são construídas no estilo palafitas e o espaço entre uma e outra casa não segue um padrão de distância. Para movimentar-se entre elas e os espaços coletivos, como a escola, a igreja, utilizam a canoa e rabetas.

As construções das casas são feitas com madeiras extraídas dos próprios terrenos. Os moradores revelaram que aguardavam a concessão por parte do INCRA de madeira para substituição das madeiras já deterioradas.

No espaço de suas residências, os moradores também realizam para a preparação do matapi, instrumento utilizado para captura do camarão, tecelagem de cestos e outros produtos artesanais utilizados para o dia-a-dia.

2.2.3 Atividade econômica dos jovens e familiares

As falas dos narradores desse estudo evocam a participação de jovens na organização das atividades produtivas de suas famílias. De acordo com as informações, a grande maioria dos estudantes informou que ajuda nas despesas da casa, somente dois alunos disseram que não ajudam diretamente na renda da família (uma do sexo feminino, outro do sexo masculino).

No quadro abaixo organizamos os dados que apontam sobre as experiências que vivenciam os jovens no contexto familiar. Vejamos:

Tabela 6 - Em que você ajuda sua família

Opções	12 e 14 anos		15 a 17 anos		18 a 20 anos		21 e 24 anos		Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
Trabalho na casa	1	0	3	2	2	0	0	0	8
Cuido do (s) meu (s) irmão (s)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalho fora	0	0	0	0	0	4	0	0	4
Ajudo no trabalho da minha responsável	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Ajudo no trabalho do meu responsável	0	1	0	1	1	0	0	0	3
Outra ajuda	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	1	2	3	4	3	4	0	0	17

Fonte: Pesquisa de Campo RS sobre ESJ e as implicações na escolarização de alunos de uma escola ribeirinha (2011)

Esses dados nos levam a pensar sobre os papéis diferenciados que jovens do sexo feminino e do sexo masculino desempenham nas comunidades, pensar as representações que esses jovens tem sobre essa dicotomia seria objeto de outra pesquisa.

A pesca do camarão é um dos principais meios dos quais as famílias da região de São Francisco têm para obter seu sustento e meios de sobrevivência. Essa atividade envolve um conjunto de atividades, desde a seleção e retirada da palmeira (etapa 1), confecção do matapi (etapa 2), captura do camarão nas armadilhas instaladas ao longo das margens do rio (etapa 3), preparo do camarão (etapa 4) e finalmente sua venda (etapa 5).

Notamos que crianças, jovens e adultos participam em todas as etapas dessa produção. Em várias casas que visitamos nos deparávamos com moradores na execução de alguns desses processos, na produção de matapi com fibras naturais ou da isca para captura, preparação do camarão, venda do produto para consumo.

Embora a rentabilidade seja instável, visto que alguns moradores não têm como se deslocarem até os municípios vizinhos para a venda do produto, muitas

vezes pela falta de transporte e combustível, essa pesca artesanal²¹ e, de pesca de subsistências, é bastante comum no dia-a-dia dos moradores e para a grande maioria dos ribeirinhos, a única fonte de alimento e renda.

Na comunidade, as formas mais comuns de venda do produto são o repasse a atravessadores para revenda nas cidades, principalmente Breves e Melgaço, e a comercialização direta nas feiras livres destes municípios e nas embarcações que trafegam pela região.

No painel de imagens (Fotos 18, 19, 20 e 21) apresentamos algumas etapas de produção do camarão na comunidade. Observamos que envolve diferentes áreas do conhecimento. Essa cadeia produtiva requer a participação integrada de cada atividade para garantia da sustentabilidade econômica (VALENTI, 2002).

Foto 18



Foto 19



Foto 20



Foto 21



Painel de Imagens 7 - Foto 18, 19, 20 e 21 – Paisagens de uma escola ribeirinha e a constituições de seus entornos: Casa de um morador, matapis expostos na área frontal de sua residência e casa anexo de preparo do camarão (foto 18); camarão capturado pelo morador fornecido para professores (foto 19); preparação de camarão para venda, cozer e descascar (foto 20); venda do camarão na feira livre do município de Breves (foto 20). Andréa Vieira, maio 2010 a junho 2011, Breves/Pará.

²¹ Segundo a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura a pesca artesanal define-se como a atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias, que utilizam pequenas quantias de capital e meio de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada, baseada em conhecimentos empíricos. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/index.php?q=node/24>. Acesso em 25 de junho de 2011.

Ao referir-se sobre o trabalho do jovem na comunidade, o jovem *Benedito* descreve-se como pescador. Além disso, ajuda na venda de camarão em balsas. Quando possível, também tira madeira e palmito.

O ordenamento das atividades produtivas dos moradores convergem-se para sua própria vida cotidiano. Esperar o tempo das plantas ou planejar o local para captura do matapi, entre outras atividades, passa por um conhecimento que circula entre os familiares e agrupamentos sociais, inclusive o juvenil. Isto porque,

O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelos sistemas de posse ou pelo estatuto da propriedade privada. (CASTRO, 1998, p. 07)

Podemos notar a riqueza da atividade produtiva da comunidade, pois delinea o trabalho exercido pelos moradores. Representa o sentido de trabalho como produção e representação de saberes no cotidiano que vivenciam, conforme assinala Castro (1998).

Para os jovens do sexo masculino, que ajudam na pesca de camarão e na venda deste e de outros produtos, essa atividade é vista como um trabalho que tem uma renda importante para as despesas da família.

Em contrapartida, essas distinções não são tão evidentes, uma vez que percebemos que a mulher participa em toda a cadeia produtiva. Embora as alunas tenham dito que participam somente das atividades domésticas, o que vimos nas casas e no dia-a-dia da comunidade foi a presença ativa de mães e filhas na produção do matapi, preparo do camarão e do açaí. Em nenhum momento vimos isto reduzido ao trabalho da casa propriamente dito.

A tarefa doméstica é mais uma de suas funções. Durante nossas visitas conversamos com a Senhora Ana, de 33 anos, moradora da comunidade São Francisco com seus cinco filhos. É uma das mulheres, que por meio de sua história, desde muito jovem, constrói também a história da comunidade e tem intensa atividade no trabalho diário.

Conforme nos relata, as diferenças em relação ao trabalho estão nas atividades que se confundem com as tarefas da casa, como o preparo do camarão, a produção do matapi, o cultivo de hortaliças, a venda dos produtos e o artesanato.

Este último, o artesanato, é uma atividade de grande valor nas atividades produtivas da comunidade. Embora não haja uma comercialização dos produtos extraídos dessa produção, visto não ser uma atividade fim para obtenção de renda, as peças confeccionadas pelos moradores, sobretudo as mulheres, são utilizados para acondicionar os produtos e mercadorias que vendem nas embarcações e nos municípios.

Ademais, são peças comuns nas residências, utilizadas no uso doméstico e ornamentação das residências. Como diz a jovem *Rosália*, além da tecelagem do matapi, vassoura, cestos, entre outros, além da pesca e cuidados na casa. Perguntamos a ela o que ela mais aprende e faz na comunidade. Assim ela nos conta:

Nós aprendemos mais sobre artesanato com talas, assim, é, fazer matapi. É...eu faço paneiro, cesto, mais essas coisas que nós aprende aqui né...assim. Eu gosto mais de tecer o matapi que é o mais que eu faço em casa. E pesco com o mesmo produto que eu mesmo pesco no horário de manhã, antes de vir pra aula (Rosália, Rio Buiussú).

Embora saibamos sobre o quadro de desigualdades sociais e carências na vida da população, que expõem a região a um cenário complexo de desigualdades, o que vimos foi um quadro de grandes riquezas no sentido da força juvenil. Por isso, nossos encontros se estabeleceram a partir de percepções ambivalentes, movidos pelo desejo de conhecer esta realidade a partir da inter-relação entre a sua diversidade e de seus sujeitos, bem como as desigualdades escolares e sociais existentes.

O componente desigualdade, em muitos casos, reduz essas populações ao conjunto de dificuldades populacionais. Em geral, essa perspectiva cristaliza-se em uma visão de vidas isoladas “em unidades familiares, geralmente nas várzeas dos rios, igarapés e lagos, numa pequena agricultura familiar combinada com a caça e a pesca” (ADAMS, CRISTINA et al, 2006, p. 19).

As jovens, do sexo feminino, reconhecem a importância do trabalho que realizam para a subsistência de sua família. Entretanto, por se constituírem principalmente dentro do espaço doméstico, não obtém um valor representativo no que se refere a garantia da renda da família.

Esta postura induz muitas jovens a perceberem com pouco mérito esse trabalho, principalmente se observamos a dificuldade de jovens e mulheres em

ilustrar sua relevância na cadeia produtiva da comunidade. Isto quer dizer que, veem uma separação entre aqueles que exercem atividades mais pesadas, consideradas como trabalho pesado, em geral delegado aos jovens do sexo masculino, e entre as meninas, com atividades do lar, artesanato e vendas, conforme disseram os respondentes.

Abaixo, nas imagens, podemos observar algumas peças produzidas pelos moradores:

Foto 22



Foto 23



Foto 24



Painel de Imagens 8 - Foto 22, 23 e 24 – Paisagens de uma escola ribeirinha e a constituições de seus entornos: Peças artesanais para uso doméstico e trabalho na pesca (foto 22) Cesto utilizado para ornamentação (foto 23) ou Matapi, para captura do camarão(foto 24). Andréa Vieira, maio 2010 a junho 2011, Breves/Pará.

A participação deveria refletir no reconhecimento da importância da mulher nessa atividade, mas o que notamos “que nelas residem densos significados sociais e simbólicos de qualidade, força, individualização e poder” (ALVARES e SANTOS, 1997, p.19). Acreditamos que, por mais que apareçam silenciadas, as jovens e mulheres percebem o valor de seu trabalho na vida de seus familiares e na própria comunidade. Isto porque, notamos que a cultura material e simbólica estão fortemente marcadas pela presença e controle da mulher. Os depoimentos destacam essa relevância. Vejamos:

Ah...faço as coisas da casa e mais alguma coisa que a gente faz né...eu cuido dos meus animais, dos meus bichos...e ajudo meu marido também nas coisas...ajudo assim a fazer matapi...às vezes quando dá eu...corto lá no rio o matapi com ele...ajudo ele limpar o terreiro...eu ajudo um bocado ele. Acaba fazendo junto, não é? (...) a gente faz junto. (D.A., mãe de cinco filhos que estudam na escola, 33 anos).

E eu vim em fevereiro prá cá. Morava em Breves, prá Bagre com minha tia, aí depois vim estudar prá cá. Que a mamãe engravidou, aí tem ficar tomando conta da casa lá enquanto ela tá prá Breves. (Aluna da 5ª série, Rio Preto, 16 anos)

Tanto as informações dos alunos como os relatos dos moradores, mostram que as famílias organizam-se em uma rede produtiva na qual todos os membros participam ativamente, inclusive a mulher, seja a jovem ou adulta.

2.3 Algumas considerações sobre nossa primeira rota

Os dados constantes nesta primeira rota mostram que a presença da escola, as atividades produtivas, responsabilidades assumidas e as relações que estabelecem entre os membros das comunidades são aspectos relevantes nas vivências dos jovens da Escola São Francisco e envolvem os seus saberes.

Aqui não é o fim de nossa viagem, mas uma dos caminhos de nosso trajeto em torno da viva água do dia-a-dia dos jovens do rio Buiussú. Estes sujeitos emprestam para nós uma parte de sua história para compreendermos as elaborações que fazem sobre a situação de exploração sexual, os símbolos dessa operação e as implicações escolares.

Para isso, agora nossa expedição tomará os enunciados acima como guias para ver outras diferentes nuances e os entretoms das vivências de jovens alunos do Rio Buiussú. Viajaremos pelas águas e em cada conversa, em cada porto constituiremos percepções e informações para apreender partes desse contexto. E, também voltaremos nossa atenção para a possibilidade dessas escutas, de seus desejos e aprendizados que a vida escolar ribeirinha completa sua rotina.



*Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.
Bertolt Brecht*

SEÇÃO III - A SEGUNDA ROTA

IMAGENS E SENTIDOS DE JOVENS-ALUNOS SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL JUVENIL

Este capítulo apresenta as imagens e sentidos atribuídos pelos jovens-alunos sobre o fenômeno social da exploração sexual juvenil, a partir da trama de duas dimensões, quais sejam: o Rio e a Escola, que se entrelaçam e dão sustentação a análise e compreensão ao problema de investigação em questão, qual seja: quais as representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre a exploração sexual juvenil e quais as implicações em suas vidas escolares?

Sem compreendermos estas imagens e sentidos que consolidam as representações sociais que os alunos possuem sobre exploração sexual nas balas do Marajó tal estudo referendará o silêncio que perdura neste contexto.

Nossa segunda rota navega pelas narrativas de jovens-alunos da Escola São Francisco, localizada nas margens do Rio Buiussú, no município de Breves/PA. Continuamos nossa expedição semelhante à rota anterior. Desta vez apresentamos as imagens e sentidos a partir das falas dos alunos e alunas que estudam nesta escola e constroem suas vivências no itinerário marajoara, com o objetivo de registrar o fenômeno da exploração sexual juvenil.

Nesse momento refletimos conduzidos pelas questões definidas por Jodelet (2001) e apreendidas a partir das informações partilhadas pelos interlocutores de nosso estudo a fim de constituir suas representações sociais sobre o fenômeno da exploração sexual juvenil, quais sejam: sobre o que sabe e com que efeito?

Estes questionamentos traçam a linha de análise do estudo em tela. Buscamos identificar e analisar a produção de tais representações sociais, estabelecendo conexões entre o universo escolar. Para tanto, ampliamos essa reflexão para o entendimento das implicações escolares desse fenômeno na vida de jovens que estão inseridos/as no contexto da exploração.

Assim, neste movimento juntamos “como quem junta pequenas peças de sentido num sentido mais amplo; [...] percorrendo-os sem, contudo, neles se esgotar, aberta ao que se passa mesmo ao que se passa quando nada se passa” (PAIS, 2002, p. 31).

Como pesquisadora nós também participamos desse desvelar, que aqui chamamos de rota. Para tanto, tivemos que sair de cena, calar para ouvir vozes e deixar brotar imagens e construir nos furos²² os sentidos.

Nossas inquietações e reflexões que contornam esta rota sobre o fenômeno da exploração sexual e suas interfaces com a escola não pretendem esgotar as análises sobre esta temática, uma vez que se compõe por múltiplas dimensões e diversos fatores que podem contribuir para permanência dessa problemática na sociedade.

As abordagens que se seguem apontam elementos suscitados nos discursos de jovens alunos e alunas articulados ao arcabouço teórico do tema no sentido de produzir peças para construção desse mosaico multidimensional da exploração sexual juvenil, desafiador à sociedade em geral, sobretudo às autoridades públicas, às famílias, aos jovens e à escola.

Deste modo, seguimos com a apresentação das temáticas analíticas contextualizadas pelas unidades de significado. A análise que nos propomos baseia-se na organização dos discursos dos sujeitos a partir da organização das temáticas analíticas com base no contexto (FRANCO, 2008).

Franco (2008) assinala que:

O ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa ou documental. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido. Sentido que não pode ser considerado um ato isolado, pois, os diferentes modos pelos quais o sujeito se inscreve no texto correspondem a diferentes representações que tem de si mesmo como sujeito e do controle que tem dos processos discursivos textuais com que está lidando quando fala ou escreve (2008, p.19).

Com base neste referencial, agrupamos os conteúdos das falas dos (as) alunos (as) em temáticas analíticas. Cada uma das seguintes temáticas, quais

²² Furos são pequenas aberturas, acessos por entre as matas que ligam rios. Comunicação natural entre dois rios ou entre um rio e um lago (FERREIRA, 2008). Emprestamos esse termo para traduzir também de aberturas que o estudo se propõe.

sejam: 1) Rio de possibilidades; 2) Rio que encanta; 3) Rio que desencanta; 4) Rio que traga; agrupam as unidades de significados sobre a exploração sexual juvenil.



Temáticas Analíticas e Representativas

- *Rio de possibilidades*
- *Rio que encanta*
- *Rio que desencanta*
- *Rio que traga*

Nestas temáticas, ao mesmo tempo em que apresentamos os agrupamentos com seus respectivos sentidos e contextos, fazemos amarrações com o que observamos *in loco*.

3.1 Rio – cenário de vivências, aprendizados, partilhas e desejos

O Rio é o eixo de onde se tecem as temáticas que revelam os matizes de suas águas, as imagens e respectivos significados que organizam as objetivações e as ancoragens que edificam as representações sociais de jovens sobre o Rio. Tais matizes são representadas pelos cenários de vivências, partilhas, aprendizados e desejos que foram consensuados pelos jovens da escola.

A paisagem social ribeirinha ora narrada é um retrato de uma realidade que "se insinua, não se entrega [...] ela tem que ser imaginada, descoberta, construída", como assinala Pais (2002, p. 29-30). Esses dizeres foram tecidos não somente por palavras, mas revelados nos seus silêncios, nos seus "senões", nas concordâncias e adesões, bem como nas capturas em nossas andanças pelo rio Buiussú, consoantes

a uma história em muitos casos silenciada nos vários espaços sociais de suas vidas, como a escola e a família.

O ponto de interseção entre o rio que banha a região, a vida deste lugar, os alunos-jovens e a Escola São Francisco representam temáticas com as quais ousamos mergulhar em seus respectivos estudos tanto na observação e coleta de informações quanto nos aportes teóricos que serviram de sinais orientadores e delimitadores sobre a compreensão do objeto de nosso estudo.

Temos como referência o rio, considerando-o não somente enquanto lugar para circulação de mercadorias e caminho para locomoção dos moradores, mas também como espaço de lazer, de consumo e de socialização da população de nosso estudo.

Esse rio, que é também lugar de passeio e circulação de crianças e jovens, constitui, muitas vezes, uma ocasião propícia para relacionamentos com pessoas que podem se utilizar da vulnerabilidade dessa população ou, mesmo da limitação ou quase nenhum mecanismo de controle legal na região para combater e enfrentar as situações de violação de direitos.

Este abuso pode ocorrer em troca de uma falsa proteção, segurança e conforto que faz com que alguns cedam aos assédios daqueles que chegam somente para obter vantagens, sobretudo as sexuais, das filhas e filhos ainda muito jovens.

O mesmo rio que funciona praticamente como a rua da comunidade para que a população possa suprir suas necessidades nas outras comunidades e cidades circunvizinhas como Melgaço, Portel, Bagre, é também o rio que funciona como caminho para que jovens cheguem a pontos onde trafegam as balsas e demais embarcações para serem vistas e conduzidas para a exploração sexual.

Neste rio também está presente a escola como um lugar de grande importância para os jovens-alunos. Espaço este onde, além do aprendizado do conhecimento sistematizado se faz presente também os vínculos de amizade que se misturam as práticas educativas e aos aprendizados escolares como um conjunto de proposições para formação do jovem para a vida.

Além disso, o rio também é espaço e ponto de referência onde estabelecem as representações sobre o fenômeno da exploração sexual, como veremos abaixo.

❖ **O rio de possibilidades:**

Esta representação social se vincula a relação dos alunos com o rio, como abordamos na rota anterior, registra não somente a paisagem, mas também elementos que contornam os modos de vida, aprendizados e partilhas desses jovens. Essa relação forma-se na história, na geografia e na cultura de seus sujeitos, como pilares sobre os quais sustentam suas relações e constituem do ponto de vista material e simbólica, sua produção cultural (TAVARES e TRINDADE JUNIOR, 2008).

A imagem do *rio de possibilidades* agrupa os sentidos das falas dos (as) jovens alunos/as por meio dos contornos que suas vivências se organizam e se estabelecem. Isto é, são variadas as formas como os jovens se veem nesse universo, seja como universo ora de diversão, ora de trabalho, de encontro, de perigo, entre outros, que marcam seu olhar sobre esse lugar, o *rio* que determina a vida de todos. Vale dizer que o rio não possui uma significação fixa, ao contrário, é móvel e mutável.

Os jovens reconhecem a paisagem ribeirinha enquanto espaço para aprendizagem e sociabilidade. Paralelo a esse valor atribuído aos interesses e desejos compartilhados, as informações dos jovens também chamam atenção para o fato de enveredar-se para as possibilidades de perigo que determinados eventos vivenciados nestas experiências proporcionam. No sentido de exemplificar estas observações dos (as) jovens, podemos mencionar os seguintes trechos de falas:

Eu gosto de passear de barco. Eu pego o rabudo do papai, coloco gasolina e vou embora lá prá casa do meu avô que mora aqui no Rio Preguicinha. Aí eu venho embora prá cá, só eu, eu vou embora.

(Ormilda, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Prá mim é bom porque eu sou evangélica e eu não saio pra muitos lugares. [...] Eu frequento muito a igreja, o meu meio de se diverti só é na igreja, é o sábado, domingo, quarta-feira, a noite que a gente vai pra igreja. Assim, eu moro na beira do rio, né, só pra mim ver mesmo a natureza e ver o transporte passar, a embarcação, mas prá mim ir lá na embarcação eu acho difícil porque eu acho arriscado, provoca acidente, muita vezes já ocorreu acidente.

(Rosália, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Eu ando de casco, eu faço tudo que eu gosto. É...eu só não agarro na balsa. [...] Eu vejo assim porque tem uns da cidade que já me falaram que esse rio é muito bom, a gente consegue muito dinheiro, [...] o matapi dá bem camarão, a gente pega bem. Aí, leva, vende em Breves. Aí é muito bom, dá bem dinheiro.

(Ramiro, dezesseis anos. Rio Buiussú)

A gente vai, pega no rio e depois vai vender óleo, açaí, camarão...quando tem às vezes.

(Aláide, quatorze anos. Rio Preguição)

Podemos notar nas falas dos (as) jovens alunos (as) que as possibilidades de aprender estão inscritas em processos de práticas diárias, não somente na escola, mas que se formam também nas descobertas diante da geografia e sociabilidade que contornam a comunidade onde moram.

Para esses jovens, *o rio de possibilidades* também configura a vida da juventude na região.

Tabela 7 – Como é a vida do jovem da comunidade:

Como você diria que é a vida do jovem da comunidade	F	M	F (%)	M (%)
<i>Brinca, estuda e trabalha</i>	03	05	50%	50%
<i>Brinca e estuda</i>	02	03	33%	30%
<i>Estuda, mas faz coisa de gente grande</i>	01	01	17%	10%
<i>Só brinca</i>	0	01	0%	10%
Total	06	10	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo RS de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre ESJ e as implicações na escolarização (2011)

Nestas informações podemos perceber que, em sua maioria, os (as) jovens consideram que as atividades de brincar, estudar e trabalhar estão ligadas a forma como se dá suas vidas em meio às experiências que compartilham, sobretudo nos rios.

A narrativa poética de João de Jesus Paes Loureiro (2001) ilustra esse *brincar, aprender, compartilhar* cuja representação se entrelaça nessa porção líquida da Amazônia, isto é, no rio:

Os rios na Amazônia constituem uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcionais. O rio é fator dominante nessa estrutura fisiográfica e humana, conferindo um *ethos* e um ritmo à

vida regional. Dele dependem a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e a destruição de terras, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo. (2001, p. 125)

Não por acaso, que os jovens nos narram suas vivências reverenciando-se os elementos fazem da sua história singular. Como considera Silva (1993):

É o rio que lhes impõe ritmos e padrões de movimentação cotidiana, que cria episódios escolares tão peculiares, que lhes permite e exige o cultivo de habilidades culturais tão próprias e que ainda se coloca no horizonte do sonho das realizações profissionais (1993, p. 104).

O “cultivo de habilidades culturais”, que autora narra, também tecem as vivências dos jovens da Escola São Francisco. Viver experiências que desafiam a descoberta de novos conhecimentos como o manejo do barco e até mesmo conhecer os perigos que oferecem algumas atividades, como *ir na embarcação* ou *agarrar nas balsas* são destacadas pelos jovens.

❖ **O rio que encanta:**

Esta representação social se vincula a *imagem do rio que encanta* reúne significações construídas e consensuadas pelos (as) jovens em seus diálogos com o vivido a partir do encantamento que este produz. Não se trata de experiências do encantar mitológico, mas de desejos imaginados projetados e sua existência concreta tecida em seu dia-a-dia.

Assim diz uma das jovens:

Morava lá prá onde meu avô morava, no Mutuacá. Mudei porque lá era muito ruim...era triste aí eu vim embora pra ir pra casa do meu pai. Agora eu moro aí no Preguiça e tudo ficou melhor e bonito.

(Alaíde, quatorze anos. Rio Preguição)

No discurso de Alaíde notamos seu olhar sobre o encantamento diante do movimento intenso de embarcações que ocorre na frente do rio Buiussú. Embora resida nas margens de outro rio, nos horários em que está na escola à admiração é uma constante.

Alaíde expõe que gosta de morar na comunidade. Para ela, também é assim expresso:

Lá não ia quase ninguém...muito triste lá. E aqui é mais...movimentado. É uma vida boa...eu acho boa aqui no Buiussú. Eu acho que passa toda hora barco...balsa. E tem...o Rio Preto fica mesmo assim.

(Alaíde, quatorze anos. Rio Preguição)

A possibilidade de ter acesso à escola também foi exposto como um dos aspectos que faz com que os jovens gostem de morar na localidade. De acordo com Ramiro, estudante da 5ª série, este aspecto ajudou a continuação de seus estudos:

Pra mim estudar, como na de lá não tinha mais estudo pra mim estudar, lá. Porque não tinha pra minha série mais.

(Ramiro, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Rosália completa o que a escola próxima a sua casa, nas margens do rio Ihe trouxe:

É uma oportunidade porque muitos alunos, como eu, tem filhos não tão frequentando a escola. E eu acho bom frequentar a escola, eu gosto de estudar, eu gosto de aprender e eu penso ainda ser alguma coisa daqui no futuro, aí pra mim a escola é tudo de bom, né, porque eu gosto de estudar e eu venho sempre pra escola.

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

Um dos membros da família expôs que considerava que a localização de sua moradia nas margens do rio Buiussú ajudava na superação de dificuldades materiais que vivenciam. Relatou que recebe com frequência doações de roupas, sapatos, dentre outros objetos, como os brinquedos que seu neto brincava.

Em razão desse movimento intenso, os moradores vendem suas mercadorias (açai, camarão, palmito, frutas e temperos) ou trocam com a tripulação por produtos que não dispõem na região, como por exemplo, produtos alimentícios industrializados e itens de vestimenta e uso pessoal.

Como nos conta Rosália, aluna da escola,

A maioria dos alunos agarra durante o dia, quando eles não tem...quando eles estudam de manhã eles agarram a tarde, quando estudam de tarde, agarram de manhã prá vender o que eles conseguem né, sobre o camarão,

o peixe, o açáí, eles vendem na balsa porque sai mais caro se fosse vender na cidade.

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

Esta jovem descreve:

Porque é rio que só por aqui que passa a maioria das balsas que vem de Manaus, que vem de Belém, só por aqui que passa [é o trajeto das balsas].

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

Muitos jovens também manifestaram que gostam de olhar as embarcações e conversar com os tripulantes e passageiros nos momentos em que estão vendendo os produtos ali comercializados.

Dentre outras situações, também nos chamou atenção uma das visitas que fizemos à casa de moradores da comunidade. A criança brincava com diversos objetos de doações feitas pelas embarcações.

Ao longo de nossas visitas e nas mais diferentes manifestações, percebemos que “agarrar nas balsas” ou “atracar nas balsas” faz parte das vivências dos moradores, sobretudo dos jovens, principais responsáveis para realizar a venda nas embarcações. Diversas vezes vimos crianças e jovens que trafegavam pelo rio.

Além de ser um meio de conseguir vender os produtos resultantes da pesca, coleta e extrativismo, é também um lugar para diversão.

Perguntamos aos alunos o que é preciso saber para ir às balsas. Do total de dezesseis tivemos as seguintes respostas: é preciso saber remar (42%, 08 respostas); conhecer a tripulação (26%, 05 respostas); saber os horários e dias certos, ter autorização e saber qual embarcação deve ir, todas como o mesmo número de respostas (5%, 02 respostas).

Observamos que essa atividade, a de ir às balsas, conhecer a tripulação e saber os horários dessas atividades faz parte do repertório cotidiano da comunidade, igualmente presente em outras regiões que vivem em espaços ribeirinhos. Isto porque, os aprendizados da juventude ribeirinha se formam também por suas experiências vividas no rio, a partir de elementos materiais e simbólicos da vida ribeirinha, seja na organização econômica, familiar, de lazer e de amizade.

De acordo com os relatos dos moradores da comunidade e dos próprios jovens existe uma grande importância o trânsito de balsas e embarcações em torno da comunidade para venda e, até mesmo, como meio de interação dos moradores com aqueles que transitam pelos rios.

❖ ***O rio que desencanta:***

A terceira representação social se vincula a imagem do *rio que desencanta* e reúne sentidos sobre as manifestações dos (as) alunos (as) diante da exploração sexual juvenil.

Embora o *caminhar pelo rio* seja uma atividade de socialização e diversão frequente mencionado pelos jovens-alunos além de se constituir em uma atividade de comércio de compra e venda de mercadoria para aqueles que contribuem com a renda familiar e/ou fazem alguns serviços como de compra de alguns produtos.

Essa rua, que é o rio, é vista por estes jovens como violenta e perigosa, uma vez que segundo eles é onde ocorre a exploração sexual de muitas jovens.

A maioria dos jovens entrevistados descreve a atividade de *ir às balsas para compra ou venda de algum produto* como uma situação que deixa tanto crianças quanto jovens vulneráveis à violência sexual. Dentre as formas identificadas pelos estudantes, a exploração sexual é vista como uma forma de obter meios para seu sustento, por exemplo: dinheiro, roupas, combustível (em especial o óleo diesel), dentre outros.

Os avanços referentes ao enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil com a conquista das leis, mecanismos de proteção bem como novas concepções sobre a infância e adolescência ainda não conseguiram alcançar os (as) jovens que experenciam esta realidade ou estão prestes a vivê-la.

Isto nos faz pensar a forma como a família, mas também a própria jovem entende a situação. Estas se inserem em uma relação de troca aos ditames do capitalismo como se ela, a jovem, fosse uma mercadoria (Libório, 2005).

Por esta lógica, a da objetivação do corpo como mercadoria, existe por parte das famílias e da jovem a dificuldade de reconhecer que se trata de uma exploração, uma vez que além de não haver a avaliação do valor do capital adquirido com essa troca não há a problematização e diferenciação entre sujeito e mercadoria. O valor

vida na perspectiva da sua manutenção parece subverter outros valores que dignificam a condição humana (Diógenes, 2008).

Como destaca Botelho (2002, p.71) estas famílias não se originam no vazio. Elas se inscrevem nesse contexto “articuladas à história social e econômica do lugar e da época em que vivem”. O que nos faz pensar que as famílias, as da comunidade São Francisco, se constituem nesse contexto acentuadamente desafiador, pois é quase invisível a presença do poder público na mesma proporção da presença das políticas preventivas e de erradicação da exploração sexual juvenil como: a assistência social, de saúde, educacional dentre outras necessárias para o desenvolvimento da população e suprimento das necessidades materiais além daquelas formativas e profissionais para os jovens e demais sujeitos da comunidade como alternativas trabalho.

Uma das atividades consideradas como uma forma de garantia da sobrevivência da (o) jovem e da sua família é exploração sexual. Esta possui o seu paradoxo no consentimento pelo menos aparente da maioria das jovens que atracam nas balsas.

Segundo estes (as) alunos (as), na primeira vez o medo foi maior e a resistência também, mas com a continuação o medo deu lugar a coragem e a certeza de que desceria da balsa com algum alimento e algum dinheiro para levar para casa.

O diálogo que conseguimos estabelecer com estes jovens/alunos sobre a vulnerabilidade que os assediam a todo instante não foi tarefa fácil. A representação social pactuada pelo grupo se ancora sobre o silêncio que consideramos como o não-dito. Este pode ser lido de diversas formas por nós: a) objetivação do corpo; b) constrangimento c) medo de sofrer preconceito e também receber a designação de “balseira”.

Como diz um dos estudantes:

Eu ando de casco, eu faço tudo que eu gosto. É...eu só não agarro na balsa. [...] Eu vejo assim porque tem uns da cidade que já me falaram que esse rio é muito bom, a gente consegue muito dinheiro, [...] o matapi dá bem camarão, a gente pega bem. Aí, leva, vende aqui, em Breves. Aí é muito bom, dá bem dinheiro.

(Ramiro, dezesseis anos. Rio Buiussú)

Em meio a essas informações forma-se também um conjunto de sentimentos associados ao atracar, especialmente quando entrelaçam esse contexto às práticas de exploração sexual. A violação dos direitos à dignidade de jovens, a exploração sexual também revela seu traço de crueldade, uma vez que:

Muitos homens das balsas já estão acostumados com isso, já conhecem elas por esse nome mesmo de balseiras. Já chamam, e quando elas agarram nas balsas já sabem que é prá isso, né? que elas estão agarrando, aí eles já sabem. Tem muitos que não, homens mais velhos mesmo que respeitam, tem uns que respeitam, tem outros que não, né?

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

Muitas vezes silenciar é como considerar que o problema não existe, ou esteja oculto. Entretanto, os sentimentos dos (as) jovens não se calam, uma vez que narram às implicações da exploração sexual na vida dos jovens. A cada encontro e diálogo a problemática se desvelava. Na medida em que conversávamos com os moradores, professores e alunos foi possível perceber que a temática da exploração sexual infanto-juvenil é presente nas conversas dos moradores, sobretudo dos jovens.

Nos depoimentos dos familiares, era presente o discurso de pais que buscavam diferenciar a atividade que seus filhos exerciam nas balsas em relação a outras práticas reprováveis em seus discursos, como a prostituição. Notamos que, por parte dos familiares, um desejo de diferenciar-se desse comportamento e apontando a responsabilidade da presença dessa problemática como uma escolha das jovens.

Para elucidar vejamos o que diz uma das mães que vive na comunidade:

Olha mana o que...aqui só é ruim é esse negócio de navio, balsa que passa aí né...acho ruim porque tem muitas...muitas meninas que tão se prostituindo aí nessas coisas...aí fica pegando em balsa...que essa aqui de casa graças a Deus nem...Quando o pai manda, porque eles ficam jogando roupa que minha filha vai e pega, mas ela fica do lado daqui que o navio passa devagar...aí eles ficam jogando roupa aí eles vão pegar...mas pra dizer assim que minhas filhas pegam balsa e ficam assim...não, meus filhos não. Eu só velha doente mas...e nós vive assim, nossa vida é só esse camarãozinho, nós não tem outro ganho mas não dá pras minhas filhas fazer isso. Minha filha, essa uma que tem o bebê, ela ganha bolsa

família...ela com a bebezinha dela...aí então eu digo pra ela: “milha filha, esse dinheiro que tu ganha dá pra tu comprar tua roupa...aí tem vez assim que...eu não passo nem perto disso aí , nem perto.

(Moradora B, mãe de dois alunos que estudam na escola, rio Buiussú)

As informações acima mostram que a exploração sexual juvenil é uma realidade no local. Mas ainda um tema caro para os moradores. Isto quer dizer que, há uma necessidade arrebatadora de não fazer parte desse comportamento considerado desonroso.

Quanto aos (as) alunos (as), um dos principais espaços de encontro dos jovens da comunidade é a escola. Ali narram sobre suas vidas. Desse modo, os acontecimentos referentes a exploração sexual infanto-juvenil sempre aparecem dispersos entre as falas de histórias de suas amigas e amigos que vão para às balsas e a insatisfação da existência desse acontecimento.

Inicialmente, destacamos um dos aspectos expostos pelos alunos, isto é, a idade de jovens inseridas na exploração sexual existente nas embarcações. Vejamos os que dizem os jovens:

São novas, doze, treze, tem umas que vão novinha.

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

Quantos anos? Até de 10 anos tem.

(Ormilda, dezesseis anos, Rio Buiussú)

De doze. Doze eu já vi.

(Ramiro, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Treze. Doze anos

(Benedito, dezenove anos, Rio Buiussú)

13 anos, tem umas que tem menos. Tem de 13 anos, tem menina jitinha que vai.

(Hilda, quinze anos, Rio Buiussú)

Isto pode ser visto como apontam estudos e pesquisas sobre a temática da exploração sexual, como uma forma de violência sexual e gera às suas vítimas, crianças e adolescentes, “riscos pessoais e dados pessoais (moral, físico, psicológico e sexual)”, como assinala Leal (1998, p. 08).

Para esta pesquisadora a exploração sexual contra crianças e adolescentes “é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa à obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento” e constitui uma das mais graves formas de violações aos direitos humanos e violação à integridade de crianças e adolescentes (LEAL, 1998, p. 11).

Como diz a jovem Rosália:

Eu acho muito difícil, eu fico triste de ver que a maioria das jovens da minha idade se prostituindo por dinheiro, que o nosso corpo não prá vender. Eu acho muito ruim mesmo. Eu fico triste de ver que a maioria das jovens que eu conheço, minhas amigas se prostituindo, eu fico triste de ver, né? Eu não poder ajudar. A minha parte eu faço de aconselhar.

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

O termo atribuído pela jovem “prostituindo por dinheiro” é um dos aspectos que caracterizam o fenômeno como o de exploração sexual infanto-juvenil, segundo sua compreensão. A jovem expressa o sentimento comum entre muitos dos jovens que conversamos na escola.

A jovem traz alguns elementos que perpassam sobre seu sentimento e maneira de perceber a situação. Mostra, por exemplo, a sua tentativa é individual, de conversar com suas amigas que estão inseridas na prostituição. Mas também observa que sua atitude como pouco eficaz uma vez que um grande número de jovens continua na atividade.

A tabela podemos ver abaixo organizamos as respostas dos jovens sobre o que pode provocar “atracar” nas balsas, presente no questionário aplicado junto aos jovens:

Tabela 8 - Atracar nas balsas pode provocar:

Opções	Frequência absoluta	Frequência relativa
<i>Tristeza</i>	7	44%
<i>Insegurança</i>	7	44%
<i>Vergonha</i>	2	13%
Total	16	100%

Fonte: Pesquisa de Campo RS de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre ESJ e as implicações na escolarização (2011)

Como podemos ver na tabela acima, tristeza, insegurança e vergonha foram sentimentos expostos jovens. Também implícito no silêncio em alguns momentos de nossas conversas. Se por um lado andar pelo rio é considerado como algo positivo, que oferece formas de entretenimento e relações de troca e venda, no momento que as estratégias de sobrevivência caem no campo da exploração sexual, os jovens manifestam o “atracar nas balsas” como algo negativo.

A simbolização do ato de *atracar nas balsas* passa, em sua maioria, como articulados a exploração sexual a partir dos sentimentos que emergem nas experiências compartilhadas por esses jovens.

Embora exerçam outras atividades, como o ato de oferecer camarão, açaí e diversos gêneros oriundos da produção coletiva de seus familiares, o que permanece como preponderante nas significações dessa atividade, o de atracar, é representado nas rejeições que a exploração sexual imprime em suas vivências.

❖ ***O rio que traga:***

Esta representação social se articula a imagem do *rio que traga*. Reúne sentidos sobre as manifestações dos (as) alunos (as) diante da exploração sexual juvenil, particularmente sobre a forma como estes jovens percebem esta situação.

Vejamos o depoimento abaixo

Fazer negócio de besteira...é isso que eles querem porque aqui no Buiussu já fizeram...se não fosse uma mulher falar que era parente dela aí eles chamaram o barco aí o homem que tava com a menina...ia levar a menina...aí ele perguntou se era parente da mulher aí ela falou que sim mas só que não era nadinha pra mulher aí eles mandaram soltar ela...eles pegaram e iam embora.

(Alaíde, quatorze anos, Rio Preguição)

De acordo com Alaíde, não há intimidação na abordagem para exploração sexual. Embora o amparo legal assegure os direitos de proteção integral aos jovens, um conteúdo legítimo enquanto sujeitos de direitos, as práticas vivenciadas por esses jovens assinalam a inexistência de correspondência dessa garantia.

Os jovens aprendem precocemente as circunstâncias dessa vulnerabilidade, isto é, que estão vulneráveis às tentativas de exploração sexual de crianças e

adolescentes. “Fazer negócio de besteira” foi termo usado pela jovem para caracterizar como ocorre essa situação.

Segundo Hazeu (2004, p. 44-45), a exploração sexual de jovens é considerada uma “troca de favores sexuais com um ou mais clientes por bens materiais e/ou sociais, na qual se estabelece um contato direto entre o consumidor e a/o prostituída/o”. A literatura sobre esse tema assinala ainda que, em se tratando de crianças e adolescentes, a exploração sexual se traduz enquanto violação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

À luz de mecanismos legais de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, como por exemplo, a Lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, o envolvimento de crianças e adolescentes em rede de exploração sexual como aqui compreendemos ser a exploração nas balsas, é uma violação aos direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade desses sujeitos. Inclusive se considerarmos a faixa etária desses sujeitos, que pelo que dispõe tal Lei, tem assegurados esta proteção.

Para explicitar o que diz a Lei sobre os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, citamos:

Capítulo I

Do direito à vida e à saúde

Art. 7º a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Capítulo II

Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

Art. 17. o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

E, tal situação também definido como um crime praticado contra os direitos da criança e do adolescente:

Art. 244-a. submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena - reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo.

§ 2º constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

A lei estabelece, nitidamente, os direitos de crianças e adolescentes. Entretanto, a realidade de muitas crianças e jovens ainda é distante do que rege o discurso jurídico-legal. Certamente o problema é imensamente complexo e não pode ser visto somente pelo aspecto legal, mas entendemos que, em se tratando da garantia de uniformidade de direitos, não podemos nos furtar de ver a problemática da exploração sexual contra jovens também como um descaso absoluto aos direitos desses sujeitos.

Tais direitos devem ser extensivos à todas as crianças e jovens, seja qual for sua etnia, classe social, sexo e local de moradia. As ações que atentam contra esses direitos, especialmente por parte do explorador ou abusador, comprometem imensamente a autoestima e sua autonomia afetiva.

Azevedo e Guerra (2007, p. 78) frisam que “o adulto desenvolve na criança [e na jovem] sentimentos que impedem ou, no mínimo, dificultam uma atitude de desafio, caminhando na direção da denúncia do agressor”.

As denúncias sobre a exploração sexual de crianças e jovens nas regiões ribeirinhas ganharam visibilidade nos noticiários e reportagens jornalísticas, a partir das denúncias feitas pelas entidades religiosas e organizações sociais da área dos direitos humanos.

Ainda no ano de 2005, denúncias feitas pelo bispo Dom Luiz Azcona, da Prelazia do Marajó à CPI da Pedofilia da Câmara dos Deputados (2006) revelavam a presença da exploração sexual nas balsas que circulam nas vias fluviais da região marajoara.

Esta denúncia desencadeou uma série de reportagens sobre este problema. A instalação da CPI da Pedofilia na Assembleia Legislativa do Pará foi uma das medidas que acentuaram as condições precárias da infância e adolescência não somente no local, mas em todo o Estado.

Torna visível que a problemática da exploração sexual não é naturalizada no contexto do Marajó, como percebemos nos relatos dos (as) jovens. O que é ocultado é o direito à proteção integral de crianças e jovens assim como a morosidade em

garantir a inserção desses sujeitos no contexto de mudanças históricas de paradigmas em relação aos direitos infanto-juvenis.

Trata-se de possibilitar mecanismos pelos quais jovens, bem como a escola e suas famílias se vejam como promotores também dessa ruptura de paradigma.

A ausência do poder público é um dos problemas mais graves. Os relatos dos (as) jovens evidenciam que suas experiências escolares são entrecortadas pela necessidade de buscar alternativas para superação dos problemas impostos pelo cotidiano, sobretudo as dificuldades materiais impressas no dia-a-dia.

Vejamos as manifestações:

Porque o rio aqui é difícil o trabalho, só tem a pescaria mais. Mas muitas mulheres, meninas, não querem pescar, né, e nem vão pescar, muitos se prostituem, né, na balsa. Aí o tempo que elas tem de estudar aí ela não pode agarrar porque elas estão estudando. Aí essas alunas agarram sempre, aí o tempo que elas tem de agarrar elas não podem vir aqui pra escola, aí elas já desistiram, ai fica difícil.

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

Não tem jeito...é, não tem trabalho, aí o jeito é pegar a balsa, fazer essas coisas aí, ele vai ver o dinheiro dele lá, comprar a roupinha que precisa, as meninas também. Tem dois irmãos que vão levar a irmã dele prá balsa, eles ficam só esperando ela. Ela vem, desce e vai embora.

(Ormilda, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Eu não sei. Porque tão precisando de dinheiro, né? Deve ser isso. Olha, tem uns pais até que incentivam, tem uns que não. Tem umas que vai sem querer, outras até o pai mesmo que incentiva elas prá ir.

(Ramiro, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Elas não deveria fazer isso. Tem muitas coisas que elas devem fazer sem se vender nas balsas, muitos trabalhos aí. Porque tem umas que não tem apoio de pai e mãe, elas tão soltas aí no rio, elas não tão nem vendo, elas vão mesmo. Tem umas que também tem necessidade pra se trocar lá, ela se troca com alimento, com óleo.

(Benedito, dezenove anos, Rio Buiussú)

É a falta de oportunidade, de emprego, é isso que leva elas a se prostituírem. Não tem como ajudar a família a ganhar dinheiro, né, aí elas se sentem obrigadas a fazer isso. É porque aqui o alimento é difícil, só se a

gente pescar, o que a gente pesca a gente tem que vender na cidade pra poder comprar o alimento pra trazer, aí...Muitas pessoas também não tem embarcação, aí fica difícil.

(Hilda, quinze anos, Rio Buiussú)

Podemos notar que na percepção dos (as) jovens a exploração sexual relaciona-se às condições de vida, que se operam, sobretudo pelas condições socioeconômicas que vivenciam.

Hazeu (2004) assinala que a privação econômica e social pode ser considerada um dos aspectos mais expressivos que condicionam os grupos juvenis vulneráveis à exploração sexual. Segundo este autor, “a falta de oportunidades de emprego, a má distribuição nas funções disponíveis, principalmente para mulheres e para pessoas com baixa escolaridade, também fazem do mercado do sexo uma alternativa atrativa” (HAZEU, 2004, p. 51).

Destacamos outros aspectos apresentados por este pesquisador, também significativos, tais como: 1) as formas como a sexualidade é tratada dentro da família; 2) possíveis contextos de violência sexual, que fragilizam autoestima e valorização da jovem; 3) casamento e maternidade precoce; 4) frustrações na fase da adolescência e falta de auxílio da família; entre outros (HAZEU, 2004, 51-53).

Esse contexto não deve ser visto como situações isoladas e individuais dessas famílias, “mas como parte da história social da exploração” (AZEVEDO e GUERRA, 2007, p. 28-29).

Isto porque, estas famílias estão imersas em um modelo civilizatório que as populações da Amazônia vivenciaram e que ainda vivenciam cuja expropriação da biodiversidade (aspectos físicos) e sociodiversidade (aspectos humanos) aprofundam desigualdades e problemas sociais instalados em ciclos econômicos anteriores e persistentes em nossa história contemporânea (ARAÚJO, 2009).

Além disso, nota-se também que a culpabilidade da exploração sexual recai sobre a jovem como uma condição de “escolha” frente à falta de condições materiais de sobrevivência. Contrário a essa perspectiva, muitos jovens-alunos expuseram a indignação quanto à violência sexual e comercialização infanto-juvenil como algo que compõe o rol de suas preocupações.

A presença da exploração sexual deixa evidente que os direitos dessas crianças e jovens são desrespeitados em níveis extremos, uma vez que, além das restrições materiais e limitações de meios de subsistência, completa-se tal violação por meio da violência sexual, como aqui vemos que se tipificam tais crimes.

Nas suas palavras:

Isso eu nunca fiz...agarrar em balsa...tenho maior medo...depois que a gente veio morar pra cá eu nunca agarrei. É que...eu achava melhor eles não agarrarem porque essa é uma vida muito arriscada muita gente... que as pessoas da balsa tratam mal. Eu acho, sabe...tem uns que tratam. Tem vez que pegam a gente agarram e levam.

(Alaíde, quatorze anos. Rio Preguição)

A jovem Alaíde busca desvincular-se das jovens que vão para as balsas. A maioria das jovens que conversamos também teve esse mesmo comportamento. No entanto, falaram do problema, pois consideram com uma forma de dar visibilidade e combater o envolvimento de jovens na exploração sexual.

O “medo” de ser balseira é presente nos discursos dos (as) jovens, sobretudo do sexo feminino. Os jovens expressaram vergonha de ver, medo de ser, de “ficar falada na boca do povo”.

Cumpramos notar que a denominação *balseira*, como forma para denominar jovens que estão inseridas na exploração sexual merece maior problematização na região do município de Breves, especialmente na escola da comunidade.

Entretanto, as jovens não deixam de ser classificadas como tal, o que representa, acima de tudo, uma simbologia carregada de sentidos, impressa por meio de um olhar fragmentado e que reduz outras possibilidades de ser dessa jovem. Além do mais, esta designação separa a jovem do contexto que destacamos acima como impulsionador ou facilitador para inserção na exploração sexual.

Os trechos abaixo representam parte de um discurso presente na maioria dos (as) jovens que conversamos. Um dos exemplos deste aspecto foi a dificuldade que tivemos de envolver as jovens na pesquisa de campo, mas que superamos no decorrer do trabalho. Aos poucos se viram como interlocutoras, não somente do outro, mas de si mesmo.

Destacamos alguns trechos que entoam os significados de balseira para os (as) jovens:

Eu acho muito feio prá uma pessoa ser chamada de balseira, né, porque ela agarra na balsa todo dia prá se prostituir, aí...

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

Eu acho isso muita vergonha, né? Essas meninas vão...Eu acho que na balsa respeitam. Assim...quando a gente vai fazer uma venda eles respeitam. É uma venda. Eles estão vendendo, eles não estão roubando, não estão se prostituindo. Vão simplesmente vender lá, né?

(Ramiro, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Hum...prejudica muita coisa (pausa longa). Ela fica falada na boca do povo, todo mundo vê ela na balsa. Uma pessoa que não dá valor no corpo dela, né? Trocando na balsa, né?

(Ormilda, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Elas não deveria fazer isso. Tem muitas coisas que elas devem fazer sem se vender nas balsas, muitos trabalhos aí.

(Benedito, dezenove anos, Rio Buiussú)

Vejamos o que diz a jovem Ormilda:

Uma colega minha que mora bem ali...ela sempre fala, ela sempre vai lá em casa e ela conversa com nós: “Olha que eu não tivesse pegado balsa...”. Ela começou a pegar balsa quando tinha 13 anos. Ela tem...é...nós não morava ainda aqui. Ela tem 22 anos agora.

(Ormilda, dezesseis anos, Rio Buiussú)

O trecho acima, narrado pela aluna da escola São Francisco, apresenta uma face difícil da vida dos jovens desta escola. A situação que a estudante descreve é de extrema gravidade e preocupação. Descortina os problemas que acarretam a vida de jovens inseridas na prostituição.

Evidencia, mais uma vez, a precocidade do envolvimento de meninas e jovens na exploração sexual. Outro aspecto presente no seu relato é que, sua colega convive com o sentimento de culpa. No trecho “eu me acabei na balsa” notamos que a jovem direciona para si a sua desestruturação pela sua inserção na exploração. Significa dizer que:

O aniquilamento da autoestima, o sentimento de que ela só pode ser amada, ou pelo menos notada, se obedecer às ordens do adulto, a cumplicidade que foi obrigada a desenvolver tornam a criança prostituível.

Isto é, o adulto desenvolve na criança sentimentos que impedem ou, no mínimo, dificultam uma atitude de desafio, caminhando na direção da denúncia do agressor. A criança é, pois, física e emocionalmente indefesa. Sua dependência, nos dois campos, em relação ao adulto, torna-a presa fácil das ambições, de vários gêneros, do agressor.

(AZEVEDO E GUERRA, 2007, p. 78)

Prevalece uma relação desigual, de estigmas que ainda hoje, já com 22 anos, ainda faz parte de sua história na comunidade. A exploração sexual ocupa um grande peso na sua vivência, descaracteriza a sua condição de sujeito, de sujeito de direitos.

Em síntese, o gráfico abaixo nos fornece a dimensão das Representações Sociais que as informantes elaboram sobre a balsa.



Concordamos com a análise de Andrade (2005) na medida em que o rótulo de “balseiras”, dado às meninas e jovens que estão submetidas à exploração sexual comercial impõe designações sociais que as colocam no imobilismo e, em muitos casos, naturaliza a situação de comércio sexual como alternativa natural para quem está imerso em um contexto de dificuldades materiais, principalmente.

Reforça, mais ainda, a negação de direitos sociais inquestionavelmente garantidos pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e adolescente – ECA, entre outros, promovidos de qualquer modo, de qualquer maneira. Uma educação

qualquer, uma saúde qualquer, uma vez que qualquer coisa às famílias que “são capazes até de vender suas filhas para a prostituição, melhor qualquer coisa do que nada”.

Como alerta Azevedo e Guerra (2007), a paisagem que serve de pano de fundo à situação da exploração sexual infanto-juvenil é contexto sociocultural e político em que esse acontecimento surge e se estabelece.

3.2 As Representações Sociais de Jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre o fenômeno da exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó

As imagens e os sentidos que jovens alunos configuram sobre a exploração sexual nos forneceram pistas para que pudéssemos inferir sobre as objetivações e as ancoragens que constituem as Representações Sociais que estes jovens partilham sobre a exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó.

A objetivação e a ancoragem são dois processos fundamentais na formação de uma representação social.

Segundo Sá (1996, p. 47), na perspectiva moscoviciana, a objetivação “consiste em uma *operação imaginante e estruturante*, pela qual se dá uma forma – ou figura – específica ao conhecimento acerca do objeto, tornado concreto, quase tangível, o conceito abstrato, como que materializando a palavra”. Significa dar forma para um objeto e/ou acontecimento tornando-o familiar aos esquemas cognitivos que o sujeito já possui.

A ancoragem é um processo que atribui uma classificação ou mesmo, denominação a esta imagem (MOSCOVICI, 2010). A ancoragem “é a atribuição pela sociedade de uma escala de valores e preferências para um objeto social em função das interações sociais”. Este processo “delimita o campo de uma representação, pelo recorte de uma rede de significações que dá corpo à representação, e permite que esta delimitação seja compatível com os valores sociais existentes” (NASCIMENTO, 2002).

Vale acrescentar que tanto a objetivação e quanto a ancoragem são processos interligados que orientam pensamentos, sentimentos e ações consensuais de grupos sociais. Daí a importância dos estudos das Representações Sociais na vida destes grupos.

Dentre as formas de abordagem do objeto de estudo que a Teoria das Representações Sociais sugere, elegemos a abordagem pelos dois processos que a compõe. Entendemos que este é um caminho que possibilita a compreensão das articulações e negociações consensuadas por meio da linguagem que orientam os pensamentos, os afetos, os fazeres deste grupo juvenil. Além de que, para quem inicia como nós estudos neste campo, acreditamos que esta opção se coloca como a viável aqui nesta trajetória.

Dentre as imagens que se destacam enquanto objetivações e as ancoragens que articulam sentidos partilhados pelo grupo de jovens-alunos sobre a exploração sexual e que organizam consensos de pensamentos que orientam ações e interações destes jovens com o contexto em que vivem podemos inferir com base nas temáticas analíticas algumas lógicas interpretativas que possivelmente nos aproximam do tangenciamento das RS destes jovens sobre a exploração sexual, objeto de nosso estudo.

As objetivações e as ancoragens de jovens sobre a exploração sexual se compõem entre o Rio de possibilidades e o Rio que Traga. Enquanto Rio de Possibilidades de um lado existe o encantamento nos parece ser o sentido mais forte, valoroso e promissor ancorado nesta imagem. A soberania natural do rio se impõe a paisagem às limitações

A beleza natural do rio se engrandece e potencializa em detrimento da privação que esta juventude vivencia. Daí que o Rio, aos olhos destes jovens, e daqueles que habitam neste lugar é um convite para viajar na fartura de suas águas e esquecer a escassez de seu contorno tão conhecida por estes jovens.

O rio de possibilidades para estes jovens ancora o sentido de que: - *lá tudo é possível*. O Rio é para eles outro mundo se comparado com o seu entorno onde o vive a população. Nele as possibilidades são grandes do tamanho dele, como diz uma jovem:

É o rio de possibilidade, pois tem transporte que a gente vai nele, para os lugares vizinhos, a genti se comunica, a genti sabe das coisas que ac 136 por aqui, a gente manda mensagi, a gente recebi tabein, a genti e genti a genti brinca, vai na festa,nada, vendí, compra Avon, natura, Hermes. (15 anos)

De outro, destaca-se nestas RS a imagem do Rio que traga. A vinculação de sentido em destaque com esta imagem é o desencanto. Tal imagem emerge das

experiências e vivências relacionadas à exploração sexual e de perceberem os mecanismos que estruturam tal situação segundo o contexto da comunidade. Isto se dá por estes jovens saberem de uma possível ameaça de serem absorvidos por este mesmo rio que encanta e que traz possibilidades para eles.

A objetivação da imagem do Rio que traga esta vinculada ao significado do desencanto. Possivelmente este sentido ancorado na objetivação da imagem do *Rio que traga* partilha o pensamento destes jovens ao saberem da ameaça de serem absorvidos por este mesmo rio que encanta e que traz possibilidades para eles. Isto indica que os jovens da comunidade se encontram vulneráveis, pois a qualquer momento podem ceder ao apelo da violência e exploração sexual e cair no Rio que traga.

Vale acrescentar que as Representações Sociais de jovens sobre a exploração sexual não tiveram seu início para algumas das jovens deste estudo com o atracar nas balsas. Os elos iniciais desta corrente de sentidos partilhados por alguns grupos de jovens deste contexto iniciaram no meio familiar com figuras parentais e ou próximas. O desinteresse e a saída da escola são decorrentes do desencanto e do processo de ser aos poucos tragada pelo rio.

Figura 3 - Representações Sociais de Jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó



SUJEITOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS JOVENS-ALUNOS (AS)

A atividade de representar um objeto significa inseri-lo em uma cadeia de sentidos tanto no nível do imaginário quanto no nível do simbólico para apreender e assim compreender a realidade. O processo representativo é ao mesmo tempo individual e coletivo. A inter-construção destes dois níveis se dá a partir da pertença do sujeito nos diferentes grupos sociais com os quais ele se identifica e diferencia tornando-se uno indivisível, ou seja, indivíduo. Podemos dizer que os jovens da comunidade São Francisco se organizam em grupos e um deles é o da escola. Estes grupos como o da escola são responsáveis por clivagens simbólicas que articuladas a outras determinam pensamentos, sentimentos e ações.

Importa ressaltarmos para o leitor que muito embora façamos um recorte sobre um determinado grupo social, como no caso o deste estudo jovens-alunos, para estudar a representação social sobre a exploração sexual. Contudo não

podemos desconsiderar que estas representações sociais se tramaram em outros grupos como o familiar, o da vizinhança.

Quando procuramos estas aproximações de tangenciamento das RS destes jovens sobre a exploração sexual, objeto de nosso estudo, sentimos a necessidade de escutar mais além do que o objeto exploração sexual refletia, no caso os (as) jovens alunos (as). Desta escuta e com base nas temáticas analíticas enveredamos pelos processos de objetivação e ancoragem para nos aproximar dos sentimentos que estes jovens nutrem sobre a exploração sexual.

Para nós por ocasião da entrevista, ficou bem definido pelas informantes quem atraca na balsa e quem não atraca. Contudo, este não foi o foco maior de nossa pesquisa, mas o de ouvir o (a) jovem falar sobre a situação da exploração sexual, da escola, dentre outros aspectos. Desejamos dizer que as objetivações e as ancoragens que enodam as amarrações de como estes (as) jovens se sentem frente as RS que partilham dividem consensos com jovens que segundo suas informações não são submetidas à exploração e com jovens que são submetidas à exploração sexual.

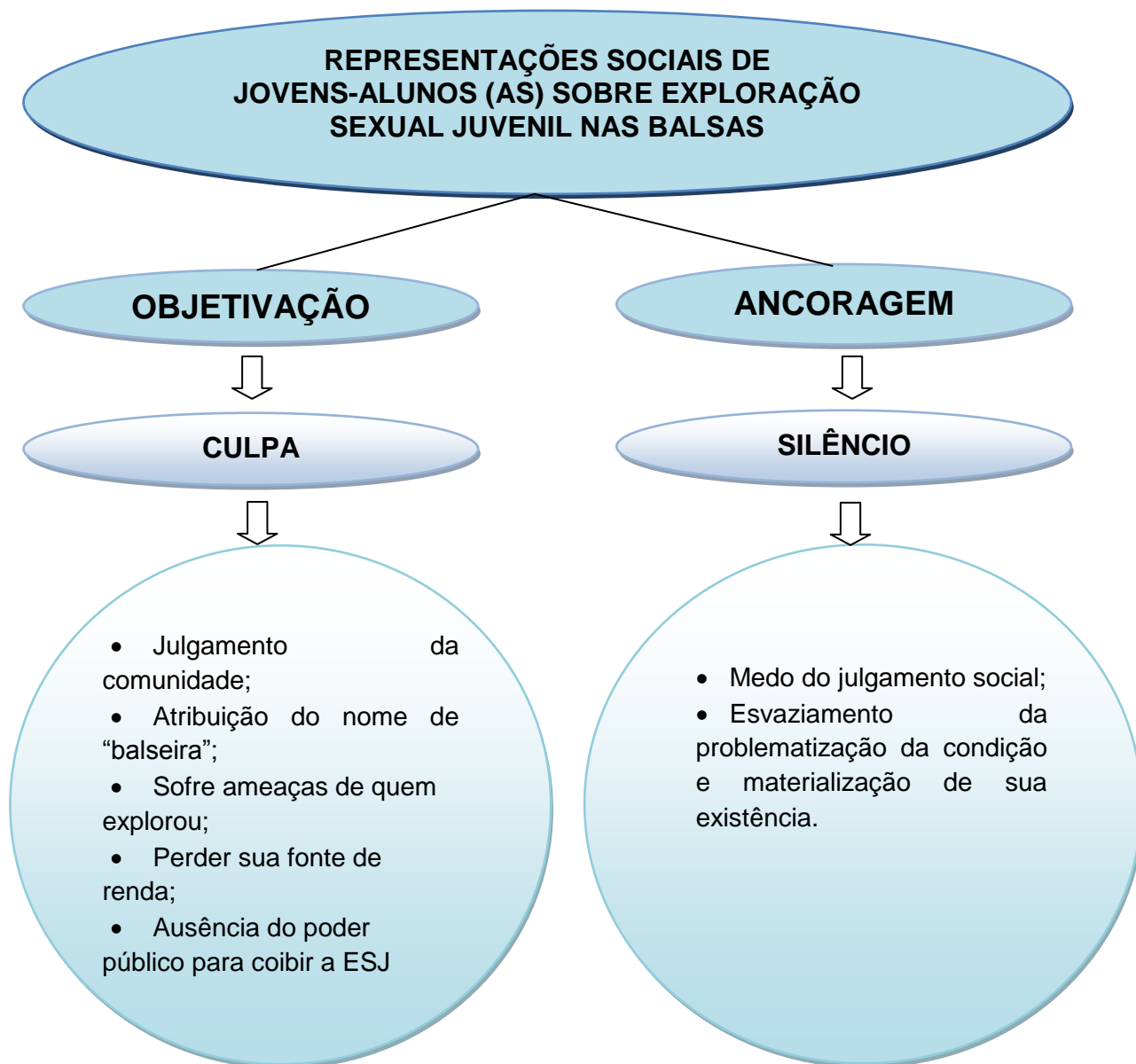
A imagem mental objetivada no sentimento de culpa que os (as) jovens alunos (as) carregam sobre e/ou pela exploração sexual inferir os seguintes significados: do julgamento da comunidade, pela atribuição do nome “balseira”, de sofrer ameaças de quem a explorou; perder sua fonte de renda e também pela ausência do poder público para coibir a situação da exploração sexual juvenil.

O ponto de ancoragem que se destaca conjuntamente com o sentimento de culpa é o silêncio que podemos denominar o sentimento da palavra sem verbo por que não têm ação. O silêncio reverbera a ausência de ação do poder público, ausência de ação conjunta dos jovens, comunidade, escola, ausência do sujeito.

O silêncio possivelmente se inscreve no medo, na objetificação, no esvaziamento da problematização da condição e materialização de sua existência.

Desta forma, as Representações Sociais dos jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil transitam nas suas vivências, experiências e sentimentos sobre esta problemática. A figura abaixo apresenta a síntese sobre o processo representativo dos sujeitos das representações sociais, os (as) jovens alunos.

Figura 4 - SÍNTESE - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS-ALUNOS (AS) SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL JUVENIL NAS BALSAS DO MARAJÓ



3.3. As Implicações escolares a partir das Representações Sociais de jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó

As implicações escolares a partir das Representações Sociais de jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil permeiam múltiplos aspectos que emergem das consequências que a inserção de jovens na exploração pode trazer.

Desta forma, os discursos e informações dos (as) jovens-alunos, estudantes da escola São Francisco, permitiram apontar as seguintes dimensões: 1)

Fragilização no processo psicossocial de desenvolvimento dos jovens; 2) Falta de aprendizagem; 3) Desatenção nos conteúdos e atividades escolares; 4) Desinteresse pela escolarização (Abandono escolar e Repetência escolar).

A *Fragilização na formação escolar e no processo psicossocial de desenvolvimento juvenil* foi uma das implicações apontadas pelos (as) jovens. De acordo com seus relatos, a exploração sexual gera consequências na formação escolar da jovem que está inserida nesta situação.

Vejamos o relato de uma das jovens:

Ela não quer/ não tem/ não sente mais aquela vontade de estudar mais. Parou na terceira série. Ela diz assim: "Quem sabe se um dia eu podia ser professora de vocês, não é S.?" "Pois é, né, tu não quis". Ela fala assim: "Pois é, eu me acabei na balsa". Agora ela tá muito magra. Ela se acabou mesmo. Nem aquela pessoa, umas e outras pessoas que achavam ela bonita agora nem olha prá ela. Sentem nojo dela.

(Ormilda, dezesseis anos, Rio Buiussú)

O depoimento acima apresenta o contexto pela qual a exploração sexual se caracteriza e tem efeitos na vida das jovens. O relato mostra a situação de uma moradora da região que esteve inserida na exploração sexual. Este depoimento expressa a dualidade entre o desejo de querer ser professora.

A jovem fala com uma aparente contradição, ao mesmo tempo em que conta sobre o abandono da escola, ainda na 3ª série, também descreve a permanência do desejo de ter sido professora, ocupar um lugar para ela considerado como de respeito e credibilidade, oposto ao da prostituição.

Souza (2007) assinala que:

No processo de preparação biopsicossocial gradativo no qual se encontram, esse tipo de experiência se coloca como uma ruptura na formação desses sujeitos, que se veem obrigados a responder a determinadas situações para as quais ainda não estariam habilitados. Focalizando o desenvolvimento das capacidades da criança em lugar da voluntariedade, conclui-se que a prostituição sob qualquer condição é uma prática exploradora e inaceitável. (2007, p. 13)

A ausência-presença da escola como projeto para sua vida fica explícito no discurso de Ormilda: *Ela não quer/ não tem/ não sente mais aquela vontade de*

estudar mais. Parou na terceira série. Ela diz assim: “Quem sabe se um dia eu podia ser professora de vocês, não é S.?”

Quanto ao aspecto de *Dificuldades na aprendizagem* os jovens destacam que a exploração sexual juvenil pode se tornar uma atividade com consequências negativas na aprendizagem. De acordo com os (as) jovens isto se expressa na dificuldade que muitas alunas apresentam em função da baixa frequência e do distanciamento com cotidiano escolar, expresso pelos relatos destes estudantes.

Para eles, os alunos que participaram do estudo, a exploração sexual pode ocasionar dificuldade de aprendizagem. Do total de 16 jovens, as indicações foram: prejudica: muito (81%, 13 jovens); razoável (19%, 3 jovens).

Quanto a *desatenção nos conteúdos e atividades escolares* os jovens alunos destacaram que a exploração sexual prejudica: muito (88%, 14 alunos); pouco (13%, 02 alunos).

O *desinteresse pela escolarização* pode ser apontando como uma das situações mais manifestadas pelos jovens referente as implicações na escolarização sobre as RS de jovens sobre a exploração sexual juvenil.

Este desinteresse é um dos primeiros laços rompidos com seus projetos futuros. Entretanto, ainda que *ir para as balsas* empreendeu um caminho contrário ao *ir para a escola*, como podemos notar, tais projetos não deixam de ser vistos e repensados pela jovem.

Vejamos as manifestações sobre este aspecto:

Eu conheço. Abandonou a escola por causa de balsa, teve sim colegas aqui que já estudou junto comigo.

(Ramiro, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Tem umas que até param de estudar pra ficar nessa vida de balsa.

(Hilda, quinze anos, Rio Buiussú)

Eu acho que a escola poderia ensinar a se prevenir, as mulheres que...por exemplo muitas alunas aqui na escola que atracam na balsa, ajudar elas não desistirem. Agora esse ano, só essa semana que passou duas já desistiram, que elas agarram assim...na balsa.

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

Aí os professores era pra orientar os alunos, ter algum curso aqui na escola que é...ajudasse a gente a fazer outra profissão, ter um trabalho prá gente ganhar dinheiro pra ajudar nossa família porque é difícil.

(Ormilda, dezesseis anos, Rio Buiussú)

Podemos notar a fragilidade no sistema de proteção integral das crianças, quando o amparo e enfrentamento são insignificantes em relação à ocorrência de casos. Estudos apontam que a inserção de jovens na exploração pode impedir ou mesmo limitar aquisição de mais anos de estudo.

Isto porque a exploração sexual as coloca em constante risco social e pessoal, pois a luta pela sobrevivência impossibilita, na maioria dos casos de integrar-se ou permanecer em outras formas de socialização.

O depoimento de uma das jovens ilustra esse desejo de procurar formas de não desistir ou abandonar a escola. Vejamos seu relato:

Os professores, ter um acompanhamento, dar mais força pros alunos não desistir da escola. É, apoiar eles no que fosse preciso sobre trabalho na escola, sobre o meio de ganhar dinheiro pra não se prostituir, né? Ter reunião mais com os pais dos alunos, que tem muitos alunos que são...mais levados, assim, mais desobedientes, ter reunião com os pais prá eles entenderem que é melhor ter educação do que tá agarrando em balsa, aí, desse maior fosse no que fosse preciso ajudar prá eles não desistirem da escola, continuarem estudando que, prá ter um futuro melhor.

(Rosália, dezoito anos, Rio Buiussú)

A exploração sexual juvenil se apresenta como um problema que se manifesta em diversas classes sociais, mas em situações onde as carências sociais se aprofundam e que os papéis desse jovem se coloca como desafiador é necessário imprimir práticas de enfrentamento mais eficazes e protetivas (FALEIROS, 2000).

Alguns sinais caracterizam as dificuldades de jovens envolvidas em situação de exploração sexual, quais sejam: 1) Queda na frequência escolar; 2) Dificuldade de concentração e aprendizagem resultando em baixo rendimento escolar; 3) Não participação nas atividades escolares, entre outros (DIÓGENES, 2008; LEAL, 1999; SILVA et. al., 1997).

Cabe ressaltar que a desigualdade econômico-social presente em muitas regiões ribeirinhas, a exemplo desta que realizamos o presente estudo, também reflete nas condições escolares que aqui se apresentam.

A figura abaixo sintetiza os aspectos acima mencionados referente as implicações a partir das Representações Sociais de jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil.

Figura 5 - Implicações escolares



3.3.1 ESCOLA COMO DEFESO PERMANENTE - Rede de proteção e enfrentamento à exploração sexual juvenil

A escola São Francisco se inscreve em um grande desafio, o de promover cidadania. Isto, porém, não pode ser visto de maneira acrítica e deslocada da realidade em que está inserida, na medida em que as condições de sobrevivência da população se articulam de forma mais ampla a estas e outras mazelas sociais que, por sua vez, denunciam a necessidade de um defeso para além da escola e que garanta a construção e a permanência de uma rede de sobrevivência digna para as pessoas da comunidade, sobretudo crianças e jovens.

Os membros da escola também anseiam a construção de estratégias de enfrentamento da exploração sexual a fim de auxiliar os jovens nessa superação. As ações da comunidade escolar ainda são pontuais e não possuem um projeto específico e formação específica que auxilie não somente a jovem, mas também a professores, funcionários da escola e família a compreenderem a realidade e as implicações da exploração na vida dos (as) jovens, no seu desenvolvimento psicossocial e na vida escolar.

Como bem lembra Souza (2009), assim como a maioria das escolas brasileiras, “enfrenta graves problemas que afetam drasticamente o seu funcionamento, comprometendo seriamente sua função de promover a cidadania por meio da educação” (2009, p. 281).

A escola se coloca então no desafio e compromisso ético e legal de espaço também de notificação de suspeitas de maus-tratos, pelos quais a exploração sexual se inclui. Como destaca Camargo e Libório (2005):

Diante da gravidade que encerra a violência sexual para a criança e para o adolescente e, considerando que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania, surge-nos a preocupação de conhecer as concepções dos (as) professores (as), diretores (as) e coordenadores (as) pedagógicos (as) sobre o fenômeno, bem como suas atitudes frente a suspeita ou confirmação de casos de violência sexual envolvendo alunos (as).

A escola, que compõe os organismos do sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes pode fortalecer sua atuação adotando seu atendimento dentro do paradigma de redes. Entendemos que a escola pode regular-se por meio de uma política de defesa, investir esforços por ações por ações. Mas que estas ações não sejam temporárias, de projetos isolados e pontuais, mas permanentes e integrais.

Conforme delinea a publicação *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*, Faleiros e Faleiros (2008), instrumento formativo produzido pelo Ministério da Educação,

A Escola tem também a função de Atendimento, ou seja, de proteger seus estudantes crianças e adolescentes contra qualquer violação de seus direitos e de oportunizar lhes condições de pleno desenvolvimento escolar, mental, psicológico, sexual, moral e social. Evidentemente, essas responsabilidades não são exclusivas da Escola, mas de toda a Rede de Proteção, da qual ela é parte integrante e na qual tem papel preponderante. (2008, p. 86)

Investimentos nessas escolas devem ser compostos por um conjunto de ações, nas quais destacamos: a melhoria nos prédios escolares e mecanismos de acesso, como oferta de vagas e transporte escolar, investimento na formação de educadores e desenvolvimento de políticas referentes aos direitos humanos, sobretudo infanto-juvenis.

Tais investimentos devem apontar para interação entre alunos, professores, funcionários e família para que a escola cumpra seu papel de forma integral. Para isso, faz-se necessário que os (as) jovens sejam reconhecidos integralmente, a partir de suas vivências, necessidades e possibilidades de superação.

Certamente que a escola não pode assumir este papel isoladamente, contudo cabe reconhecê-la como essencial na articulação destas políticas, tanto de atendimento como de prevenção.

Em nossas visitas à comunidade percebemos que as jovens que estão inseridas na exploração sexual são filhas de famílias que vivenciam diversas privações e, mesmo que tenham abandonado a escola, estiveram no sistema público de ensino.

Não há dúvida que as circunstâncias de exploração sexual vivenciadas por elas tiveram reflexos na sua vida escolar, mas em geral não foram percebidas nesse ambiente.

Para que a escola consiga desenvolver uma ação comprometida com esta superação, a da inserção na exploração sexual juvenil é necessário construir estratégias juntamente com a família e o poder público, para a construção de rede de proteção na qual o processo pedagógico possa acolher essas ações.

Como aponta o Guia Escolar (2008) aponta três eixos de ações para participação da escola na prevenção da violência escolar.

O primeiro é informar a comunidade escolar sobre o assunto. Esse processo informativo deve integrar preferencialmente o programa de educação para a saúde sexual na escola. *O segundo* é criar na escola um ambiente que inclua verdadeiramente as crianças vistas como “diferentes” por seus colegas e professores e as que são rejeitadas pelo grupo. *O terceiro* é realizar um trabalho preventivo com os pais dos alunos da escola, principalmente com famílias de crianças “em situação de risco” (GUIA ESCOLAR, 2008, p. 31).

A educação, especialmente o espaço escolar, representa um dos principais instrumentos de enfrentamento e superação da exploração sexual. Além da possibilidade de garantir a cada geração a capacidade de superar em conquistas e qualidade vida as anteriores.

No enfrentamento da violência e exploração sexual juvenil um dos primeiros passos é a escola vê-se enquanto lugar de defeso e integra-se como um dos lugares importantes no Sistema de Garantia de Direitos, de proteção, de escuta e também de denúncia diante dos pedidos de ajuda, compreendidos em uma postura de compromisso, respeito, acolhida e busca de justiça.

Aproximações conclusivas

Ao chegarmos ao final desta expedição, que se traduziu no desenvolvimento de nosso estudo, notamos que os esforços para finalizá-la voltam-se para o início de nossa trajetória.

Deste modo, retomamos os objetivos que orientaram esta caminhada para repensá-los, agora, porém, à guisa de sua conclusão. O curso desta expedição teve como objetivo mestre a análise das representações sociais de jovens-alunos do ensino fundamental de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual e as implicações nas suas vidas escolares.

Os jovens que participaram do presente estudo são alunos do ensino fundamental, do sexo feminino e masculino, matriculados entre a quarta e sexta série da escola São Francisco, no município de Breves – Pará.

As representações sociais destes jovens sobre a exploração sexual juvenil foram tecidas a partir contexto ribeirinho no qual estes sujeitos vivem e compartilham suas experiências. Da mesma forma, o contexto escolar desempenhou um papel importante na condução deste estudo e apreensão de suas representações no que tange as implicações desse fenômeno em suas vidas escolares. Assim suas Representações Sociais se entrelaçam na trama *rio, escola e comunidade*.

As imagens e significados dos jovens-alunos sobre a exploração sexual possibilitaram inferir as objetivações e ancoragem que se traduzem nas Representações Sociais sobre a exploração sexual juvenil.

Neste sentido, os resultados emergidos dos discursos apontam que as Representações Sociais de jovens sobre a exploração sexual juvenil são simbolizadas pelo movimento entretecido entre o *Rio de possibilidades*, cuja imagem se apresenta pelo encantamento, e *Rio que traga*, imagem representada pelo desencantamento.

Estas representações sociais dos jovens que descrevemos acima também transitam nas vivências e sentimentos destes sobre a exploração sexual juvenil. As significações partilhadas assinalam como imagem o sentimento de *culpa*, que se

destaca dentro de significados de ser julgado pela comunidade, ter a atribuição de *balseira*, medo de sofrer ameaças e pelo sentimento de ausência do poder público.

A partir destas significações, destaca-se enquanto ponto de ancoragem o *silêncio*. Este sentimento que não se pode ouvir brada de sentidos, ora pelo medo de sofrer alguma espécie de julgamento social ora pelo sentimento de esvaziamento que esta condição da exploração sexual se materializa em suas vivências.

Quanto as implicações escolares constituídas a partir das Representações Sociais de jovens-alunos sobre a exploração sexual juvenil manifestam-se diversos aspectos, pensados por este jovem a partir das consequências da exploração sexual juvenil na vida escolar do sujeito. Estas foram: *Fragilização na formação escolar e no processo psicossocial de desenvolvimento juvenil; Falta de aprendizagem; 3) Desatenção nos conteúdos e atividades escolares; 4) Desinteresse pela escolarização (Abandono escolar e Repetência escolar).*

A escola bem como seus sujeitos, em particular seus alunos, convivem com situações de exploração sexual, manifestados com intensidade, implicando na desistência da escola como um obstáculo de sua ascensão e formação cidadã.

Estas manifestações apontam indícios da importância desta problematização no sentido de possibilitar escutas sobre o que pensam estes jovens-alunos sobre a exploração sexual, bem como para a compreensão do jovem como sujeito de direitos.

Em síntese, aspectos como a escuta e a ação estão nas bases para possibilitar a problematização necessária da exploração sexual juvenil, em particular nos espaços pelos quais este jovem transita, qual seja a escola, a família e a comunidade. Entretanto, estes sujeitos não deixam de dizer e/ou representar sobre a exploração sexual, uma vez que esse fenômeno perpassa pelos fios entrelaçados nas suas experiências e reflexões sobre si e sobre o outro (seja seu colega, seu professor, um membro comunidade ou mesmo aquele sujeito visto como explorador).

A problemática da exploração sexual juvenil nas regiões ribeirinhas ainda possui grandes desafios de superação. Um deles é a necessidade de sua visibilidade bem como ações mais eficazes que promovam uma cidadania digna a

essa população, uma vez que essas jovens ainda se ressentem do amparo de políticas públicas, fiscalização e acompanhamento da escola e da família.

Refletimos também que a juventude, especialmente as jovens que estão inseridas nesta situação, tem seu futuro e sonhos comprometidos assim como a autoestima abalada.

Enfim, chegar a questões que tangenciam as Representações Sociais sobre a exploração sexual juvenil é importante para favorecer questionamentos tanto na escola como na comunidade, co-responsáveis pelo estabelecimento de uma rede de enfrentamento e erradicação da exploração sexual juvenil.

A exploração sexual nos rios e furos da paisagem amazônica ainda é invisível, uma vez que as ações do poder público ainda não dão o lugar para este fenômeno no sentido de seu combate e enfrentamento.

No que tange ao impacto da exploração sexual juvenil na vida dos jovens, apreendemos discursos que também assinalam um significativo sentimento de fragilidade de medidas protetivas de coibição desse fenômeno na região. O que acena uma lacuna do poder público no sentido de habilitar estes jovens a uma cidadania viva que subverta as precárias condições a quais são submetidos.

Consideramos que nossa expedição, embora os percalços existentes ancora e está pronta para outras viagens e desafios.

Por fim, confiamos no interesse de todos os membros da escola em colocar-se como meio de superar tais ocorrências, sobretudo utilizando-se da denúncia, do acompanhamento de jovens inseridos na exploração sexual juvenil e na consolidação de vínculos entre seus membros e comunidades pautados na sociabilidade e de valorização da vida e de cidadania plena.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina *et al* (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.
- ÁLVARES, Maria Luzia. SANTOS, Eunice Ferreira. *Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher*. Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997.
- ANDRADE, Leandro Feitosa. *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. São Paulo: EDUC: FAFESP, 2004.
- BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados 19 (53), 2005.
- ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. *A constituição do sujeito e a diversidade (ameaçada) da Amazônia*. Revista Múltiplas Leituras, v.2, n. 1, p. 39-49, jan. / jun. 2009
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução Dora Flaksman. Editora LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1981.
- ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.
- AZEVEDO, Maria Amélia. GUERRA, Viviane Nogueira. *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2ª ed., São Paulo : Iglu, 2007.
- BELÉM (PA). Assembléia Legislativa do Estado do Pará. *Relatório da CPI da Pedofilia da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – Alepa sobre os crimes de pedofilia*. Belém – PA, 2010.
- BOTELHO, Stella Maris Nogueira. *Prostituição de Adolescentes: uma imagem construída na diversidade da sociedade*. Dissertação de Mestrado. Departamento Materno-infantil e saúde pública – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/ USP. 2002.
- CACCIA-BAVA, A.; PÂMPOLS, C.F.; CANGAS, Y.G. (orgs.). *Jovens na América Latina*. São Paulo, Escrituras, 2004.
- CAMARGO, L. S.; LIBÓRIO, R. M. C. *A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente*. 29ª Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006, Caxambu - MG, 2006.
- CANELAS, Marcelo. *As margens da Pobreza*. *Jornal Nacional*. Rede Globo de Televisão, 20 de jan. 2005. Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0MUL558360-10406,00-AS+MARGENS+DA+POBREZA.html>. Acesso em: 15 de fev. 2011. Ano 2005.
- CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de. (Orgs.). *Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- CASTRO, Edna. *Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*. Papers/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA nº 092. ISSN 15169111, Belém, UFPA/ NAEA, 1998.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Texto para Discussão, nº 1335. Brasília: IPEA, 2008.
- CÉSAR, Maria Auxiliadora; LEAL, Maria de Fátima Pinto. *Indicadores de Violência Intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. Brasília: CECRIA, 1998.
- COELHO, Wilma Nazaré Baía. . *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2007, vol.12, n.34, pp. 39-56. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a04v1234.pdf> Acesso em 10/02/2011.

DA SILVA, Helena Oliveira; SOUZA E SILVA, Jailson. *Análise da Violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil*. São Paulo: Global: UNICEF, 2005.

DAYRELL, J. *Juventude, grupos culturais e sociabilidade*. 2004. Disponível em www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/acervo/textos%5CABA2004.html. Acessado em 04 set 2010.

DEL-CAMPO, E. R. A.; OLIVEIRA, T. C. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo. Ed. Atlas, 2005.

DIMENSTEIN, G. *Meninas da Noite*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1992.

DINIZ, Ana. *Correndo atrás da vida*. Belém: CEJUP, 1994.

DIÓGENES, G. (org.) *Os sete sentimentos capitais – Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. 2ª Edição. São Paulo. Anna-blume, 2008.

ESTOCOLMO, Suécia (1996). *Declaración y programa de acción – Primero Congreso Mundial Contra La Explotación Sexual Comercial de los Niños*. Estocolmo. Disponível em: <www.csecworldcongress.org/PDF/sp/Stockholm/Outome_documents/Stockholm%20Declaration%201996_SP.pdf>. 1996. Acesso em: Novembro de 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção*. 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - Goiânia - Julho de 1998- Anais - Vol. 1- p.267-271, 1998.

_____. FALEIROS, E. S. *ESCOLA QUE PROTEGE: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada,

FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre. LOURO, Guacira. *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. *Análise do conteúdo*. Brasília, 3ª edição: Líber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. *Juventude camponesa e políticas públicas: pertinência social do Programa Saberes da Terra na Amazônia Paraens*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

GOVERNO DO PARÁ. *Estatística Municipal de Breves*. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF, Governo do Estado do Pará, 2009.

Haje, Salomão Mufarrej. (org.). *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará*. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

HAZEU, Marcel. *Direitos sexuais da criança e do adolescente – uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente*. Amazônia: TXAI. 2004.

JODELET, Denise. *As Representações Sociais*. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

JURANDIR, Dalcídio. *Marajó*. 4.ed. – Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. *Globalização e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Universidade e Sociedade (Brasília) Brasília-DF, v. 1, p. 7-18, 2003.

LEAL, M. L. P. *A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil)*. Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. *Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea*. *Psicol.* 2005, vol.18, n.3, pp. 413-420. ISSN 0102-7972. Do. 10.1590/S0102-79722005000300016.

LISPECTO, Clarice. *A hora da Estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *João de Jesus Paes Loureiro: obras reunidas: poesia I*. São Paulo : Escrituras editora, 2001.

LUFT, Lya, *Em outras palavras*. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

MEDEIROS, Maria Lúcia. *Velas. Por Quem?* – Ed. Especial – Belém: Cejup / Secult, 1997.

MELLO, L. C. A. *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: o estado da arte nas produções acadêmicas em psicologia*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. *Escrituras, imagens e sentidos: saberes sobre o objeto de pesquisa na educação*. Belém, PA : Editora Cromos, 2011.

_____. MORAES, K. A. F. Para que serve a escola? As representações sociais de adolescentes grávidas. In: *Dossiê Sexualidade e Gêneros: reflexões teóricas e empírica*. PIMENTEL, Adelma et. al. Ed. Letras a margem, 2010.

_____. *As representações sociais dos projetos de vida dos adolescentes: um estudo psicossocial*. São Paulo: PUC. 2002.

_____. *Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações*. *Imaginário*, São Paulo, v. 12, n. 12, jun. 2006. Disponível em <http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 mar 2010.

PAIS, José Machado. *Sociologia da vida cotidiana – teoria, métodos e estudos de caso*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002.

_____. *A construção sociológica da juventude — alguns contributos*. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990.

PERALVA, A. T. *O jovem como modelo cultural*, IN: *Revista Brasileira de Educação*, nº 5-6: Juventude e Contemporaneidade, SP: Anped, p. 15-24, maio-dezembro 1997.

ROCHA, G. O. R.. *A escola e o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Estado do Pará*. iberolusobrasileiro2010/cdrom/41.pdf Disponível em: <http://www.anpae.org.br/>. Acesso em: Dez-2010

SÁ, C. P. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes. 2006.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. In *Revista do Programa de Pós-Graduação em História* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SERRA FREIRE, Jacqueline Cunha da. *Juventude ribeirinha: identidade e cotidiano*. 2002. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SILVA, J. M. M. *Espelho líquido: a vida cotidiana de uma escola ribeirinha no Estado do Pará*. Dissertação de Mestrado em Educação: supervisão e currículo. PUC/SP, 1993.

SILVA, A. P. L. et. al. *Prostituição e adolescência: prostituição juvenil no interior do Pará: "Trombetas e garimpos do Vale do Tapajós"* - Belém – Pa. Centro de Defesa do Menor – CEJUP, 1997.

SOUSA, Filomena Sousa. *O que é "ser adulto"? As práticas e representações sociais – A Sociologia do Adulto*. VI Congresso Português de Sociologia – mundos sociais: saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa. Num. de série – 395. Jul/ 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/395.pdf>. Acesso em Dez-2010. 2008.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

SOUZA, Rafaela Assis de. *Prostituição juvenil feminina: a escolha, as experiências e as ambigüidades do "fazer programas"*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.

SPÓSITO, Marília. (Coord.). *Juventude e Escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

TAQUETE, Stella R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ - Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007

TAVARES, M. G. C. TRINDADE JUNIOR, S. C. (org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: ADUFPA, 2008.

TEIXEIRA, Lumena Celi. *O Outro Lado do Espelho – a exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostiuídas*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2001.

TRIOLA, M. F. *Introdução à Estatística*. Editora LTC. 9ª edição, Rio de Janeiro, 2005.

TUPIASSU, Amarílis. *Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora*. *Estud. av.* [online]. vol.19, n.53, pp. 299-320. ISSN 0103-4014, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Diagnóstico da Escola - sondagem

DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

I – IDENTIFICAÇÃO

1. **Endereço:** _____
 2. _____
 3. **Dependência Administrativa:**
 Federal
 Estadual
 Municipal
 Privada
4. **Localização:**
 Escola ribeirinha _____

II – INFRAESTRUTURA

5. **Local de funcionamento da escola:**
 Prédio próprio da Prefeitura
 Prédio cedido por terceiro (_____)
 Outro: _____
6. **O prédio escola é de:**
 Madeira
 Alvenaria
 Outro. Qual? _____
7. **Espaços existentes na escola:**
 Diretoria
 Secretaria
 Sala de professores
 Sala de leitura
 Sala de informática
 Sala de Recursos Pedagógicos
 Quadra de esportes
 Espaço destinado ao lazer
 Refeitório
 Cantina
 Biblioteca
 Área de lazer
 Sanitário/Quant. (_____) -
 Salas de aula/Quant. (_____)
 Sala de multimídia
 Cozinha
 Dispensa
 Sala do Grêmio Estudantil
 Horta comunitária
 Área polivalente
 Outros _____
8. **Equipamentos e eletrodomésticos:**
 TV
 Vídeo/DVD
 Telefone
 Copiadora
 Impressora
 Retroprojeter
 Mini system ou aparelho de som
 Comput. Administrativo
 Comput. para uso dos alunos
 Comput. para uso dos professores
 Datashow
 Geladeira
 Filtro
 Fogão
- Antena Parabólica
 Mimeógrafo
 Aparelho de som
 Outro/s: _____
9. **Possui Internet?**
 Não
 Sim/Banda Larga
 Sim/Rádio
 Sim/outro _____
10. **Abastecimento da água:**
 Rede pública
 Poço artesiano
 Cacimba/Cisterna/Poço
 Fonte/Rio/Igarapé/Riacho
 Inexistente
 Outro _____
11. **Água consumida:**
 Filtrada/ Tratada
 Não filtrada/Tratada
12. **Abastecimento de energia elétrica:**
 Rede pública
 Gerador
 Inexistente
 Outro: _____
13. **Esgoto sanitário:**
 Rede pública
 Fossa
 Inexistente
 Outro: _____
14. **Destino do lixo:**
 Coleta periódica
 Queima
 Reciclado
 Joga em outra área
 Enterra
 Outro: _____
15. **Qual a forma de segurança que a escola possui?**
 Segurança privada e portaria
 Somente segurança privada
 Somente portaria
16. **A escola recebe rondas do policiamento militar?**
 Sim
 Não
 Obs. _____

III - ESPAÇO FÍSICO DA SALA DE AULA

17. **Ventilação / refrigeração:**
 Arejada com janelas
 Ventiladores
 Ar condicionado

APÊNDICE A – Diagnóstico da Escola - sondagem

- Ar condicionado e ventiladores
 Outro. Qual? _____
18. **Mobiliário da sala de aula:**
 Carteiras para alunos
 Cardeira para professor
 Carteira e cadeira com adaptação ergonômica
 Mesa para professor
 Mesa para os alunos individuais ou coletivos
 Armário e/ ou estante
 Quadro de giz
 Quadro branco

- Quadro mural
 Quadro de giz
 Outros. Quais? _____
19. **A sala de aula possui garantia para acessibilidade para alunos/as que necessitam deste serviço?**
 Sim
 Não
 Obs. _____

IV – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

20. **Oferece merenda escolar?**
 Sim
 Não
21. **É feito um cardápio semanal?**
 Sim
 Não

22. **A merenda escolar oferecida pela escola é:**
 Lanche
 Refeição
23. **Algum turno não oferece merenda escolar? Qual?**

V - DIMENSÃO PEDAGÓGICA

24. **Modalidades oferecidas pela escola:**
 Ensino Regular
 Ensino Regular com turma inclusiva
 Educação Especial
 Educação de Jovens e Adultos (EJA)
25. **Etapas oferecidas pela escola:**
Educação Infantil
 Creche
 Pré-escola
Educação de Jovens e Adultos - EJA
 Ensino Fundamental
 Ensino Médio
26. **O Ensino Fundamental é organizado em ciclos?**
 Sim
 Não
27. **Quantidade de turmas e respectivos turnos (Ens. Fundamental):**

Ensino fundamental - CICLOS DE FORMAÇÃO
 Ciclo Básico I. Turno: _____
 Ciclo Básico II. Turno: _____
 Ciclo Básico III. Turno: _____
 Ciclo Básico IV. Turno: _____

Ensino fundamental de 9 anos
 1º Ano: _____ Turno: _____
 2º Ano: _____ Turno: _____
 3º Ano: _____ Turno: _____
 4º Ano: _____ Turno: _____
 5º Ano: _____ Turno: _____

6º Ano: _____ Turno: _____
 7º Ano: _____ Turno: _____
 8º Ano: _____ Turno: _____
 9º Ano: _____ Turno: _____

Educação de Jovens e Adultos - EJA
 Ens. Fund. 1ª a 4ª série
 Ens. Fund. 5ª a 8ª série

- Ens. Fund. 1ª a 8ª série
 EJA Integrada à Educação Profissional de nível Fund.
28. **A Escola tem Projeto Político Pedagógico?**
 Sim
 Não
 Obs.: _____
29. **A escola desenvolve cursos/projetos à comunidade extraescolar?**
 Não
 Sim. Quais? _____
30. **A escola desenvolve cursos/projetos aos alunos? Com qual (ais) turma(s)?**
 Sim
 Não
31. **A escola integra algum projeto desenvolvido na comunidade, igreja, conselho tutelar ou outra entidade/instituição do bairro?**
 Sim
 Não
 Obs. _____
32. **A escola participa de algum programa de governo?**
 Sim Não
33. **Se sim, qual programa e esfera governamental?**
 1. _____
 2. _____
 3. _____
34. **A escola participa do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB?**
 Sim. Ano: _____
 Não

VI - DIMENSÃO DA GESTÃO:

35. **No âmbito da Gestão escolar, a escola possui:** Diretor(a)

APÊNDICE A – Diagnóstico da Escola - sondagem

- [] Vice Diretor(a) - () Manhã () Tarde () Noite
36. **A Escola tem Conselho Escolar?**
 [] Sim
 [] Não
37. **Quem participa do Conselho Escolar? (Caso a escola possua)**
 [] Pais
 [] Alunos
 [] Professores
 [] Funcionários
 [] Outros _____
38. **A Escola tem Conselho de CICLO?**
 [] Sim
- [] Não
39. **A Escola tem Conselho de CLASSE?**
 [] Sim
 [] Não
40. **A escola tem Grêmios Estudantil?**
 [] Sim
 [] Não

VII – SERVIDORES

29. Profissionais que atuam na escola:

Profissionais	Sim	Não	Quantos
Professor(a) da Educação Infantil			
Professor(a) do Ensino Fundamental			
Coordenação pedagógica			
Funcionário (Administrativo)			
Merendeiros			
Auxiliar de serviços gerais			
Condutor do transporte escolar			
Inspetor de Alunos/as ou Monitor			
Servente			
Nutricionista			
Outros			

APÊNDICE B - Questionário

Pesquisa com jovens da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco (Breves - Pará)

Questionário

1. VOCÊ SE RECONHECE COMO:

- a) Feminino
 b) Masculino

2. IDADE:

- a) 12 a 14 anos
 b) 15 a 17 anos
 c) 18 a 20 anos
 d) 21 a 24 anos

3. VOCÊ SE CONSIDERA:

- a) Branco (a)
 b) Negro (a)
 c) Pardo (a)
 d) Indígena
 e) Amarelo (a)
 f) Outra cor

4. QUAL A SUA RELIGIÃO?

5. VOCÊ FREQUENTA A IGREJA:

()	()	()	()	()
RARAMENTE	ÀS VEZES	FREQUENTEMENTE	SEMPRE	NUNCA

6. VOCÊ TEM IRMÃOS?

- a) Sim. Quantos? _____
 b) Não

7. VOCÊ MORA COM:

- a) Responsável
 b) Moro sozinho (a)
 c) Irmãos
 d) Amigos ou conhecidos/as
 e) Com esposo (a)
 f) Outros parentes. Quem? _____

8. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ?

9. QUEM É RESPONSÁVEL POR VOCÊ?

- a) Minha mãe
 b) Meu pai
 c) Mãe e pai
 d) Avó / Avô
 e) Outro parente / pessoa. Quem? _____

10. QUEM SUSTENTA VOCÊ?

- a) Meu responsável
 b) Minha responsável
 c) Eu
 d) Irmãos
 e) Amigos ou conhecidos
 f) Outro. Quem?

11. SEU RESPONSÁVEL TRABALHA EM QUE:

12. O PAGAMENTO DE SEU RESPONSÁVEL É FEITO:

- a) Por dia
 b) Por semana
 c) Por quinzena
 d) Não sei dizer
 e) Não tem salário

13. VOCÊ AJUDA NAS DESPESAS DE CASA?

- a) Sim b) Não

14. SE VOCÊ RESPONDEU SIM, EM QUE AJUDA NA SUA CASA?

- a) Nos trabalhos de casa
 b) Cuido do (s) meu (s) irmão (s)
 c) Trabalho fora
 d) Ajudo no trabalho da minha responsável
 e) Ajudo no trabalho do meu responsável
 g) Outra ajuda. Qual? _____

15. QUAL A CIDADE VOCÊ NASCEU?

16. QUAL A COMUNIDADE QUE VOCÊ MORA?

17. SE VOCÊ MORA EM OUTRA COMUNIDADE, POR QUE ESTUDA NESTA ESCOLA?

- a) É mais próxima da minha casa
 b) Para acompanhar meus/minhas irmãos/as
 c) Porque tem transporte escolar
 d) Porque tem merenda escolar
 e) Porque gosto de estudar
 f) Porque gosto de passear nos barcos / balsas
 g) Outro motivo. Qual? _____

18. VOCÊ LEVA QUANTO TEMPO PARA CHEGAR À SUA ESCOLA?

()	()	()	()	()	()
ATÉ 15 MINUTOS	ATÉ 30 MINUTOS	ATÉ 01 HORA	ATÉ 02 HORAS	ATÉ 03 HORAS	MAIS DE 04 HORAS

19. NA ESCOLA TEM MERENDA ESCOLAR?

- a) Sim
 b) Não

20. PARA VOCÊ, A MERENDA ESCOLAR É:

()	()	()	()	()	()
MUITO BOA	BOA	REGULAR	RUIM	NÃO SEI DIZER	PÉSSIMA

21. VOCÊ VEM PARA A ESCOLA DE QUÊ?

- a) Canoa
 b) Rabeta
 c) Transporte Escolar
 d) Embarcação de Linha
 e) Casco
 f) Outro forma. Qual? _____

22. SUA CASA FICA NAS MARGENS DO RIO?

- a) Sim
 b) Não

23. VOCÊ GOSTA DESTA LOCALIZAÇÃO?

- a) Sim
 b) Não

24. O QUE VOCÊ GOSTA DE FAZER NO RIO QUE "BANHA" SUA COMUNIDADE?

- a) Remar
 b) Ver a natureza
 c) Conhecer pessoas
 d) Fazer coisas proibidas
 e) Brincar
 f) Outra. Qual? _____

APÊNDICE B - Questionário

25. MORAR PERTO DO RIO AJUDA:

AJUDA?	POUCO	MUITO	RAZOÁVEL	NÃO AJUDA
Conseguir renda para minha família				
Ter acesso à escola				
Conseguir trabalho				
Conhecer pessoas				
Vender nos barcos e balsas				
Brincar e passear				
Fazer coisas de adultos				

26. A SÉRIE QUE VOCÊ ESTUDA É:

- a) 1ª Série
 b) 2ª Série
 c) 3ª Série
 d) 4ª Série
 e) Outra. Qual? _____

27. VOCÊ ESTUDA:

- a) De manhã
 b) De tarde
 c) De noite

28. A ESCOLA QUE VOCÊ ESTUDA É:

()	()	()	()	()
MUITO BOA	BOA	FRACA	GOSTO DO JEITO QUE ELA ESTÁ	NÃO SEI DIZER

29. VOCÊ JÁ REPETIU ALGUMA SÉRIE?

- a) Sim. Qual série? _____
 b) Não

30. VOCÊ JÁ ABANDONOU A ESCOLA?

()	()	()	()
UMA VEZ	02 VEZES	03 OU MAIS VEZES	NUNCA ABANDONEI

31. SE VOCÊ ABANDONOU, DIGA POR QUÊ?

- a) Porque não tinha mais vontade de estudar
 b) Porque tinha problemas na minha casa
 c) Porque precisava trabalhar
 d) Porque não tinha transporte escolar
 e) Porque não tinha merenda escolar
 f) Porque mudei de cidade ou comunidade
 g) Outro motivo. Qual? _____

32. ABAIXO, MARQUE UMA DAS OPÇÕES PARA DIZER O QUE SENTIU QUANDO ABANDONOU A ESCOLA:

()	()	()	()	()
TRISTEZA	ALÍVIO	DESEJO DE VOLTAR	NÃO SENTI NADA	NÃO SEI DIZER

33. VOCÊ FALTA ÀS AULAS:

()	()	()	()	()
SEMPRE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA	COM FREQUÊNCIA

34. VOCÊ FALTA POR QUÊ?

- a) Quando precisa ajudar em casa
 b) Quando não tem transporte escolar
 c) Quando não tem merenda escolar
 d) Quando está doente ou alguém doente em sua casa
 e) Quando sai para o rio
 f) Quando vai para as balsas
 g) Outro motivo. Qual? _____

35. VOCÊ CONSIDERA QUE TER A ESCOLA NA COMUNIDADE É BOM POR QUÊ:

- a) Fica próxima de sua casa
 b) É um meio de melhorar a sua vida
 c) Pode ter acesso ao estudo e aprender
 d) Encontra com amigos/as e professora
 e) É um meio para você ter uma profissão
 f) Tem merenda escolar
 g) É um meio de sair de casa para fazer outras coisas
 h) Outro motivo. Qual? _____

36. ASSINALE COM UM X SUA AVALIAÇÃO SOBRE:

	1	2	3	4	5
Escola					
Transporte escolar					
O que estuda na escola					
Infraestrutura da escola					

37. O QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE, MAS FALTA NA ESCOLA?

- a) Conteúdos sobre nossa comunidade
 b) Apoio aos alunos
 c) Acesso à tecnologia (informática)
 d) Proteção
 e) Transporte e merenda de qualidade
 f) Não sabe
 g) Outro. Qual? _____

38. O QUE VOCÊ GOSTARIA QUE SUA PROFESSORA CONVERSASSE NA SALA DE AULA?

- a) Sobre religião
 b) Sobre assuntos de nossa comunidade
 c) Sobre cuidados com o corpo
 d) Sobre assuntos da adolescência/ jovem
 e) Sobre assuntos da sexualidade
 f) Sobre proteção à criança e ao jovem
 g) Outro assunto. Qual? _____

39. QUANDO TEM DIFICULDADE NAS ATIVIDADES ESCOLARES VOCÊ PEDE AJUDA:

- a) Ao responsável
 b) Ao irmão ou outro parente
 c) Ao vizinho / conhecido
 d) A professora
 e) Não pede ajuda
 f) Outra pessoa. Quem? _____

40. ONDE VOCÊ UTILIZA O QUE APRENDE NA ESCOLA:

- a) Na minha casa
 b) Na rua
 c) No trabalho
 d) Não utilizo em lugar nenhum
 e) Não sei dizer
 f) Outro lugar. Qual? _____

41. QUANDO PENSA NO SEU FUTURO, QUE PROFISSÃO GOSTARIA DE TER?

APÊNDICE B - Questionário

42. PARA VOCÊ, PARA QUE SERVE A ESCOLA?
 a) Para estudar
 b) Para saber de valores
 c) Para preparar para o mercado de trabalho
 d) Para ampliar meus conhecimentos
 e) Não sei dizer
 f) Serve para _____

43. QUANDO VOCÊ VÊ A PALAVRA JOVEM, DIGA AS TRÊS PRIMEIRAS PALAVRAS QUE VEM A SUA MENTE?

1. _____
 2. _____
 3. _____

44. O QUE É NECESSÁRIO PARA ALGUÉM DA SUA IDADE SER FELIZ?

- a) Trabalhar
 b) Ir bem na escola
 c) Ter uma família feliz
 d) Bons amigos/ boas amigas
 e) Ter o que comer todos os dias
 f) Namorar
 g) Ter uma religião / fé
 h) Outra. Qual? _____

45. VOCÊ TEM AMIGOS NA COMUNIDADE?

- a) Sim
 b) Não

46. PARA VOCÊ, MORAR NESSA COMUNIDADE É:

- a) É bom, porque tenho minha família
 b) É bom, mas com dificuldades para viver
 c) É difícil
 d) É bom, porque tenho meus amigos
 e) Outro. Qual? _____

47. NAS HORAS QUE VOCÊ NÃO ESTÁ NA ESCOLA QUE TRABALHO VOCÊ FAZ?

- a) Ajudo meu responsável
 b) Trabalho com pesca
 c) Ajudo em casa e cuido dos meus irmãos
 d) Trabalho com vendas nos barcos / balsas
 e) Vou para o rio pedir ajuda nos barcos/ balsas
 f) Só estudo
 g) Vou para as balsas fazer serviços
 h) Outra atividade. Qual? _____

48. NESSE TRABALHO, VOCÊ GANHA?

- a) Dinheiro
 b) Comida / roupa
 c) Combustível
 d) Não ganho nada
 e) Não sei dizer
 f) Ganho outra coisa. O que? _____

49. VOCÊ FAZ ESSE TRABALHO EM QUE HORÁRIO?

- a) De manhã
 b) De tarde
 c) De noite
 d) Não tem horário certo
 e) Não sei dizer

50. ESTE TRABALHO DEIXA VOCÊ:

- a) Cansado/a
 b) Valorizado/a
 c) Envergonhado/a
 d) Feliz
 e) Respeitado/a
 f) Não sei dizer
 g) Outro. _____

51. O QUE VOCÊ APRENDEU COM SEUS COLEGAS DE ESCOLA?

- a) Assuntos sobre a comunidade
 b) Conhecer pessoas
 c) Pensar no futuro
 d) Conversar sobre nossa vida
 e) Como conseguir dinheiro para minha família
 f) Como conseguir dinheiro para mim
 g) Como conseguir comida
 h) Outro. Qual? _____

52. O LUGAR QUE VOCÊ MAIS SE DIVERTE É:

- a) No rio
 b) Em casa
 c) Na escola
 d) Na rua
 e) Nas balsas e barcos
 f) Outro lugar. Qual? _____

53. VOCÊ SE DIVERTE COM:

- a) Seus amigos
 b) Seus irmãos
 c) Seus familiares
 d) Pessoas da comunidade ou da escola
 e) Com pessoas estranhas
 f) Outra pessoa. Quem? _____

54. AS PESSOAS QUE VOCÊ CONHECE NO RIO SÃO:

- a) Homens (jovens)
 b) Mulheres (jovens)
 c) Crianças
 d) Homens (mais velhos)
 e) Mulheres (mais velhas)
 f) Não sei dizer

55. DE QUE FORMA ESSAS PESSOAS TRATAM VOCÊ:

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CARINHO	CUIDADO	ATENÇÃO	RESPEITA SUA IDADE	AMOR	NÃO SEI DIZER

56. O QUE ESSAS PESSOAS QUEREM DE VOCÊ:

- a) Conversar
 b) Ajudar com dinheiro
 c) Tirar foto
 d) Brincar
 e) Ajudar com comida
 f) Fazer coisas de gente grande
 g) Outra coisa. O que? _____

57. COMO VOCÊ DIRIA QUE É A VIDA DO JOVEM DA COMUNIDADE:

- a) Só brinca
 b) Brinca e estuda
 c) Brinca, estuda e trabalha
 d) Só estuda
 e) Só trabalha
 f) Estuda, mas faz coisa de gente grande
 g) Não estuda e faz coisa de gente grande
 h) Outra atividade. Qual? _____

58. PARA AJUDAR NA SUA CASA, O QUE O JOVEM PRECISA FAZER:

- a) Faltar na escola
 b) Pedir ajuda nos barcos / balsas
 c) Fazer coisas que são de adultos
 d) Abandonar a escola
 e) Fazer serviços que não gosta
 f) Outro. Qual? _____

APÊNDICE B - Questionário

59. O QUE É PRECISO SABER PARA IR ÀS BALSAS:

- a) Saber remar
- b) Saber os horários e dias certos
- c) Saber em quais barcos e balsas que pode atracar
- d) Conhecer a tripulação
- e) Pedir autorização à alguém
- f) Outra. O que? _____

- e) Não sei dizer
- f) Não deve fazer nada
- g) Outra ajuda. Qual? _____

60. EM SUA OPINIÃO, ATRACAR NAS BALSAS PODE PROVOCAR:

- a) Tristeza
- b) Medo
- c) Raiva
- d) Vergonha
- e) Insegurança
- f) Não sei dizer
- g) Não provoca nada
- h) Outro. O que? _____

67. MARQUE ABAIXO EM QUE A IDA DE SEUS COLEGAS NAS BALSAS PODE PREJUDICAR:

QUANTO PREJUDICA?	POUCO	MUITO	RAZOÁVEL	NADA
Repetência				
Abandono				
Notas baixas				
Dificuldades na aprendizagem				
Desatenção na aula				
Falta de vontade				
Agressividade				
Isolamento dos amigos				
Planejar seu futuro				

61. O QUE VOCÊ PENSA DOS SEUS COLEGAS IREM PARA AS BALSAS?

- a) Não vejo problema, pois ajudam a família
- b) Não é bom para crianças e jovens
- c) Deveria ter outra forma de ajudar a família
- d) É uma forma de conseguir atenção e carinho
- e) É bom, pois conseguem roupa e dinheiro
- f) Não sei dizer
- g) Outra opinião. Qual? _____

62. NA 1ª VEZ, QUEM LEVOU SEU/SUA AMIGO (A) NA Balsa OU BARCO?

- a) Foi sozinho (a)
- b) Foi com amigo/a
- c) Foi com irmão / irmã
- d) Foi com o(a) responsável
- e) Foi com outro parente. Qual? _____
- f) Foi com outra pessoa. Quem? _____

63. O QUE VOCÊ PENSA DESSA SITUAÇÃO:

()	()	()	()	()	()
ÀS VEZES É RUIM	É SEMPRE RUIM	NÃO TEM ESCOLHA. É PRECISO IR	ÀS VEZES É BOA	É BOA	NÃO SEI DIZER

64. SOBRE A SITUAÇÃO DOS JOVENS QUE VÃO PARA AS BALSAS, A ESCOLA FAZ ALGUMA COISA?

- a) Não
- b) Sim. O que? _____

65. EM SUA OPINIÃO, O QUE A ESCOLA PODERIA FAZER:

- a) Não deixar seu (sua) colega ir
- b) Conhecer sobre a vida das crianças e jovens da comunidade
- c) Dedicar mais atenção e proteção
- d) Dizer sobre o perigo de ir às balsas e barcos
- e) Orientar sobre cuidados com o corpo
- f) Orientar os responsáveis sobre como proteger as crianças e jovens
- g) Oferecer cursos para obter dinheiro de outra forma
- h) Não sei dizer
- i) Não deve fazer nada
- j) Outra ajuda. Qual? _____

66. EM QUE O(A) PROFESSOR(A) PODERIA AJUDAR SEU (SUA) COLEGA?

- a) Não deixar o(a) aluno(a) desistir
- b) Ensinar sobre cuidados com o corpo
- c) Conversar com os responsáveis sobre como proteger as crianças e jovens
- d) Acompanhar a aprendizagem e participação desses(as) jovens

Muito obrigada!!

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista

Roteiro de Entrevista para coleta de informações

Entrevista realizada com jovens-alunos

Roteiro
1) Idade / Moradia / Trabalho
2) Dados escolares
3) Vivências compartilhadas com o rio e a comunidade onde vivem
4) Situação de exploração sexual nas balsas do Marajó
5) Implicações escolares na vida de jovens inseridos/as na exploração sexual
6) O enfrentamento à exploração sexual juvenil e importância da escola nesse contexto
7) Mensagem: * Você gostaria de deixar alguma mensagem ou dizer algum recado para ou sobre os jovens da comunidade?

ANEXO

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PESQUISA

Pesquisa: Representações sociais sobre prostituição juvenil e escolarização: o contexto escolar e social de jovens de uma escola ribeirinha no município de Breves – Pará

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Ivany Pinto Nascimento

- 1. Natureza da Pesquisa:** Nesta pesquisa, dedicaremos nossa análise a respeito das Representações sociais de Alunos-jovens sobre a prostituição juvenil e reflexões sobre os processos de escolarização que vivenciam, a partir da realidade de uma escola ribeirinha no município de Breves-Pará. Isto porque, a juventude brasileira, em particular a juventude amazônica, abordado especificamente neste estudo, vem sendo alvo de reflexões diversas. Suas vivências em contextos variados, muitos impulsionadores de uma fragilidade sócio-educacional, ainda retrata as faces dos grupos juvenis. Neste cenário, os temas da prostituição e escolaridade serão entrelaçados a fim de analisarmos o contexto marajoara bem como o papel da escola para garantia de políticas públicas necessárias ao enfrentamento e combate à exploração sexual juvenil existente na realidade marajoara. O Estado do Pará já adota diversos programas e projetos dedicados ao combate à exploração sexual infanto-juvenil. Mas, ainda são insuficientes investigações acadêmicas sobre este cenário. Esta pesquisa traduz-se como mais um caminho de realizar diálogos mais sistemáticos sobre o papel da escola e de seus sujeitos frente à realidade de carências de políticas sociais dignas às nossas crianças e adolescentes.
A coleta de dados será por meio de questionário e entrevista, com o uso de material impresso e mídia eletrônica de gravação (MP4) e imagens. Durante a aplicação, seja o questionário ou entrevista, serão esclarecidas quaisquer dúvidas que julgar necessário, retirar ou interromper sua participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa não acarretará prejuízos ou perdas ao trabalho.
- 2. Participantes da pesquisa:** Os participantes desta pesquisa serão alunos-jovens, na faixa etária entre 15 e 17 anos, regularmente matriculados no ensino fundamental da escola da rede municipal de ensino de Breves-PA selecionada nesta pesquisa. A qualquer tempo estes jovens poderão cancelar ou desistir de sua participação na pesquisa em tela.
- 3. Envolvimento na pesquisa:** Ao participar desta pesquisa você deve permitir a pesquisadora registrar em fotografias os (as) jovens, além de falar com eles (as) quando necessário. Após um período de adaptação serão escolhidos doze sujeitos de pesquisas (seis do sexo feminino; seis do sexo masculino, dos turnos manhã e tarde). Sempre que quiser você poderá pedir informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo por meio de: e-mail: andreeasilva@gmail.com; telefones: (91) 3222-4458 (residência), (91) 8165-3744 / 9215-6541 (celulares). Esta Pesquisa foi submetida à avaliação e análise do Comitê de Ética de Pesquisas com Seres Humanos do Instituto de Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA) – Complexo de Sala de Aula/ICS – Sala 13 – Campus Universitário, n.º 01, Guamá – CEP:66075-110 – Belém- PA; Tel/FAX:3201-7735; E-mail: cepcs@ufpa.br.

4. **Riscos e Desconfortos:** Esta pesquisa não visa submeter os sujeitos investigados a qualquer tipo de constrangimento e/ou coação. Toda participação nesta pesquisa, inclusive os recursos midiáticos em áudio e fotografia, serão acompanhados pelo corpo pedagógico e docente da escola e sob sua observação permanente. Reiteramos que a participação também não traz riscos aos jovens, pois elas estarão no momento da coleta de informações em suas atividades rotineiras na escola
5. **Confidencialidade:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e anônimas, por este motivo os (as) jovens não serão identificados (as) em nenhuma parte do trabalho escrito, nem tampouco no uso de suas imagens na dissertação ou qualquer material produzido posteriormente. Será informada somente a idade dos participantes e dados para compor o perfil sócio-econômico dos mesmos, sem prejuízo ou exposição de qualquer natureza pessoal e identificador.
6. **Benefícios:** Ao participar desta pesquisa a escola não deverá ter nenhum benefício direto, compensações pessoais ou financeiras relacionadas à autorização concedida. Entretanto, esta pesquisa traduz-se como mais um caminho de realizarmos diálogos sistemáticos sobre a importância da escola e de seus sujeitos frente a problemas, como o da prostituição juvenil. Esperamos contribuir com subsídios acadêmicos para a construção de uma realidade digna para nossa juventude, particularmente a marajoara, ainda carente de políticas sócio-educacionais.
7. **Pagamento:** Os (as) jovens não terão nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa. E nada será pago por sua participação.


ANDRÉEA SILVA VIEIRA
(aluna/pesquisadora responsável)
Rua Carlos Gomes, 138, Campina, Belém-PA.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios.

Declaro ainda que, por minha livre vontade, autorizo os (as) jovens dos quais sou responsável legal a participarem da pesquisa, cooperando com a coleta dos dados para posteriores análises.

Assinatura do responsável pela Instituição


Diretora de Ensino
Port. 639/09

Breves/PA, 11 de abril de 2011.

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO B - Carta Definitiva - Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UFPA



Universidade Federal do Pará

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS



Carta: 080/11 CEP-ICS/UFPA

Belém, 25 de maio de 2012.

Prof^a. Dr^a. Ivany Pinto Nascimento

Senhora Pesquisadora,

Temos a satisfação de informar que seu projeto de pesquisa “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS-ALUNOS DE UMA ESCOLA RIBEIRINHA SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL JUVENIL E AS IMPLICAÇÕES NAS SUAS ESCOLARIZAÇÕES” CAAE 0073.0.073.000-11 e parecer nº031/11 CEP-ICS/UFPA, foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano CEP-ICS/UFPA, do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará na reunião do dia 04 de maio de 2011.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Wallace Raimundo Araujo dos Santos.
Coordenador do CEP-ICS/UFPA

ANEXO C – Dados da Escola São Francisco - Documento da Coordenação do Distrito Sede Rural



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DO DISTRITO SEDE RURAL

Coordenadora Administrativa: Prof. Josiane de Cássia da Silva Soares

Coordenador Pedagógico: Prof. Venâncio José Leão do Amaral

Número de Professores (as).....	106
Coordenadores pedagógicos nas escolas pólos.....	12
Número de alunos.....	4.080
Turmas de Educação Infantil.....	08
Turmas de Ensino Fundamental Inicial (1º a 4ª).....	119
Turmas de Ensino Fundamental Final (5ª a 8ª).....	32
Turmas de EJA.....	26
Turmas de Ensino Médio.....	03
Números total de turmas.....	188
Número de escolas.....	45
Escolas em prédio padrão.....	30
Escolas em locais cedidos.....	15

ANEXO D – Mapa da Localização – Escola Francisco elaborado por um estudante

